



Universidade de Aveiro
2013

Departamento de Comunicação e Arte

ANA FILIPA FLORES
ALMEIDA JORGE

“d’Orfeu” Associação Cultural –
UM DOCUMENTÁRIO INSTITUCIONAL



Universidade de Aveiro
2013

Departamento de Comunicação e Arte

ANA FILIPA FLORES
ALMEIDA JORGE

“d’Orfeu” Associação Cultural – UM DOCUMENTÁRIO INSTITUCIONAL

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação Multimédia, realizada sob a orientação científica do Doutor António Manuel Dias Costa Valente, Professor auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro; e coorientação científica da Doutora Maria da Conceição de Oliveira Lopes, Professora associada com agregação do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro.

Aos meus pais.

o júri

presidente

Professor Doutor Rui Manuel de Assunção Raposo
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogal - Arguente Principal

Professor Doutor Carlos Manuel de Almeida Figueiredo
Professor auxiliar da Universidade Técnica de Lisboa

Vogal - Orientador

Doutor António Manuel Dias Costa Valente
Professor auxiliar convidado da Universidade de Aveiro

palavras-chave

comunicação, instituição, associação cultural, d'Orfeu audiovisual, documentário institucional

resumo

Hoje em dia é crucial que todas as empresas e instituições possuam uma boa estratégia de comunicação com o objetivo de conseguirem mais público. A aposta no audiovisual apresenta-se como uma forma criativa de comunicar. Esta dissertação propõe-se a descrever os vários passos para a realização de um documentário institucional sobre a “d'Orfeu – Associação Cultural”.

keywords

communication, institution, cultural association, d'Orfeu, audio-visual, institutional documentary

abstract

Nowadays it is crucial that all companies and institutions have a good communication strategy in order to get more public. The focus on audio-visual presents itself as a creative way to communicate. This dissertation proposes to describe the various steps for the realization of an institutional documentary about “d'Orfeu - Associação Cultural”.

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

PLANO DE INVESTIGAÇÃO	19
• Introdução	19
• Motivação Pessoal	19
• Problemática e Problema	19
• Questões de Investigação	20
• Finalidades e Objetivos	20
• Cronograma	21
• Modelo de Análise	21
 PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	 17
1. MAPA CONCEPTUAL	22
2. DESIGN DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	22
2.1 – O processo da comunicação humana	22
• Conceito de comunicação	22
• A tríade de interação de Thompson	23
• Patamares de comunicação	25
• Comunicar com objetivo	25
2.2 – O sistema de comunicação institucional	26
• Conceitos	26
• Sistema aberto da comunicação institucional	27
• Objetivos da comunicação institucional	28
• Missão institucional	28
• Tipologia das instituições	29
• Estrutura do funcionamento institucional	29
• Condições estruturais e contextuais	29
• Dimensões de produção do sentido da comunicação institucional	30
• Dinâmicas de interação da comunicação interna – Tipologias de direção	31
2.3 – A comunicação institucional mediada pelo audiovisual	32
2.4 – O género audiovisual	32
2.4.1 – O documentário como género audiovisual	33
• Definição	33
• Resumo histórico	34
• Os modos de documentário	36
• Os subgéneros	37
• O processo de criação de um documentário	39
2.4.2 – O documentário como produto de comunicação institucional	41
 PARTE II – CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	 42
1. FINALIDADE DO ESTUDO	42
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	42

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	42
• “d’Orfeu” – Associação Cultural: abordagem histórica, missão e estatutos	42
• Estrutura da instituição	43
• Património/Espaços	45
• Programação cultural	45
• Criações	46
• Protocolos/Apoios	46
• Mecenato	47
3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	48
3.1 – Métodos de recolha, registo e análise de dados	48
• Observação participante	48
• Método documental	49
• Entrevistas	49
PARTE III – PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO	51
1. PRÉ-PRODUÇÃO	51
1.1 – Pesquisa	51
1.2 – Guião de entrevista	53
1.3 – Material utilizado	53
2. CAPTURA	55
2.1 – Entrevistas	57
3. EDIÇÃO	60
3.1 – Montagem	61
3.2 – Efeitos e transições visuais e sonoras	64
• Genérico	66
• Créditos	67
4. PÓS-PRODUÇÃO	68
4.1 – Correção de cor	68
4.2 – Separadores	68
4.3 – Título	70
4.4 – Oráculos	71
4.5 – Sonorização	72
5. RENDER E EXPORTAÇÃO	73
CONCLUSÕES FINAIS	75
BIBLIOGRAFIA	77
ANEXOS	79

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa conceptual do projeto de investigação	22
Figura 2 – Representação do processo da comunicação em Thompson	24
Figura 3 – Patamares de ocorrência dos processos de comunicação localizados no espaço e no tempo	25
Figura 4 – Estrutura piramidal do sistema aberto da comunicação institucional	27
Figura 5 – Exemplos de imagens captadas nos primeiros eventos de 2012	51
Figura 6 – Contexto & Significado	52
Figura 7 – Página inicial do site da d'Orfeu	52
Figura 8 – Câmara Canon 550D	54
Figura 9 – Gravador Zoom H4n	54
Figura 10 – Suporte de Pescoço Lit S953 Foton	55
Figura 11 – Exemplos de imagens de corte recolhidas no Gesto Orelhudo'12	55
Figura 12 – Imagens captadas durante a semanada	56
Figura 13 – Exemplos de imagens de corte recolhidas na cidade de Águeda	56
Figura 14 – Fundadores d'Orfeu na sala de reuniões - Sede d'Orfeu	58
Figura 15 – Presidente e ex-presidente da direção - Sede d'Orfeu	58
Figura 16 – Equipa permanente: na d'Artec, em cima; sede d'Orfeu, em baixo	58
Figura 17 – d'Formadores - Pátio e interior da sede d'Orfeu	59
Figura 18 – Escritório do Francisco Silva e Celina da Piedade no Teatro Aveirense	59
Figura 19 – Gil Nadais e Elsa Corga nos respetivos gabinetes da Câmara Municipal de Águeda	59
Figura 20 – Samuel Rego - Pátio da sede d'Orfeu	59
Figura 21 – Gabriela Fernandez, do Perú (América do Sul)	59
Figura 22 – A janela do programa PP CS5. Ao centro a pré-visualização da edição. À esquerda o explorador de ficheiro com as pastas do projeto e em baixo a timeline com as várias faixas de áudio e vídeo.	61
Figura 23 – Entrevista ao Luís Fernandes	62
Figura 24 – Film burn adicionado	64
Figura 25 – Fotograma de uma das situações em que se usou a técnica film burn	64
Figura 26 – Aspeto da <i>timeline</i> quando adicionado o <i>film burn</i>	64
Figura 27 – Film burn usado em algumas imagens de arquivo	65
Figura 28 – Aspeto do vídeo após ser aplicado o film burn	65

Figura 29 – Efeitos de dissolve disponibilizados pelo Premiere Pro CS5	65
Figura 30 – Janela de configuração do Audio Gain de um determinado clip	66
Figura 31 – Antes e depois das correções de cor	66
Figura 32 – Fotograma exemplificativo do genérico	67
Figure 33 – Janela de edição dos créditos	67
Figura 34 – Ferramentas disponibilizadas pelo After Effects para correção de cor	68
Figura 35 – Exemplo de correção de cor efetuado	68
Figura 36 – Personalização do efeito Card Dance no After Effects	69
Figura 37 – O efeito typewriter no painel de efeitos	69
Figura 38 – Fotogramas da animação final do separador “Espaços”	70
Figura 39 – Aspeto final da imagem de fundo do título, no Adobe Photohop	70
Figura 40 – Fotograma do título do documentário inserido no produto final	71
Figura 41 – Efeito wiggle no After Effects	71
Figura 42 – Fotograma de um oráculo a identificar o entrevistado	72
Figura 43 – Ferramenta Normalize Master Track do Adobe Premiere Pro	73
Figura 44 – Exemplo do aspeto da janela de render	73
Figura 45 – Gravação do DVD através do Adobe Encore	74

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Estrutura inicial do produto final de investigação	81
Anexo 2 – Cronograma	85
Anexo 3 – Modelo de análise	89
Anexo 4 – Mapa conceptual	93
Anexo 5 – Apresentação 1º Semestre	97
Anexo 6 – Estatutos d’Orfeu	107
Anexo 7 – Regulamento Geral Interno	111
Anexo 8 – Estatuto de Utilidade Pública	123
Anexo 9 – Corpos sociais constituintes da associação	129
Anexo 10 – Protocolo com a Câmara Municipal de Águeda	135
Anexo 11 – Estatuto de Mecenato	145
Anexo 12 – Dossier d’Orfeu	155
Anexo 13 – Contactos	187
Anexo 14 – Guião de entrevistas	191



PLANO DE INVESTIGAÇÃO

• Introdução

No âmbito do mestrado em Comunicação Multimédia, vertente de audiovisual digital, que frequento desde 2011 na Universidade de Aveiro, apresentei aos coordenadores do curso um projeto de investigação, posteriormente aprovado pelos mesmos, que pretendia desenvolver como projeto final do mestrado. O objeto do estudo é a produção e realização de um documentário audiovisual como produto de comunicação institucional da Associação Cultural “d’Orfeu”. O documento escrito visa descrever passo a passo todo o processo desde a pesquisa inicial à exportação do vídeo.

• Motivação pessoal

Sabia que queria fazer algo desafiante e que estivesse ligado à minha área – o audiovisual – não queria simplesmente escrever um documento que apresentasse uma teoria de investigação útil para futuros estudantes. Queria produzir conteúdo que fosse de facto ilustrativo do meu gosto por esta área e que justificasse o facto de estar envolvida no meio audiovisual desde a minha licenciatura. Como estava a colaborar na secção de multimédia da Associação Cultural d’Orfeu, surgiu a ideia de produzir um documentário sobre toda a sua história, pessoas e o seu futuro.

O facto deste projeto de investigação poder ser útil para qualquer estudante da área do audiovisual digital que pretenda aprofundar os seus estudos no género do documentário institucional, foi também um dos pontos que me motivou a avançar com esta ideia. Este documento escrito pode ser adoptado como um manual de produção de um documentário, isto porque irei descrever todo o processo de produção, captura de vídeo e som, construção da narrativa, edição, pós-produção e render final.

Permitirá, portanto, aprofundar competências (não só as minhas, mas também de outros estudantes) de pesquisa, tratamento e estruturação de informações, desenvolver conceitos narrativos e formais, organizar a fase de produção e contactos, conduzir entrevistas a terceiros, captar som e imagem, montar e sonorizar um documentário.

Ter a oportunidade de ajudar a d’Orfeu através da divulgação das suas produções e do seu trabalho, de forma a que esta ganhe mais reconhecimento e mais público é, sem dúvida, um bom motivo para me estimular a concretizar com sucesso este projeto.

• Problemática e problema

Hoje, mais que nunca, o apoio às associações culturais é escasso. Estas, apesar de terem vontade de fazer mais e melhor cultura, não conseguem levar os seus projetos mais longe. É, portanto, crucial para estas instituições saber encontrar a melhor estratégia de comunicação de forma a alcançar mais público.

A Comunicação Institucional é uma área da Comunicação que pretende conhecer as instituições, não se limitando apenas à sua divulgação. Representa um conjunto de subsistemas comunicacionais produzidos por uma organização instituída, internos ou destinados ao exterior, no âmbito dos seus objetivos, visando uma dinâmica interativa de



participação e integração com os seus trabalhadores e a comunidade.

Uma das estratégias de comunicação institucional é a aposta no audiovisual. Neste ramo, o documentário institucional apresenta-se como uma forte arma a favor da instituição. Este género busca promover empresas ou instituições, isto é, apresentar a instituição a partir dos seus pontos mais marcantes. Assim, a linguagem do documentário institucional aproxima-se da propaganda. Independentemente do tipo de instituição, a preocupação do documentarista recai sobre o seu histórico, a trajetória de desenvolvimento, os seus êxitos e conquistas mais significativos, os aspectos humanos nas relações internas — entre funcionários e dirigentes — e externas — entre a instituição e a comunidade (ou o mercado). Procura-se, deste modo, não apenas informar, mas também construir uma imagem mediática favorável da instituição.

- **Questões de investigação:**

- O documentário institucional poderá ser uma estratégia de Comunicação Institucional aceite pela Associação Cultural d'Orfeu?
- A integração nesta associação poderá contribuir para melhorar o conteúdo do documentário institucional?

- **Finalidades e objetivos:**

- Recolher o máximo de informação que permita descobrir os métodos de comunicação institucional, focando a área do audiovisual
- Comparar os diferentes géneros de documentário, explicando a importância do documentário institucional
- Elaborar um guião com base em informação e entrevistas recolhidas a pessoas ligadas à d'Orfeu desde a sua fundação
- Produzir um documentário institucional, com a duração máxima de 45 minutos, que revele o histórico e a trajetória de evolução da associação, tendo em conta a sua missão, funcionamento, apoios financeiros, criações, espaços e pessoas.
- Descrever a concepção, pré-produção, realização e pós produção de um documentário institucional.
- Fazer com que o produto final chegue ao maior número de pessoas possível, principalmente junto dos entusiastas da cultura
- Partilhar algumas partes do documentário final via redes sociais.
- Propor a venda do documentário pela editora da d'Orfeu, a *d'Eurídice*.



- **Cronograma¹:**

O cronograma (ANEXO 2), elaborado em Novembro de 2012, dividiu-se em 5 fases: uma **fase contínua**, que englobava as reuniões de orientação com os docentes e a pesquisa de campo na associação cultural; a fase do **plano de investigação**, prevista para 3 meses, que ia desde a definição do título e objetivos do projeto à redação do plano de investigação; seguia-se a redação do **equadramento teórico** e a sua apresentação no final do 1º semestre; a fase de **produção do documentário** seria iniciada em Fevereiro e terminaria no final da primeira quinzena de Agosto, esta etapa (devido a vários imprevistos) acabou por se atrasar 2 meses; por fim, a fase final, de **entrega e defesa do projeto**.

- **Modelo de análise²:**

O modelo de análise (ANEXO 3) foi elaborado durante a fase do plano de investigação e pretendia estruturar o projeto de investigação mencionado as principais referências e autores, o problema e questão de investigação, metodologia utilizada e principais tópicos a ter em conta durante a investigação do objeto de estudo e na fase de implementação prática do documentário.

¹ Anexo 2 – Cronograma

² Anexo 3 – Modelo de análise

PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1. Mapa Conceptual

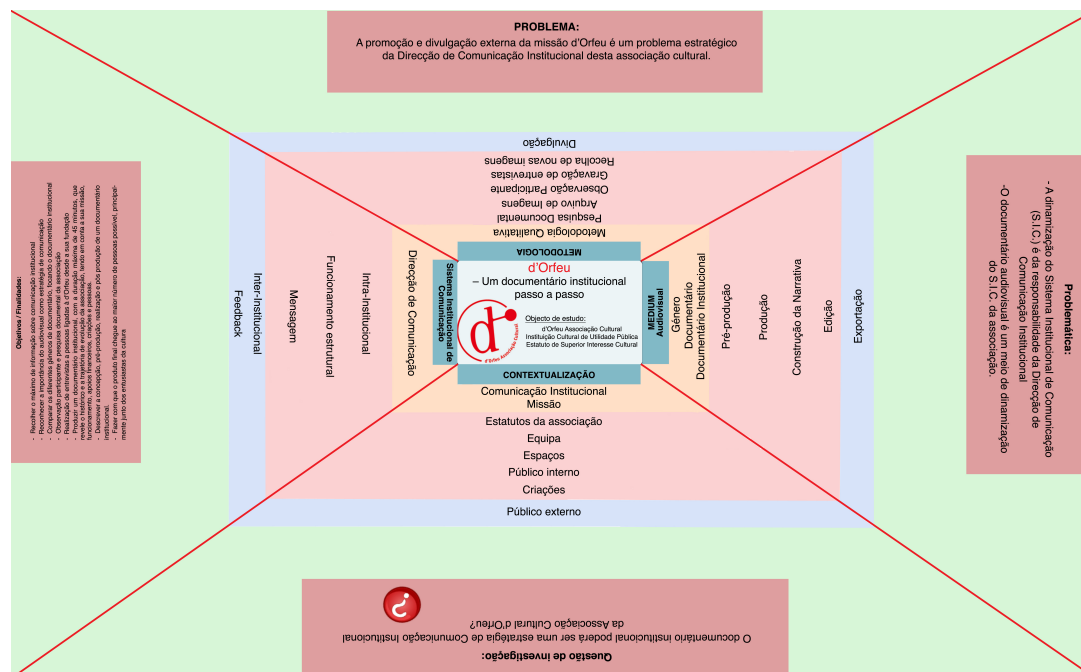


Figura 1 – Mapa conceptual do projeto de investigação

2. Design de Comunicação Institucional

O conceito de Design de Comunicação Institucional é definido, segundo Conceição Lopes (2004) como “a coprodução de uma nova realidade institucional que resulta do comportamento interessado e consciente do Humano/ator e coautor da comunicação institucional, que se orienta pela busca do Humano na missão a que se propõe e tem como objetivo tornar provável a intercompreensão. E, para o efeito usa-o como meio e suporte de concepção, produção e realização, implementação e avaliação de uma diversidade de estratégias e de artefactos/produtos”.

O design de comunicação institucional pressupõe o exercício de uma qualidade superior – a competência de comunicação. A comunicação humana é alvo de intercompreensões que influenciam o pensamento e a atuação no campo transdisciplinar da Comunicação Institucional, como tal torna-se necessário fazer uma abordagem ao processo de comunicação humana.

2.1 – O processo da comunicação humana

▪ Conceito de comunicação

Comunicação é uma palavra que trata de “linguagens, silêncios, relação, interação, cultura, gestos, olhares, emoções, memórias afectivas, tempos, compreensões e explicações e outras tantas significações”. (LOPES, 1998). Segundo o



dicionário da Priberam³, a palavra comunicação que deriva de “comunicar” significa informação, participação, aviso, transmissão, meio, notícia, passagem, ligação, convivência, relações.

Todos estes significados recorrem a um sistema simbólico. Nas palavras, por exemplo, cada letra é um símbolo que tem um significado ou característica. Estes símbolos quando em conjunto, respeitando as regras da escrita, formam palavras e estas formam textos com significação ainda mais alargada que culminam numa mensagem.

A comunicação começa onde termina a informação. Adriano Duarte Rodrigues (1999) considera que a “comunicação, ao contrário da informação, é um processo que ocorre entre pessoas dotadas de razão e de liberdade, entre si relacionadas pelo facto de (...) pertencerem a um mesmo mundo cultural”. Denis McQuail (2003) define-a como um “processo de crescentes pontos comuns ou de partilha entre participantes, com base nas mensagens enviadas ou recebidas (...) As dimensões mais importantes da comunicação dizem respeito a dois pontos: o grau de resposta ou retorno ([...] processo interativo) e o grau em que uma relação comunicacional é também uma relação social”.

Comunicar pressupõe um saber comum, um grau de conhecimentos nivelado e/ou equilibrado; pressupõe uma troca, partilha, resposta, retorno - “*feed-back*”. É um processo recíproco de troca simbólica reversível. Implica, ainda, redundância, previsibilidade, o estabelecimento de relações. Criam-se e mantêm-se relações sociais, vínculos comunitários, através da comunicação.

▪ A tríade de interação de Thompson

A tríade de interação de John Thompson enquadra-se no âmbito do estudo da comunicação. Interessa fazer uma alusão à sua significação para melhor se perceber este complexo processo que é o da interação humana.

No artigo intitulado “31” elaborado por Conceição Lopes para a Conferência e-Challenges da Universidade do Minho do ano de 2011, encontra-se a apresentação que John Thompson faz desta tríade como característica do processo de comunicação. Esta divide-se em três categorias que têm características muito “próprias” e que diferem umas das outras mas que são “indivisíveis”, “cada um dos processos de comunicação contém todos os outros e todos os outros, num só, estão nele contidos.” (LOPES, 2011).

A tríade é então composta pelas seguintes categorias:

- **Interação face-a-face:** tem como princípio a interação que se realiza face-a-face, “em contexto de copresença, onde o espaço e o tempo são compartilhados”, acontece através do diálogo e esteve mais presente em sociedades que não faziam uso da escrita;

³ Link com a definição relativa ao conceito de comunicação:

<http://priberam.sapo.pt/dlpo/default.aspx?pal=comunicação>, consultado a 1 de Outubro de 2012

- **Interação mediada** acontece através de um meio técnico (ex.: carta/telefone) e em espaço/tempo não coincidentes e usa o mesmo tipo de comunicação, dialógica;

- **Interação mediatizada** é um relacionamento estabelecido através de meios tecnológicos (ex.: televisão) que pode acontecer de forma simultânea ou não dependendo da situação e é orientada para um número indefinido e infinito de receptores potenciais, sendo a sua natureza monológica.



Figura 2 - Representação do processo da comunicação em Thompson (LOPES, 2007)

Nesta representação, fica claro, que as categorias de comunicação da tríade de interação de Thompson se complementam e coexistem e exemplo disso é de que “a experiência humana e social da comunicação face-a-face não é substituída pela comunicação *online*. Nem a comunicação institucional, numa família, numa empresa, num hospital, numa universidade ou numa nação não se reduzem à comunicação mediatizada pelos media de comunicação social. A questão é que cada uma delas impõe um conjunto de competências e de especializações próprias ao desempenho de papéis sociais, sejam como filho, estudante, namorado, cliente, consumidor, *designer*, educador de infância ou professor.” (LOPES, 2011).

▪ Patamares de comunicação



Figura 3 - Patamares de ocorrência dos processos de comunicação localizados no espaço e no tempo. (LOPES, 1998)

A comunicação intrapessoal, apesar de poder ocorrer na presença de outros, é uma espécie de monólogo. Já a interpessoal pressupõe a existência de dois ou mais indivíduos a comunicarem face-a-face, é uma comunicação presencial. O terceiro patamar, “in-grupo”, diz respeito a um conjunto de indivíduos que trabalham com um objetivo comum, apesar de desempenharem funções diferentes. A comunicação institucional/organizacional visa uma dinâmica interativa de participação e integração com os seus trabalhadores e a comunidade. A comunicação intercultural refere-se ao processo de comunicação entre representantes de culturas diferentes. O sexto e último patamar diz respeito ao processo de comunicação dirigido a uma grande audiência através dos meios de comunicação social.

Cada um destes patamares contém todos os outros e todos estão contidos num só.

▪ Comunicar com objetivo

Comunicar é, também, intervir para mudar o estado de situação de outrem. É contribuir para que esse outro mude a sua percepção da realidade e suscitar comportamentos diferentes. Uma das razões pelas quais o Humano comunica é para influenciar, para exercer uma influência deliberada ao mesmo tempo que se está consciente dos efeitos que se quer ou não produzir. Aliás, este motivo é essencial para evitar fenómenos frequentes de manipulação e de auto-manipulação na comunicação. Quando não se sabe o objetivo a atingir, facilmente nos dirigimos para uma direção que não se quer. A noção ética e do respeito do outro está no centro de toda a comunicação. Na comunicação com objetivo de ação comum, a relação é regulada em função do objetivo a atingir.

É isto que acontece na comunicação institucional.



2.2 – O sistema de comunicação institucional

▪ Conceitos

Importa, antes de mais, salientar o que se entende por **instituição**. Segundo Marcel Mauss, uma instituição é “um conjunto de atos ou de ideias instituído que os indivíduos encontram diante de si e que a eles se impõem”. Para Malinowsky, a “instituição é um sistema organizado de atividades humanas, sempre à volta de uma necessidade fundamental”, representa então um sistema formal, vivo, aberto à mudança que se estrutura de modo a responder às necessidades humanas e sociais que justificam e explicam a sua origem. Pressupõe um conjunto de crenças, normas e códigos de comportamento, o uso de equipamento em comum e o estabelecimento de uma interface intra e interinstitucional e internacional.

As instituições definem papéis que cabem aos seus membros, para que sua ação conjunta seja bem sucedida. Deste modo apresenta-se também como uma organização de relações sociais e os seus papéis e estatutos são elementos a ter em conta na instituição. Possuem também códigos de comportamento, já referidos, que respeitam um sistema de valores que pretendem preservar. Estes **códigos** são um meio importante de controlo e indispensáveis ao processo de formação de atitudes e de exercício das atribuições definidas para os públicos-alvo que integram e interagem com a instituição. Assim, entende-se também por instituição tudo o que é socialmente elaborado pelo Homem seja em sentido corrente, jurídico, sociológico ou religioso. É algo estruturado e duradouro, constituído segundo as necessidades humanas (familiares, económicas, culturais, etc.).

A instituição pode gerar organização, mas nem sempre o contrário acontece. Uma **organização** é um conjunto de coletividades mediadas pela missão (o que legitima toda a atividade/papel da instituição) institucional e pela instituição, apresentando uma ordem normativa, sistemas de comunicação e uma administração. Jacques Markovitch (*in* Contribuição ao Estudo da Eficácia Organizacional) refere que “quando o Homem junta esforços com os outros homens surge a organização. O Homem é um ser que produz e por isso se associa. A organização corresponde a uma associação de Homens e a uma coordenação de esforços”.

Todas as organizações modernas dependem de saber especializado e da transmissão da informação, levando a uma maior flexibilidade com o uso das tecnologias da comunicação e da informação.

Cada instituição possui uma **estrutura**. Segundo Conceição Lopes, a estrutura é, formalmente, a maneira como está organizada a instituição e que transpõe graficamente no organograma e, informalmente, o modo como ele funciona na prática. Essa estrutura é ainda caracterizada pela forma como se encontram distribuídas as tarefas e as hierarquias e como é feita a gestão dos recursos humanos (admissões, suspensões, férias, formação...) e também como se estabelecem, dinamizam e se cumprem as normas de comunicação do sistema institucional.

▪ Sistema aberto da comunicação institucional

O sistema da comunicação institucional pode-se representar numa estrutura piramidal, formalmente instituída e estruturada por três subsistemas que configuram e articulam de modo circular e interdependente as relações e as interações funcionais e simbólicas, apesar de estas, estrategicamente, desenvolverem e manterem nos diversos subsistemas, processos de dinamização e de coprodução institucional com um grau de relativa autonomia e representatividade.

Na base da pirâmide situa-se então o subsistema interno ou intrainstitucional, é a base da comunicação institucional; o segundo eixo é o subsistema interinstitucional, onde se situa a sociedade e os mercados; o do topo corresponde ao eixo transnacional/internacionalização.

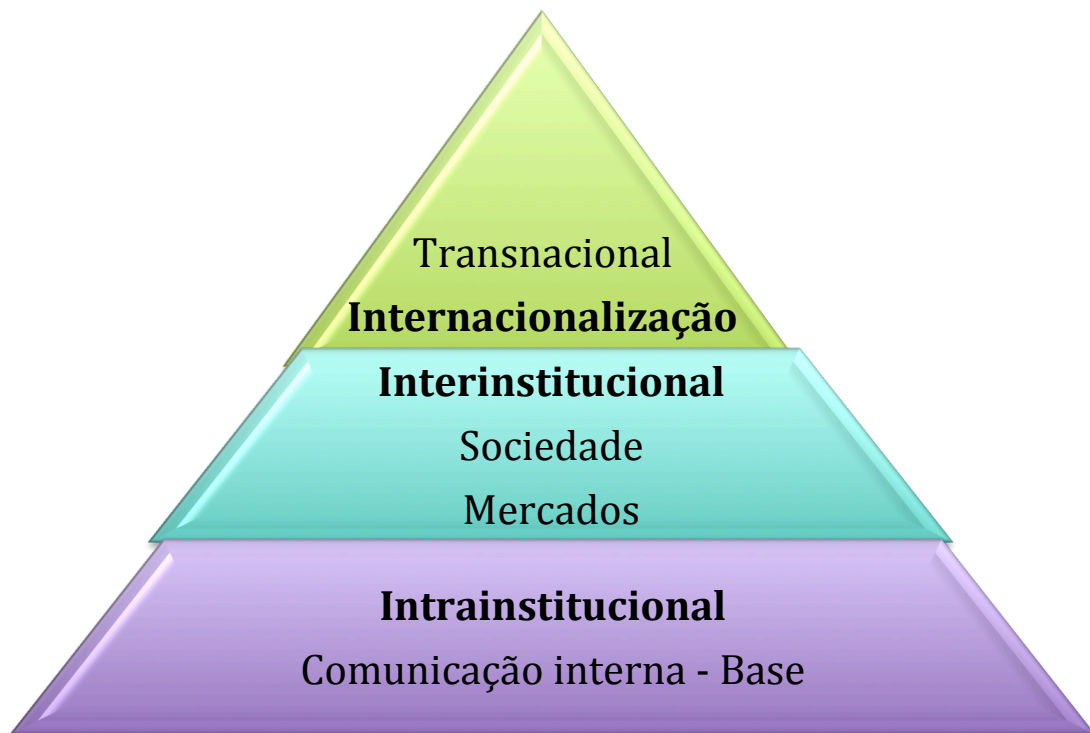


Figura 4 - Estrutura piramidal do sistema aberto da comunicação institucional (LOPES, 2005)

Este sistema operacionaliza a intercompreensão, a missão da instituição, direciona-se estrategicamente para diversos sujeitos-alvo, que a integram promovendo e produzindo de modo formal e informal a circulação da comunicação e da informação, coesão e confrontação, havendo duas tendências: mudança e homeostasia, que estão na base da complexidade das condutas direcionadas para a aprendizagem e provocação da mudança. É este sistema que faz depender as componentes umas das outras na produção do sentido da finalidade institucional. Qualquer estratégia de comunicação institucional, emerge da consideração do contexto do subsistema em causa, ganhando sentido, conteúdo e oportunidade estratégica no sistema global.

Em todos os subsistemas, os diversos públicos-alvo têm necessidades de



comunicação e de informação organizacional e institucional. Todos desejam ser esclarecidos quanto à missão, finalidades e orientações da instituição. Os públicos-alvo são muito heterogêneos, para os conhecer e com eles intervir é necessário recensear, qualificar e hierarquizar. A missão da comunicação da instituição/organização é predominantemente resultante de processos coproduzidos pelos públicos-alvo internos, com efeitos multiplicadores nos públicos-alvo externos integrados nos dois subsistemas (transnacional/internacionalização e interinstitucional/sociedade/mercados).

A finalidade deste sistema é a manutenção e o desenvolvimento do próprio sistema, é a missão da instituição e o seu projeto global que operacionalizam o sistema, formulam e definem as estratégias para se atingir as finalidades.

▪ **Objetivos da comunicação institucional:**

O sistema de comunicação institucional é um sistema com objetivos de ação comum, onde a interação e a inter-relação está centrada não nos jogos de poder pessoal, mas no objetivos a atingir.

– **A nível interno**

- Integração / participação dos trabalhadores;
- Fazer circular a informação;
- Melhorar a eficiência da instituição/organização
- Auto-organização
- Controlo “ético” dos objetivos organizacionais e do modo como os trabalhadores “os vivem.
- Criação e manutenção de elevados níveis de confiança
- Criar e estimular a identidade e a coesão
- Facilitar o trabalho comum

– **A nível externo**

- Integração / participação com as comunidades;
- Integração para o direcionamento das escolhas críticas em situações de concorrência razoáveis;
- Proteção do consumidor /os parâmetros da qualidade;
- Informação sobre as características e os desempenhos dos produtos e serviços da organização;
- Informação sobre objetivos estratégicos e políticas que interessem às comunidades.

▪ **Missão institucional**

É a justificação da razão de ser e de existir da instituição.

A missão descreve a visão da instituição, os seus valores e crenças que deverão ser compartilhados.



É o propósito geral e a filosofia da instituição, geralmente escrito num regulamento, num manual de políticas e ainda no enunciado do relatório anual. É formalmente definida e instituída bem como os resultados que a mesma visa atingir.

A missão geralmente é comunicada através do logótipo ou marca identificadora da sua singularidade e tem um grande impacto sobre o sistema da comunicação institucional.

▪ **Tipologia das instituições**

As instituições têm como objetivos/funções a manutenção do equilíbrio social e a preservação dos valores individuais e coletivos. Estes são determinados de acordo com a natureza (missão) da instituição e, também, de acordo com o tipo de necessidades da mesma.

Deste modo, estas podem ser classificadas como: instituições sociais; políticas; económicas; integrativas; culturais; ou religiosas. Podendo ser internacionais, regionais ou locais. Quanto ao seu estatuto, podem ser de estatuto Público, Privado ou Misto, podendo ser governamentais ou não governamentais, com ou sem fins lucrativos.

Assim, as instituições geram numerosas formas de organizações que influenciam a maioria dos aspectos da vida das pessoas.

▪ **Estrutura do funcionamento institucional**

Uma instituição é organizada em cinco componentes:

- Núcleo técnico: constituído pelo pessoal que realiza o trabalho básico da organização. Gera saídas de produtos e/ou serviços da instituição/organização;

- Suporte técnico: ajuda a instituição/organização a adaptar-se ao ambiente. Investigação dos diversos ambientes, identificando-se os problemas e planeando as soluções. Responsáveis pela mudança e produção do núcleo técnico;

- Suporte administrativo: realização e conservação da instituição/organização. É quem recruta e controla, define remunerações e formação dos trabalhadores, mantém e conserva as máquinas/equipamento/material;

- Administração: está subdividida em dois grupos, a Alta Administração e a Administração Média. O primeiro fornece a direção, estratégia, metas e políticas para todas as organizações da instituição. O segundo é responsável pela implementação e coordenação a nível departamental.

▪ **Condições estruturais e contextuais**

Sendo a comunicação institucional um sistema aberto, há que considerar, segundo Daft (2002), as suas condições estruturais e contextuais. As primeiras fornecem características internas a cada subsistema e criam a base para avaliar, controlar e comparar estratégias e produtos de comunicação. As condições contextuais caracterizam



cada um dos subsistemas e todo o funcionamento do sistema incluindo metas, objetivos e tecnologia. Estas influenciam e moldam as condições estruturais.

Assim sendo, são seis as condições estruturais da comunicação institucional:

- 1- Formalização: documentação escrita da instituição;
- 2- Especialização: tarefas subdivididas em cargos separados;
- 3- Hierarquia de autoridade: quem se reporta a quem, relaciona-se com limite de controle;
- 4- Centralização: nível hierárquico que tem autoridade para decidir. Se a decisão pertence ao nível mais elevado, a instituição é centralizada. Se a decisão pertence ao nível mais baixo, é uma instituição descentralizada;
- 5- Profissionalismo: refere-se à formação e treinamento dos trabalhadores;
- 6- Taxas de pessoal: classificação dos trabalhadores pelas diversas funções e organizações.

Por sua vez, as cinco condições contextuais da comunicação institucional são as seguintes:

- 1- Tamanho: quantidade de pessoas que estão integradas na instituição mais o total de vendas, mais o total de equipamentos;
- 2- Tecnologia: natureza dos equipamentos, ações técnicas, produção de bens e serviços;
- 3- Ambiente: vida institucional interna e externa. Cultura, ética.
- 4- Meios e estratégias: definem o propósito e as técnicas competitivas que as distinguem das outras instituições.
- 5- Cultura: conjunto de valores, crenças, conhecimentos e normas essenciais compartilhados pelos trabalhadores. Factor de coesão institucional.

▪ **Dimensões de produção do sentido da comunicação institucional**

O sistema de comunicação institucional integra um conjunto de dimensões de produção dos sentidos das mensagens que dinamizam todo o sistema do funcionamento da organização que este produz. Este conjunto interfere na eficácia das estratégias e produtos de comunicação institucional.

As dimensões são:

- Gestão: informa, explica, envolve e compromete os diversos públicos-alvo que contribuem para a concretização da missão e objetivos da instituição. Respeita a ética da comunicação institucional e promove a coesão dos diferentes públicos-alvo;
- Económica: valoriza a produção e promove o mercado institucional ou de serviços através de estratégias tecnológicas e científicas que assegurem a qualidade e reconhecimento dos diversos produtos;
- Humanista e social: humaniza a vida organizacional através de estratégias que considerem, satisfaçam, invistam e respeitem os diversos públicos-alvo, dando importância a estes;



- Política: reconhece as violentas transformações do tecido económico. Destaca as estratégias discursivas e previne conflitos;

- Institucional: produz decisões e conhecimento, informa, explica, envolve os públicos-alvo, a sociedade e os mercados onde a instituição está inserida – contribui para a cidadania ativa;

- Cultural: integra, promove a coesão entre os seus membros na defesa da missão e na manutenção da sua coerência na operacionalização dos objetivos. Dinamiza a marca da instituição e diferencia os seus patamares. Factor de afirmação do sistema de comunicação, da identidade e da sua organização.

▪ Dinâmicas de interação da comunicação interna - Tipologias de direção

Cada vez mais as empresas precisam de um departamento que se ocupe da sua comunicação interna, no sentido de que todos os empregados disponham das informações adequadas para a realização das suas tarefas dentro da empresa, de forma a que o seu trabalho seja bem sucedido. É, portanto, fundamental assegurar uma boa dinâmica de comunicação intrainstitucional, que é executada em diferentes sentidos.

A comunicação descendente

- Comunicação do superior para o subordinado.
Informação e direção do pessoal;
- Tem como finalidade transmitir determinações ou instruções por intermédio de um comando, uma norma, ou um procedimento;
- Pode objetivar, dizer aos subordinados como e porque fazer, acrescentando ao propósito de instrução o de aumentar a compreensão;
- Este tipo de comunicação deve incluir doutrinação, educação e a argumentação possível;
- Recorre, normalmente a meios convencionais e utiliza uma linguagem e postura formais.

A comunicação horizontal

- A que se realiza através dos diferentes sectores, serviços, especialidades, departamentos das empresas;
- Tem como finalidade integrar os esforços das diversas unidades, mantendo o nível de cooperação necessário à prossecução dos objetivos organizacionais;
- Serve igualmente, finalidades secundárias, permitindo esclarecimentos, a troca de aspectos técnicos e principalmente conciliar diferenças de opinião entre serviços;
- Estes canais formais e ou informais de comunicação nem sempre fluem livremente devido a conjunto de barreiras, muitas delas ligadas à disputa do poder ou ao desejo de protagonismo;
- Objetivos pessoais e de grupo *versus* organizacionais.



A comunicação ascendente

- Comunicação do subordinado para o superior;
- Tem como finalidade a prestação de contas sobre o desempenho dos trabalhos distribuídos / encomendados, da utilização dos recursos que lhe foram concedidos e das circunstâncias que afectaram a prossecução dos propósitos;
 - Os de baixo para o topo da hierarquia para expressarem opiniões e tecer críticas.
 - Um bom funcionamento desta via de comunicação evita os conflitos, as incompreensões e poderá dar aso a que os superiores tomem conhecimento de situações a rever;
 - A intervenção crescente dos destinatários “típicos” na gestação das mensagens. O “esvaziamento” das organizações corporativas tradicionais, sindicatos, comissões de trabalhadores.

2.3 – A comunicação institucional mediada pelo audiovisual

Com a evolução das tecnologias, tanto a comunicação interna como a externa das instituições sofreram evolução. Muitas foram as vantagens que esta área trouxe para as relações intra e interinstitucionais, beneficiando também a relação com os públicos-alvo.

Uma das apostas eleitas por parte das organizações para transmitir e fazer cumprir a sua missão é o meio audiovisual. Esta técnica é usada para diferentes estratégias de comunicação da instituição. Frequentemente são criados vídeos que fornecem diretrizes institucionais (características e funcionalidades da instituição); são cada vez mais realizadas videoconferências entre os membros de uma equipa de trabalho; já existem canais de TV internos, um canal exclusivo da instituição; os vídeos motivacionais são também outro exemplo útil; vídeos para a prevenção de acidentes em determinado acontecimento organizado pela instituição; depoimentos do público/clientes para reforçar ou melhorar o trabalho realizado; vídeos promocionais e de divulgação com cariz publicitário utilizados para seduzir o consumidor a adquirir determinado produto ou a aderir a determinado evento; vídeo-tutoriais; o audiovisual é também usado para fazer a cobertura dos vários eventos ou campanhas realizados, dando mais visibilidade à instituição e transmitindo também os seus valores e missão; por fim, temos os vídeos institucionais que funcionam como cartão de visitas, apresentando a filosofia de trabalho, missão, valores, ramo de atuação, conceito, história e membros da instituição.

Todas estas opções que podem ser criadas através da conjugação do som com a imagem, exprimem-se através de diferentes géneros do audiovisual.

2.4 – O género audiovisual

O audiovisual é o resultado das interações entre as imagens, as músicas, o texto verbal e os efeitos sonoros. O produto audiovisual pode ser transmitido através de filmes exibidos em cinema, programas de televisão aberta ou fechada, vídeos distribuídos em VHS ou DVD, exibidos em salas especiais ou através da internet. Podem ser ficcionais (em formato de curta ou longa metragem, série, minissérie, novela, etc.),



de animação, comerciais, institucionais, educativos, musicais, ou em género de documentário.

Foquemo-nos neste último género que ilustra o produto final deste projeto.

2.4.1– O documentário como género audiovisual

“Os documentários levam os espectadores a novos mundos e experiências através da apresentação de informações factuais sobre pessoas reais, locais e eventos, retratados em geral através da utilização de imagens reais e artefactos”.

(Sheila Curran Bernard, in “Documentary Storytelling”, 2007, p.2)

“O documentário é uma porta aberta para um conhecimento aprofundado sobre a nossa própria realidade”

(Manuela Penafria, in “O filme documentário”, 1999, p.103)

▪ Definição

De forma simples podia-se definir o documentário como um produto audiovisual sobre a vida real, e não a vida real. Um documentarista conta uma história sobre a vida real, tentando ao máximo expor a veracidade dos factos.

A própria palavra “documentário”, na sua forma portuguesa, sugere ligação a um documento, que em si é uma “prova, testemunho, confirmação” de algo⁴.

Mas o certo é que não há forma de este não ser manipulado, uma vez que desde a escolha do tema, passando pela forma como as questões são colocadas ou na edição, há sempre algum tipo de manipulação. O que o público espera ver é um ponto de vista honesto e verdadeiro da parte do documentarista.

Bernard (2007) diz que uma forma simples de descrever o conceito de documentário é que este “não é um filme”, ou melhor dizendo, “é um filme sério...que tenta ensinar algo”. Um documentarista não é um cineasta, nem é um jornalista de grandes reportagens.

Manuela Penafria (2001), refere que o documentário, “recorre a procedimentos próprios do cinema (escolha de planos, preocupações estéticas de enquadramento, iluminação, montagem, separação das fases de pré-produção, produção, pós-produção, etc.)”. Mas, por outro lado, o espetador exige que um documentário, por manter uma relação de grande proximidade com a realidade, respeite um determinado conjunto de características: “não direção de atores, uso de cenários naturais, imagens de arquivo, câmara ao ombro, etc.”. São estes factores que garantem e preservam a veracidade e a naturalidade de um documentário.

O que distingue o documentário da ficção é precisamente a sua estrutura dramática e narrativa. Penafria diferencia estes dois componentes: “a estrutura dramática é constituída por personagens, espaço da ação, tempo da ação e conflito. A estrutura

⁴ <http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=documento> , acedido a 30 de Dezembro de 2012



narrativa implica saber contar uma história; organizar a estrutura dramática em cenas e sequências, que se sucedem de modo lógico”. Tudo isto é abrangido no ponto de vista do autor.

▪ Resumo histórico

O documentário começa nos últimos anos do século XIX. Segundo o livro “História do cinema mundial”, organizado por Fernando Mascarello, em 1913 o explorador Robert Flaherty registou, através de uma câmara, uma expedição que teve como resultado o filme *Nanook of the North* (1922), sobre a história de uma família de esquimós. Como se verificava uma linha narrativa e estética que não podia ser enquadrada na categoria de ficção, *Nanook* foi considerado um protótipo do filme documental.

Vários historiadores afirmam que o termo “documentário” foi usado pela primeira vez num artigo escrito por John Grierson para o jornal *New York Sun* em fevereiro de 1926, era uma crítica ao filme *Moana* de Robert Flaherty e o termo foi emprestado do francês “documentaire” com o qual eram designados os filmes de viagem. Na altura, Grierson escreveu: “sendo um relato visual da vida quotidiana dos jovens polinésios tem valor documental”. Mais tarde definiu esse tipo de filme como um género “de tratamento criativo da atualidade”. Este impulso gerou, nos seguintes vinte anos, uma corrente de novas criações de género documental.

Apesar de ser uma fase inicial, já nesta altura os documentários que surgiram assumiam diversas temáticas: *Rain* de Joris Ivens surgiu em 1929, era uma história sobre um dia de chuva, definido para uma peça de música clássica, em que a tempestade reflete a estrutura da música, tratava-se de um poema visual; Dziga Vertov defendeu o futuro do documentário e fez o *Man with a Movie Camera* (1929), num formato propagandista não só de um regime político como também deste novo género que Vertov queria provar ser possível combinar factos e sentimentos, sem falsa realidade, uma espécie de “cine-olho”. Estes foram também os primeiros grandes documentaristas, aliados a nomes como o de Alberto Cavalcanti (1936 - *Coal Face*) e Harry Watt (1938 - *North Sea*). Contudo, quando os irmãos Lumière exibiam cenas do seu dia-a-dia, estavam a retratar a época num carácter completamente experimental. Mesmo que de forma despretensiosa, estavam, de algum modo, a registar e a documentar.

Foi o escocês John Grierson que, em 1933, fundou a GPO Film Unit, uma escola documentarista para formalizar o género, respeitando as seguintes características estruturais: imagens rigorosamente compostas, a mistura de música e som ambiente, o ritmo de montagem e os comentários em voz *off*. A sua função era primariamente educativa e social, com o objetivo de formar a opinião pública. Em 1940 esta escola passa-se a chamar *Crown Film Unit* e é liderada pelo ministro da informação britânico.

Em meados da década de 1950 e início dos anos 1960, com a revolução tecnológica das câmaras portáteis e a hipótese de gravar som e imagem simultaneamente e de forma mais económica, passou a ser possível a realização de entrevistas de rua e a produção de novos estilos e alternativas. Surge assim, o conceito



de *cinema direto*⁵ nos Estados Unidos, e o *cinema verdade*⁶, no Canadá. Segundo Richard Barsam (1992), estes movimentos, apesar de distintos, significaram uma ruptura com a tradição clássica do documentário representada pelo documentarismo britânico e por Grierson, criaram um novo conceito de “realidade”, influenciados principalmente pelo neorrealismo italiano e pela *nouvelle vague* francesa.

Ano após ano novas técnicas e estilos surgiram e foram várias as produções realizadas. Os documentários começaram a incluir fotografias, excertos de filmes, reportagens televisivas, vídeos caseiros, desenhos, grafismos, etc. Os livros, as peças de teatro, as cartas, a internet ou os jornais passam também a ser fontes de informação relevantes para a narrativa. Tudo isto permitiu mais e melhores abordagens sobre temáticas da vida real.

Em Portugal, o documentário surge também nos anos 20. Contudo, a 6 de Maio de 1927, é criada a lei dos 100 metros, tornando-se obrigatório “em todos os espetáculos cinematográficos a exibição de uma película de indústria portuguesa com o mínimo de 100 metros, que deverá ser mudada todas as semanas e, sempre que seja possível, apresentada alternadamente, de paisagem, e de argumento e interpretação portugueses”. Supostamente esta lei protetora seria um impulso no desenvolvimento do documentarismo, porém, eram obras de cerca de três minutos, mas na sua maioria de fraca qualidade e subordinados aos interesses do Estado. António Lopes Ribeiro⁷ escreveu em 1930, na revista Kino: “malbarataram-se os recantos de maravilhosa fotogenia em mil e um documentários de cem metros, moídos por obrigação em qualquer piquenique, para encher o bandulho a uma lei pantagruélica, de boa intenções, mas de estômago desgraçado”.

Nazaré, Praia de Pescadores (1929), de Leitão de Barros (1896-1967), foi o primeiro documentário nacional. Seguem-se outros como *Lisboa, Crónica Anedótica* (1930) também de Leitão de Barros; *Alfama, Gente do Mar* (1931), de João de Almeida e Sá e *Douro, Faina Fluvial* (1931) de Manoel de Oliveira.

Na década de 40 a partir da lei nº 2027 de 18 de Fevereiro de 1948 é criado o Fundo do Cinema Nacional, subsidiando a produção cinematográfica. Apesar do apoio, poucos foram os realizadores que continuaram a produzir documentários, dedicando-se apenas à ficção. A censura da década de 70, ao impedir a exibição de filmes de intervenção, também não ajudou o crescimento do documentário português.

Depois do 25 de Abril surge uma grande produção de documentários, exibidos pela RTP. Filmes que consistiam em “documentar, com entrevistas aos principais participantes no caso registado, um dado problema social, político ou cultural, partindo-se da denúncia para a tentativa de resolução, conforme a opção política dos autores.” (PINA, L. 1977). A título de exemplo temos o “Que Farei eu Com Esta Espada?” de João César Monteiro.

⁵ O cineasta não interfere no assunto. O documentário é apresentado de tal forma que o público pode tirar as suas próprias conclusões.

⁶ O cineasta pode provocar uma reação na pessoa ou pode expressar uma opinião através de um determinado ponto de vista ou pela montagem do documentário.

⁷ Fundador do semanário fotográfico “Kino”



Mas só nos anos 90 é que surgiu uma nova geração de realizadores, que vieram recuperar o atraso em relação à produção feita no estrangeiro. Segundo José Manuel Costa, até aos anos 90: “não houve no nosso país uma verdadeira tradição documental, no sentido em que não houve um movimento, mesmo que pouco expressivo ou temporário, que tenha apostado consistentemente no género”. (COSTA, J.M, 2005). Começaram a aparecer ciclos de cinema documental, associações que promoviam o género documentário, como a *Apordoc* - Associação pelo documentário (1998), o Doclisboa, apoios financeiros específicos para a produção e desenvolvimento de documentários pelo IPACA (Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual), organismo tutelado pelo Ministério da Cultura e antigo Instituto Português do Cinema.

Surgem ainda mais festivais de cinema do género como o Festival AVANCA-Encontros Internacionais de Cinema, Televisão, Vídeo e Multimédia, o Festival de Curtas-Metragens de Vila do Conde e o festival dos Caminhos do Cinema Português, em Coimbra. Em 2006, a Videoteca da Câmara Municipal de Lisboa e a Apordoc criaram a PANORAMA - Mostra do Documentário Português, assumindo-se como um canal privilegiado para aceder aos documentários feitos em Portugal ou por portugueses.

Todo este investimento no documentário é tido em conta pelas universidades e escolas profissionais que, no final do século XX, começam a incluir disciplinas de produção de documentário nos seus cursos, apesar de estas serem mais especializadas no audiovisual televisivo e não tanto para a vertente cinematográfica. Atualmente essa situação já foi modificada e criaram-se cursos, dos vários níveis académicos, especificamente sobre documentário. Isto contribuiu para um aumento bastante significativo das obras e de documentaristas portugueses. Um dos exemplos recentes é o documentário de Miguel Gonçalves Mendes, *José e Pilar*, que mostra a vida de José Saramago e Pilar del Rio durante dois anos. O documentário estreou em Portugal em 2010 e foi dos filmes portugueses mais visto no país com um total de 22 mil espetadores (durante 4 meses consecutivos em cartaz), foi ainda nomeado para melhor filme documental pela Academia Brasileira de Cinema.

▪ Os modos de documentário

Segundo Bill Nichols⁸, existem 6 tipos de documentários: expositivo, poético, participativo, observacional, reflexivo e performativo.

O modo expositivo preocupa-se mais com a defesa de argumentos do que com a estética e subjetividade, geralmente através de um narrador, a chamada “voice of god”. São objetivos e a narração é feita de forma a manter a preservar a continuidade da argumentação. O trabalho de John Grierson era um exemplo deste modo de documentar.

O modo poético destaca a subjetividade e a expressão artística. Há uma valorização dos planos e do tom usado pelo documentarista no seu ponto de vista. Na construção do texto usam-se poemas e excertos de obras literárias. *Man of Aran* (1934) de Robert Flaherty's é um exemplo fiel.

⁸ Introdução ao Documentário. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2005



No modo observacional, o documentarista busca captar a realidade tal como aconteceu, há uma espécie de janela aberta para o mundo real, evitando a falsa realidade como é defendida pelo *cinema direto*. Há um registo dos factos sem que o documentarista interfira ou manipule e não há narração, uma vez que as cenas devem falar por si mesmas. Como exemplo temos o documentário *Hospital* (1970), de Frederick Wiseman.

O modo participativo, mostrar a interação do documentarista com o que está a ser filmado. Este chega a provocar o entrevistado para que ele fale, tal como acontece nos documentários de Michael Moore.

O modo reflexivo deixa claro para o telespectador quais foram os procedimentos da filmagem. Mostra uma reconstrução da verdade, representa uma verdade, não “a” verdade. O grande exemplo deste modo é o filme *Man With a Movie Camera* (1929) de Dziga Vertov.

No modo performativo a natureza subjetiva do documentarista é enfatizada. Realça o impacto emocional e social na audiência. Um exemplo marcante é o filme *Supersize Me* (2004), de Morgan Spurlock.

Todos estes modos, apesar de distintos, têm semelhanças. Uma delas é o facto de necessitarem de uma audiência. “No seu melhor, os documentários devem fazer mais do que ajudar os espectadores a passar o seu tempo; devem exigir um compromisso ativo, desafiando-os a pensar sobre o que sabem, como sabem, e o que mais podem aprender. Um bom documentário confunde expectativas, quebra barreiras, e leva-nos a mundos – tanto mundos literais como mundos de ideias – que não antecipámos entrar” (Bernard, 2007, p. 3).

▪ Os subgéneros

Patricia Aufderheide, no seu livro *Documentary Film – A Very Short Introduction*, classifica o género documentário em vários subgéneros.

Interesse público: estes documentários realizam uma abordagem investigativa ou orientada para um problema ou temática de interesse, apresentando uma exposição clara da situação. Na maior parte dos casos, o narrador, assume uma função de jornalista e coloca-se à frente da câmara, em nome do público e com vista a investigar determinado assunto. Este tipo de documentários tornou-se um forte aliado para as notícias televisivas, os seus autores são maioritariamente jornalistas, ou jornalistas de investigação.

Em 2011 SIC Notícias foi o primeiro canal na Europa a transmitir o documentário sobre a crise grega⁹ – *Dividocracia*, de Aris Hatzistefanou e Katerina Kitidi (jornalistas e realizadores). Nos dias 26 e 27 de Novembro de 2012 a TVI¹⁰ transmitiu, depois do

⁹ <http://expresso.sapo.pt/sic-noticias-e-o-primeiro-canal-na-europa-a-transmitir-documentario-sensacao-sobre-a-crise-grega=f660673#ixzz2GyUKnvTz>, consultado a 22 de Dezembro de 2012

¹⁰ Televisão Independente – www.tvi.iol.pt



“Jornal das 8” um documentário (dividido em duas partes) sobre o treinador de futebol José Mourinho – *O Toque de Mourinho*¹¹, de Henrique Mateus.

Propaganda governamental: os documentários de propaganda são feitos para convencer os espectadores de um ponto de vista de uma organização ou causa. Estes filmes vendem as convicções não do cineasta, mas da organização, embora alguns fabricantes apoiem plenamente a causa. Embora este trabalho possa ser feito por qualquer pessoa, incluindo publicitários e ativistas, o termo “propaganda” é mais frequentemente associado ao governo, precisamente por causa da sua suposta veracidade e fidelidade à vida real. O auge dos documentários de propaganda foi no período antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando o filme era o meio audiovisual dominante. Este subgénero é, portanto, maioritariamente utilizado para influenciar a opinião pública.

Histórico: os documentaristas que investem neste subgénero podem contar uma história sobre um determinado acontecimento ou época, sobre um país ou pessoa, neste último caso são designados documentários biográficos. Vêm-se obrigados a reconstruir factos através do recurso a fotografias, cartas, excertos de vídeos profissionais ou caseiros, etc. Muitas vezes, fazem-se representações para conseguirem retratar em filme o caso de estudo e seleciona-se músicas que evoquem uma determinada época. Os que assumem uma vertente biográfica apresentam um foco em uma determinada pessoa, normalmente uma figura conhecida (um político, uma celebridade, um artista, ou um desportista), alguém desconhecido que fez algo importante (um inventor desconhecido, uma assistente social anónimo, um artista), ou uma testemunha da história (um sobrevivente do Holocausto, por exemplo). Nestes casos o documentarista deve interpretar a personagem para o espetador.

Etnográfico: este subgénero é sobre a realidade de outras culturas, pessoas ou costumes. Apesar de alguns antropologistas defenderem que um documentário etnográfico só pode ser assim considerado se for produzido por um etnógrafo profissional que use métodos precisos. Os documentários etnográficos são bastante diretos e objetivos. *Nanook of the North*, já anteriormente mencionado, é um dos primeiros exemplos conhecidos deste subgénero.

Natureza: Os documentários sobre a natureza, também chamados conservacionistas, ambientais, ou da vida selvagem têm grande destaque no pequeno ecrã. Ao mesmo tempo que satisfazem a curiosidade do público, educam e entretêm. Os documentaristas da natureza têm tirado grande proveito da evolução tecnológica dos últimos tempos, pois torna-se agora possível registar imagens de alta qualidade nos mais variados ambientes e a grandes distâncias.

Um dos exemplos mais bem sucedidos é o documentário *An Inconvenient Truth* (2006)¹², de Davis Guggenheim e protagonizado por Al Gore, escritor, ecologista e

¹¹ <http://www.tvi.iol.pt/programa/4705/sinopse> - “O Toque de Mourinho”

¹² <http://www.imdb.com/title/tt0497116/> - *An Inconvenient Truth*



político. Este é um filme que alerta para o aquecimento global, usando imagens chocantes de gelo derretido, simulações de inundações de grandes cidades e gráficos estatísticos em que Gore mostra a urgência do problema. Foi o vencedor do óscar de melhor documentário em 2007.

Institucionais: buscam promover empresas ou instituições, isto é, apresentam o objeto de estudo a partir dos seus pontos mais positivos, como o histórico, êxitos, equipa, relações intra e interinstitucionais, público-alvo, mercado, etc. O objetivo é construir uma imagem favorável da instituição, daí se aproximar do formato da propaganda.

▪ O processo de criação de um documentário

Segundo Patricia Aufderheide (2007) são várias as ferramentas necessárias para a criação de um documentário. À semelhança da ficção, o som (som ambiente, música, efeitos de som, diálogo, narração) é uma peça fulcral, tal como a imagem (filmagens amadoras ou profissionais; material de arquivo que pode incluir fotografias, cartas ou outras fontes; entrevistas e depoimentos). Os efeitos especiais em áudio e vídeo são, atualmente, uma mais valia para este género, enriquecendo a sua montagem, que tem de ter um ritmo próprio (tamanho das cenas, número de cortes, guião ou estrutura da história).

Segundo Anthony Q. Artis, no seu livro *The Shut Up and Shoot – Documentary Guide*, existem 7 passos básicos para pré-produção de um documentário, são eles:

- Fazer um *brainstorm* de ideias e dos objetivos a desenvolver;
- Pesquisar sobre o tema;
- Seleccionar os sujeitos a entrevistar
- Seleccionar o equipamento necessário
- Fazer um orçamento
- Escrever o plano de produção
- Organizar a equipa de trabalho

Este autor defende a importância da definição dos objetivos do documentário na fase de pré-produção, de forma a que todo este processo seja conduzido na direção certa. Só assim se poderá fazer uma pesquisa correta em torno de uma linha de pensamento que conduzirá aos aspectos que importam de facto salientar.

Nesta fase é também crucial definir a abordagem do documentário, isto é: vai ou não ter narração?; é necessário recriar alguma situação?; há animação?; será *cinema direto* ou *cinema verdade*?; o documentarista fará parte da história?; serão precisas entrevistas? A quem?; existe algum arquivo de fotografias ou vídeos a que seja útil recorrer? Tudo isto são questões que devem ser respondidas para se definir o estilo do documentário.

É também crucial saber em que locais irão decorrer as gravações e em que datas (verificar se os locais necessitam de autorização para filmar), que ajudas serão necessárias e o modo como será divulgado o produto final (televisão, cinema, DVD,



internet...).

Após estes passos obtém-se as orientações necessárias para construir o plano de produção e formular o orçamento, para tal torna-se útil consultar vários preços de equipamentos online para se obter uma estimativa dos custos totais, mas deve-se evitar ao máximo comprar material e recursos que se podem obter de forma gratuita. Só após isto se está pronto a iniciar as filmagens do documentário.

Outro grande contributo para a produção de um documentário é o guião, que é semelhante ao usado na ficção: tem início, meio e fim, de modo a que os espectadores invistam nas personagens e entrem numa viagem emocional. (Aufderheide, 2007). Apesar da estrutura ser semelhante à da ficção, o ritmo é diferente, e nem sempre se dá valor ao guião, uma vez que, em certos casos, depende da ação que está a acontecer no campo de gravações, que exigem uma resposta totalmente imediata e improvisada da parte do documentarista. (Bernard, 2007). Contudo é essencial principalmente no processo de concepção e orientação da equipa de filmagens, de forma a que o produto final consiga captar a atenção do espetador sem que este se perca no meio de tanta informação. Quando se fala em processo de concepção, fala-se em todas as fases da criação, desde a produção à pós-produção.

Não se pode deixar de referir que qualquer documentarista deve ser comedidamente criativo na montagem da sua obra. Uma vez que, segundo Bernard (2007), a conjugação dos factos com a narrativa deve ser convincente., sem prejudicar a história. Ou seja, a criatividade não pode tomar proporções tais que distorça os objetivos iniciais do documentário.

Neste projeto, as entrevistas vão assumir uma papel crucial para que o produto seja bem conseguido, sendo a principal fonte do documentário. Para Michael Rabiger, autor de *Directing the Documentary*, “entrevistar é o cerne do documentário, mesmo que o filme não contenha uma única “cabeça falante”. Entrevistar significa não apenas mencionar informação em frente a uma câmara, mas ter habilidades e coragem para conduzir intercâmbios pessoa-a-pessoa, nas suas formas mais profundas” (Rabiger, 2004, p. 329). Para tal, é importante para o documentarista integrar-se no campo que pretende retratar, de modo a ganhar a confiança dos entrevistados a fim de garantir, aquando das entrevistas, informações credíveis e suficientemente ricas e detalhadas para a sua investigação. No entanto, é relevante saber escolher as pessoas certas, pois os entrevistados são como os personagens principais de um filme, quanto mais completos, mais e melhor conteúdo trazem ao produto final, é crucial que eles saibam do que estão a falar e tragam uma perspectiva interessante e clara. Para que a conversa seja bem sucedida é necessário preparar previamente as questões/tópicos a abordar e verificar o estado do material (câmara, microfone, luzes, etc.). Deve-se fazer uma pequena conversa introdutória com o entrevistado, de modo a que este se sinta confortável e para dar-lhe algumas instruções relativamente ao decorrer da conversa. Durante a gravação das entrevistas é essencial estar focado em dois pontos fulcrais: as respostas do entrevistado e a qualidade técnica do som e imagem (nível do áudio de entrada, enquadramento, balanço de brancos e iluminação).

Quanto aos tipos de entrevistas a usar para que o entrevistador tenha sucesso, veremos mais à frente.



2.4.2. – O documentário como produto de comunicação institucional

Como já foi referido anteriormente, uma das estratégias de comunicação de uma empresa ou instituição é a aposta no audiovisual. Do vasto leque de opções disponíveis nesta área, o documentário institucional é, com alguma frequência, uma das ferramentas escolhidas por parte da direção de comunicação para promover a instituição.

Os documentários institucionais são, na sua maioria, financiados e legalmente suportados pela organização que “encomenda” o projeto, o documentário pode também ser regulado eticamente pela instituição em causa, de forma a que esta garanta que a mensagem transmitida pelo produto final corresponde à realidade, o que pode limitar o processo criativo do documentarista.

Neste subgénero não é comum recorrer-se à dramatização, o conteúdo da instituição assume o poder que importa revelar ao público para que este se deixe influenciar e conquistar pelo trabalho desenvolvido na empresa através da sua equipa de trabalhadores.

É com este intuito que este projeto foi criado: comprovar que o documentário institucional é uma arma criativa e económica que pode ser usada como estratégia de comunicação por parte da empresa ou instituição. Neste caso, o objeto em estudo é a Associação Cultural d’Orfeu, que é apresentada no capítulo seguinte.



PARTE II – CONTEXTUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

1. Finalidade do estudo

Pretende-se com este projeto apresentar a Associação Cultural d'Orfeu mostrando todo o percurso que já fez até aos dias de hoje, incluindo depoimentos dos fundadores, dos atuais colaboradores, das entidades a que está ligada e de gravações de alguns espetáculos já realizados. O documentário institucional apresenta-se assim como o produto final deste projeto, que irá dar a conhecer a programação cultural desta associação, bem como as suas mais recentes criações, reconhecimentos e património, sem esquecer a referencia à forma como se consegue sustentar nos dias de hoje.

2. Contextualização do objeto de estudo

▪ A Associação d'Orfeu: abordagem histórica, missão e estatutos

Breve abordagem histórica:

A d'Orfeu é uma associação cultural, que iniciou atividade a 4 de Dezembro de 1995, em Águeda, por vontade de 4 irmãos: Artur José Seabra David Fernandes, Rogério Carlos Seabra David Fernandes, Vítor Óscar Seabra David Fernandes e Luís Miguel Seabra David Fernandes. Eles pretendiam criar uma estrutura para que os músicos de Águeda pudessem juntar-se e produzir material novo em conjunto. O nome da associação surgiu de uma conversa que, anteriormente, os 4 irmãos tiveram com o pai, David Fernandes, em que este lhes explicou que o deus da música para os gregos antigos se chamava Orfeu.

Missão:

A missão da d'Orfeu passa por dinamizar atividades culturais através da música e da sua relação com todas as outras formas de expressão, como a dança e o teatro. Nos primeiros anos dinamizou energeticamente a formação das músicas tradicionais, rurais e urbanas, apresentando inovadores olhares sobre a tradição. Nos anos seguintes, depositou atenção na criação de variadíssimos eventos públicos como os festivais temáticos de oferta cultural alternativa em Portugal.

A associação ultrapassa hoje o seu espaço físico através de todos os seus sócios, amigos, alunos, parceiros, etc. Partindo da inquietude constante de renovar e estimular a vivência cultural, a associação assume-se como uma verdadeira incubadora criativa, desenvolvendo projetos transversais a distintas expressões performativas: Música, Teatro e Audiovisual.

As receitas da Associação podem advir de¹³:

1 – Subsídios e donativos.

¹³ Anexo 6 – Estatutos d'Orfeu



- 2 – Taxas de inscrição e frequência aos utentes, de acordo com as normas que aprovar no início de cada época.
- 3 – Contratos publicitários.
- 4 – Campanhas de angariação de fundos.
- 5 – Venda de artigos de carácter publicitário com os símbolos da Associação.
- 6 – Aluguer de instalações próprias, desde que não prejudiquem as atividades da Associação.
- 7 – Venda e/ou aluguer de material inerente às atividades da Associação.
- 8 – Contração de empréstimos, desde que autorizados pela Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito.
- 9 – Estabelecimento de jóias de inscrição para sócios, bem como de quotizações.
- 10 – Quaisquer outras receitas não especificadas e de carácter legal.

Esta e outras informações constam no regulamento geral interno¹⁴ da d'Orfeu (ANEXO 7) que foi aprovado em Assembleia Geral a 28 de Outubro de 1995, este desenvolve os princípios gerais dos Estatutos e visa regulamentar a vida associativa.

Estatutos:

Desde 1999 que as atividades da d'Orfeu - Associação Cultural eram consideradas de “manifesto interesse cultural”, o primeiro despacho de Mecenato atribuído a uma associação do concelho, o que permitia à associação gozar de um regime de mais-valias ao abrigo do mecenato cultural (ANEXO 11).

Em 2001, a Presidência do Conselho de Ministros atribuiu o estatuto de Utilidade Pública (ANEXO 8), tornando-se na associação mais jovem a vê-lo atribuído.

Em janeiro de 2003 é-lhe conferido o estatuto de “Superior Interesse Cultural” pelo Ministro da Cultura, Pedro Roseta. Com a subida ao escalão máximo do reconhecimento oficial, a associação amplia consideravelmente os benefícios fiscais que serão afectos aos seus mecenas, nomeadamente em casos de vínculo mecenático a médio prazo. Este estatuto, segundo nota do Ministério da Cultura que acompanha o despacho, “é atribuído sempre que os projetos em causa cumpram padrões de qualidade, contribuindo de modo inequívoco para o desenvolvimento sociocultural das comunidades quer a nível regional, quer em termos nacionais”.

▪ Estrutura da instituição:

São órgãos da Associação a Mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente e um secretário.

A Direção é composta por cinco elementos: Presidente, Secretário, Tesoureiro, e dois Vogais, competindo-lhes a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar da Associação.

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um secretário e um redator.

¹⁴ Anexo 7 – Regulamento geral interno



Desde a sua fundação foram vários os corpos sociais constituintes da associação, como pode ser verificado no Anexo 9. Sendo que, a comissão instaladora era constituída por:

- Artur José Seabra David Fernandes
- Rogério Carlos Seabra David Fernandes
- Vítor Óscar Seabra David Fernandes
- Luís Miguel Seabra David Fernandes
- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara
- Joaquim Soares Pinto Santiago
- António Daniel Ferreira Pereira

Desde 2007 e até 2012, Maria Odete Ferreira era a Presidente da Direção.

Atualmente é Acácio Augusto Borges da Silva quem preside a direção da associação. A d'Orfeu conta ainda com uma equipa permanente e um vasto leque de colaboradores contínuos e regulares.

- Equipa Permanente

Luís Fernandes [desde 2000] – Coordenador e Gestor Cultural, Programador

Ivelina Gonçalves [desde 2002] – Secretária Administrativa

Aníbal Almeida (Joca) [desde 2003] – Técnico de Recursos e Produtor artístico

Luís Silva [desde 2005] – Produtor Executivo e Animador sociocultural

Rui Oliveira [desde 2005] – Diretor Técnico

Léa López [desde 2005] – Designer, Diretora de Comunicação e Responsável da d'Formação

Vítor Pinto [desde 2011] – Secretariado d'Formação, Teca e Produção executiva

Sara Correia da Silva [desde 2011] – Apoio à Comunicação e Produção artística

- Colaboradores contínuos

7 formadores EMtrad'

3 assistentes técnicos

- Colaboradores regulares

- Estagiários envolvidos em projetos
- Músicos/atores envolvidos em criações
- Voluntários nacionais e estrangeiros ao abrigo de programas de voluntariado
- Diretores (Direção) com missão institucional
- Cerca de 150 sócios de participação voluntária



▪ Património/espços

“A d’Orfeu não dispõe de qualquer espaço que lhe esteja afecto enquanto estrutura de programação. Os três auditórios da cidade são privados e com limitações ao nível das condições técnicas para espetáculos. A solução também passa pela utilização de espaços não-convencionais adaptados na cidade, sendo o caso mais recorrente o quintal do próprio Espaço d’Orfeu, ou ousadas engenharias, como a reconversão da antiga piscina fluvial em palco dos espetáculos Rio Povo e Povo que Lavas no Rio Águeda, bem como da Antiga Junta dos Vinhos, que acolheu o 10º Festival O Gesto Orelhudo, em 2011”¹⁵.

- **Espaço d’Orfeu:** Edifício-sede com principais valências (casa arrendada)
- **Casa d’Artec:** Estúdio e espaço de criação (imóvel cedido por Eleutério Costa)
- **d’Ormitorium:** Residências, alojamentos (imóvel cedido por José Maria de Oliveira & Filhos)
- **Teca:** mediateca de interesse artístico (CD’s, vídeos, publicações) para apoio às atividades e disponibilização de títulos à comunidade d’Orfeu
- **Sala ensaios d’Artec:** espaço equipado disponível para a comunidade artística local, servindo para ensaios, aulas e experimentação
- **Sala Internet:** espaço público de acesso à internet com terminais instalados e sistema wi-fi no âmbito de programas de iniciativa oficial
- **Lojinha:** mostra permanente de títulos alternativos não comerciais garantindo um acesso do público aos produtos culturais relacionados com muitos eventos d’Orfeu, muito para lá da sua realização
- **bard’O:** espaço de encontro para toda a comunidade d’Orfeu, cumprindo a missão de bar associativo de veículo para a dinamização cultural
- **Salas EMtrad’:** espaços para aulas, ensaios e formação musical no âmbito da Escola de Música Tradicional
- **Estúdio:** d’Artec estúdio de gravação para suporte da atividade criativa, garantindo também autonomia técnica para edições d’Eurídice

▪ Programação Cultural:

Atualmente, são quatro as principais marcas de visibilidade pública da d’Orfeu em termos de programação:

- “**O Gesto Orelhudo**”, festival pioneiro de fusão músico-teatral em Portugal;
- “**OuTonalidades**”, o circuito português de música ao vivo que percorre de Setembro a Dezembro diversos espaços em todo o país;
- **Festim** - festival intermunicipal de músicas do mundo, que ocorre a cada fim-de-semana de Junho e Julho numa programação partilhada em rede com distintos municípios;

¹⁵ http://www.dorfeu.pt/associacao/dossier_dorfeu.pdf , criado e acedido em Setembro de 2012



- **Festival i**, um fim-de-semana de artes performativas inteiramente dedicado ao público infantil e familiar.

▪ **Criações:**

- **Toques do Caramulo**¹⁶: A representação mais visível e reconhecida da d’Orfeu na atualidade. Funde a sonoridade rude da música tradicional com os ritmos das novas músicas. Recriações dinâmicas, livres e muito festivas do repertório da Serra do Caramulo. Esta criação, que figura em importantes eventos *trad-folk* em Portugal e no estrangeiro, está também editada em CD: “Toques do Caramulo é ao Vivo!” (2007) e “Retoques” (2011).
- **Muito Riso, Muito Siso**¹⁷: Espetáculo de humor a solo com Luís Fernandes, no papel de músico-“*diseur*”, dando vida e voz a textos humorísticos da literatura de expressão portuguesa, selecionados por Odete Ferreira.
- **Mal-Empregados**¹⁸: um espetáculo pseudossério, pseudocómico, que alia a comicidade gestual e teatral à música. Dois atores-músicos, desafiam-se, revezam-se, fartam-se, tentam sempre outra coisa, para se chegar a uma conclusão: mal-empregados!
- **Eram 7 os Medos do Pedro**¹⁹: primeira criação de teatro-infantil da d’Orfeu, da autoria de Odete Ferreira. Remete para o mundo mágico da infância, em torno do personagem Pedro e os seus medos, que acompanhados pela sua avó, acabam por ser superados.
- **Contracorrente**²⁰: este grupo musical resgata as músicas e as vozes de resistência que marcaram a História do século XX. A vocalista é Sara Vidal, ex-vocalista do reconhecido grupo galego Luar na Lubre.

Paralelamente às criações que estão atualmente em cena, a d’Orfeu sempre procurou estimular a sua vertente criativa, assumindo-se como incubadora e berço de diversas criações artísticas.

▪ **Protocolos / apoios:**

A d’Orfeu beneficiou do apoio financeiro do Instituto Português de Artes e Espetáculo, na área da Música desde 1999, no âmbito dos apoios pontuais, para a realização de atividades como o Curso de Músicas Tradicionais, o Festival O Gesto Orelhudo ou o Festival Temático de Músicas do Mundo – Concertina. A partir de 2001, passou a beneficiar de protocolos anuais para as suas diversas áreas de intervenção e, de 2005 em diante, foi beneficiário do Programa de Apoio Sustentado, na área

¹⁶ <http://www.dorfeu.pt/criacao/toquesdocaramulo>

¹⁷ <http://www.dorfeu.pt/criacao/muitorisomuitosiso>

¹⁸ <http://www.dorfeu.pt/criacao/malempregados>

¹⁹ <http://www.dorfeu.pt/criacao/eram7osmedosdopedro>

²⁰ <http://www.dorfeu.pt/criacao/contracorrente>



Transdisciplinar, com €66.000 anuais. Em 2007, este contrato foi reforçado em €5.000 anuais, no âmbito da sua transição para Acordo Tripartido, com a Câmara Municipal de Águeda (ficando para 2007 e 2008 acordados financiamentos de €71.000 da Direcção Geral das Artes e €100.000 da autarquia).

No biénio 2009-2010, foram financiados pela DGArtes em €150.000 anuais, já ao abrigo do Acordo Tripartido, com as parcerias dos municípios de Águeda, Estarreja, Ovar e Sever do Vouga.

Em candidatura submetida no âmbito do procedimento de renovação deste Acordo Tripartido, visando o biénio 2011-2012, a d'Orfeu manteve os pressupostos de ação que a caracterizam e aprofundou o âmbito da sua intervenção, quer em termos de território (com a junção do município de Albergaria-a-Velha) e de equipamentos próprios (a entrada em funcionamento da Incubadora Cultural, espaço a partir do qual a Associação incrementará a sua ação cultural em Águeda), quer em termos de eixos programáticos (criação, programação, formação). Como a DGArtes teve necessidade de reduzir os valores despendidos com estes e outros compromissos plurianuais em 23%, o valor com o qual a DGArtes pôde participar para este biénio não excedeu os €115.500.

Assim, com fontes de receita, no biénio 2011/2012, asseguradas pelo autofinanciamento das atividades (30%), pelo Acordo Tripartido com a Direcção-Geral das Artes (30%) e Câmara Municipal de Águeda, de Ovar, de Estarreja e de Sever do Vouga (30%) - estes do atual Regime de Apoio às Artes – e outros apoios públicos e privados (10%), o orçamento anual da associação atinge os 400.000€, o que garante o suporte e desenvolvimento da atividade cultural d'Orfeu, por um lado, e da estrutura profissional, por outro.

▪ **Mecenato:**

A sedução ao Mecenato local, através dos benefícios da Lei do Mecenato por via do reconhecimento do estatuto de “Superior Interesse Cultural” pelo Ministério da Cultura, tem contribuído também para a proximidade do tecido industrial às atividades culturais d'Orfeu.

A associação tem procurado fidelizar um conjunto de Mecenas, de entre a comunidade industrial, incentivando o seu envolvimento no fenómeno cultural interpretado por esta associação em Águeda. A parceria que a d'Orfeu propõe resulta da conjugação da capacidade empreendedora da d'Orfeu com os recursos financeiros influenciadores de um sustento de qualidade à oferta cultural que a associação pretende continuamente disponibilizar a toda a comunidade.

Os atuais mecenas da d'Orfeu são:

1. M. Rodrigues, S.A.
2. Adega do Fidalgo (Aguada de Cima)
3. AJAP Automóveis
4. Sociedade Comercial do Vouga
5. Litoprint - Artes Gráficas Lda. (Barrô)



3 – Metodologia de investigação

Este projeto de investigação teve uma forte componente bibliográfica na fase inicial de pesquisa. Esta recolha de informação focou-se numa análise de matéria reunida sobre a comunicação institucional e o documentário como género audiovisual.

Paralelamente, desde Setembro de 2012 que iniciei a pesquisa de campo, uma fonte de dados crucial, uma vez que a produção de um documentário institucional implica a integração do investigador na instituição de modo a perceber o seu funcionamento e a conhecer os seus trabalhadores. Os membros desta associação têm sido peças fundamentais na minha investigação, pois são eles que vão dar a cara e conduzir o documentário através das entrevistas que realizar, são eles que vão revelar os detalhes necessários à construção da narrativa.

Desta forma, este projeto assume um propósito interpretativo-qualitativo, uma vez que, segundo Bogdan e Biklen (1994), por um lado “os dados recolhidos são (...) qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas” (p.16) e, por outro, “privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (p. 16).

Nas abordagens qualitativas o papel do investigador é obter uma visão profunda do contexto de estudo, o que implica frequentemente que tenha de interagir com o quotidiano dos indivíduos, grupos, comunidades e/ou organizações. Os dados recolhidos indutivamente são em forma de palavras ou imagens e não de números: incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registos oficiais, que não podem ser reduzidos a símbolos numéricos.

No processo de recolha atua-se de forma pormenorizada: sensibilidade a detalhes, gestos, piadas, palavras especiais, decoração do ambiente, pessoas que participam na conversa, etc. Tudo tem potencial para constituir uma pista que estabeleça uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo.

3.1 – Métodos de recolha, registo e análise de dados

▪ Observação participante

Este método costuma ser usado em estudos antropológicos de diferentes grupos culturais, mas pode também ser usado em organizações e grupos menores.

É um método “em que o observador participa na vida diária das pessoas em estudo, tanto abertamente no papel de investigador, como através de papéis disfarçados, da observação dos factos, do registo do que é dito e questionando as pessoas ao longo de um determinado período de tempo.” (Becker & Geer apud Trauth & O'Connor).

Segundo Vanessa Amaro, neste tipo de investigação, o principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador. É ele observa os locais e os objetos, bem como as pessoas, as atividades, os comportamentos, as interações verbais, as maneiras de fazer, de estar e de falar, presta atenção às situações, aos ritmos e aos acontecimentos. Participa, assim, no quotidiano desses contextos e dessas pessoas, fazendo registo disso.



Bufford Junker, no seu livro *Field Work: An Introduction to the Social Sciences*, refere quatro níveis de observação participante: participante total (a identidade não é conhecida pelas pessoas observadas); participante-como-observador (tanto o observador como os informantes estão conscientes de que a relação entre eles é meramente de campo); observador-como-participante (contactos curtos e superficiais); e observador total (os observados ignoram o observador).

▪ **Método documental**

A análise documental é um dos métodos mais usados para reunir informação. Contudo, na escolha dos documentos a analisar, o investigador deve avaliar a sua autenticidade e exatidão, para não cair em erro. Implica saber gerir com rigor o material recolhido, uma vez que, por vezes, é necessário ordenar cronologicamente os documentos. Estatutos, leis, regras, listagens de colocações, comunicados oficiais, etc. Estes são alguns exemplos que se tornam úteis numa investigação e podem-se encontrar em bibliotecas, arquivos municipais, revistas ou jornais especializados, bases de dados, relatórios, documentação das empresas ou instituições, etc.

A pesquisa documental é muitas vezes confundida com a pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. As fontes primárias dizem, então, respeito aos dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os factos a serem analisados, ou seja, é o investigador que analisa. Por fontes secundárias compreende-se a pesquisa de dados em segunda mão, ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (OLIVEIRA, 2007).

▪ **Entrevistas**

A entrevista é uma técnica de recolha de dados, que se torna bastante útil numa investigação qualitativa, uma vez que permite um contacto direto com a fonte. Implica a conversação entre um investigador, que pretenda obter informação sobre um determinado assunto, e um informador, alguém que terá informação de interesse no contexto do estudo. Envolve interação direta entre o entrevistador e o entrevistado. O objetivo é que este partilhe voluntariamente a informação de que dispõe.

De acordo com a forma de operacionalização, as entrevistas podem ser classificadas em:

Entrevistas não estruturadas – neste tipo de entrevistas o investigador regista previamente os seus objetivos e as linhas orientadoras da conversa. Há, portanto, um guião aberto de forma a conversa se desenrole naturalmente no contexto na temática.

Entrevistas semiestruturadas – neste caso já existe um guião previamente preparado



que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista. Pretende que os vários entrevistados respondam às mesmas questões, apesar de não existir uma ordem específica para a colocação das questões.

Entrevistas estruturadas – as questões colocadas neste tipo de entrevistas são fechadas e previamente definidas, o que conduz a uma maior uniformidade no tipo de informação recolhida. Não há a flexibilidade e naturalidade que existe nos outros modos de entrevista.

PARTE III – PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO

Como referido anteriormente, para a realização deste documentário necessitei de estar integrada na associação para estudar, de perto, o seu funcionamento e poder obter as informações precisas para a construção deste produto audiovisual. Desta forma, tive a oportunidade de ganhar a confiança certa para realizar as entrevistas aos fundadores e trabalhadores da d'Orfeu, bem como para ter acesso ao seu arquivo audiovisual e recortes de imprensa, peças fundamentais para este documentário.

Este capítulo tem como objectivo descrever as fases de Pré-produção, Captura, Edição, Pós-produção e Render Final do documentário “d'Orfeu”.

1 – Pré-produção

1.1 – Pesquisa

Quando contactei a d'Orfeu para mostrar o meu interesse em fazer um documentário sobre o seu trabalho, a resposta foi rápida e positiva. Imediatamente comecei a colaborar com a associação no seu dia-a-dia e a acompanhá-los nos eventos e reuniões semanais. Isto contribuiu para uma integração mútua, fazendo com que o processo de filmagens futuro pudesse decorrer de forma natural e espontânea. Estes primeiros eventos da associação em que estive presentes foram já registados com as câmaras de filmar da d'Orfeu com o intuito de servirem também para o meu documentário.



Figura 5 - Exemplos de imagens captadas nos primeiros eventos de 2012

Para além deste contacto pessoal diário, houve outra fonte de informação que me serviu como guia e me facilitou o processo de seleção dos entrevistados: o livro/DVD “Contexto & Significado”²¹, de António Pires e Tiago Pereira, editado pela d'Eurídice em 2010, aquando da comemoração dos 15 anos da associação d'Orfeu.

"Contexto" é o livro escrito por António Pires que relata o passado desta associação cultural, através de histórias contadas pelos seus fundadores, trabalhadores e outros nomes ligados à d'Orfeu. "Significado - A música portuguesa se gostasse dela própria" é realizado por Tiago Pereira e trata-se de um testemunho visual de contextualização contemporânea das tradições musicais que, mais que enaltecimento gratuito, faz o ponto de equilíbrio entre a história da própria associação e o retrato da sua posição, hoje, no meio cultural. “Contexto & Significado” foi também a primeira edição da d'Eurídice, o selo editorial da d'Orfeu Associação Cultural.

²¹ PIRES, A. & PEREIRA, T. (2010). “Contexto & Significado”. Águeda, d'Eurídice.

Durante a leitura do livro fui fazendo anotações, deste modo consegui uma pré-seleção dos principais testemunhos que queria para este documentário e de questões que poderia colocar, sabendo já de antemão as respostas que iriam ser dadas uma vez que estavam descritas no livro, tornando mais fácil a narrativa do documentário. Foi também a partir deste livro que tive conhecimento de alguns eventos e momentos marcantes no percurso da d'Orfeu, que posteriormente comecei a procurar no arquivo da associação.



Figura 6 - Contexto & Significado

O site da d'Orfeu foi também uma mais valia no decurso da pesquisa, nele encontra-se praticamente toda a informação sobre a associação, que já descrevi anteriormente: a sua história, membros da direção, equipa permanente, os eventos e criações, mecenato, etc.



Figura 7 - Site d'Orfeu: www.dorfeu.pt



Tendo então selecionado as pessoas que pretendia entrevistar, pedi os respetivos contactos²² à Léa Lopez, que é a responsável pela secção de comunicação e também pelos conteúdos multimédia, sendo por isso a pessoa que esteve sempre a acompanhar de perto o meu trabalho e a ajudar-me. Assim que recebi a lista de contactos (que consta no anexo 13) iniciei o envio de e-mails para acertar as datas e os locais para a realização das entrevistas. Contudo tinha de dar prioridade aos quatro irmãos Fernandes (fundadores da d'Orfeu), pois todos eles tinham projetos a começarem brevemente e ficariam sem tempo para as gravações e eram eles, nomeadamente o Luís Fernandes (atual Coordenador-geral), que tinham as respostas que iriam desencadear o fio condutor do documentário; a artista Celina da Piedade era outra prioridade pois, como estava em digressão, tive de aproveitar o facto de atuar a 9 de Fevereiro no Teatro Aveirense para fazer aí a entrevista.

O agendamento das entrevistas estava dependente não só da minha disponibilidade e da dos entrevistados, como também do material técnico a utilizar durante as gravações, fatores que condicionaram a produção do documentário e que vou aprofundar mais à frente.

1.2 – Guião de Entrevista

Antes da leitura do livro “Contextos”, e em conjunto com a docente coorientadora deste projeto (Prof. Conceição Lopes), foi definida a linha geral do documentário. São estes os quatro pontos que iria procurar expor no produto final, por esta ordem: **apresentação** da associação, onde se inclui os seus objetivos, a história e o seu património; as **pessoas**, desde a equipa permanente, aos membros da direção, passando pelos formadores e os apoios que recebem a nível cultural; as **criações**, neste ponto o depoimento dos seus protagonistas era uma peça fundamental; os **eventos** que a d'Orfeu realiza anualmente; e o **futuro** da associação, o que os seus trabalhadores e principais financiadores esperam dela.

Esta linha condutora permitiu-me saber melhor o que procurava enquanto fazia a pesquisa sobre a d'Orfeu. Tendo esta linha condutora, criei para cada entrevistado um guião²³ orientador de perguntas/tópicos que iria abordar no decorrer das conversas para conseguir obter as respostas que construíssem a narrativa do documentário.

1.3 – Material utilizado

Inicialmente tinha programado adquirir material próprio, tanto de vídeo como de áudio, para a realização das filmagens. Contudo, por imprevistos pessoais, tive que rejeitar essa hipótese e utilizar o material disponível pelo Departamento de Arte e Comunicação (DeCA) da Universidade de Aveiro e o material da d'Orfeu. Como o material do DeCA nem sempre estava disponível devido à grande procura por parte dos alunos deste departamento, a maioria das filmagens foi captada pela câmara **Canon**

²² Contactos – Anexo 13

²³ Guião de entrevistas – Anexo 14



Figura 8 - Câmara Canon 550D

550D²⁴ da associação (e, em alguns eventos com a **Canon LEGRIA HF M306**²⁵, também da d'Orfeu). O som foi captado por um gravador digital **Zoom H4n** cedido pelo Vítor Fernandes (Fundador d'Orfeu), quando não era possível o seu empréstimo, o som tinha de ser gravado diretamente pela câmara, o que prejudicou muito a qualidade de algumas entrevistas.

Esta câmara permite filmar em *Full HD* (1920x1080) a 25 *frames* por segundo (fps) em vários clips de 30 minutos de duração, no formato MOV (Vídeo: H.264, Som: PCM Linear), sempre em cartão *SDHC* de classe 6 ou superior. Características úteis para este género de documentário, não só pelo facto de permitir gravar com muito boa resolução, mas também por possibilitar 30 minutos de gravação sem interrupções, facilitando o ritmo da entrevista. A maioria das entrevistas, bem como algumas imagens de corte, foram captadas com esta câmara utilizando uma objetiva de zoom 18-55mm f/3.5-5.6 IS II²⁶ que, apesar de ser versátil, limitou o meu trabalho ao nível da criatividade de planos e de profundidade de campo que poderiam ser usados.



Figura 9 - Gravador ZOOM H4n

²⁴ Link de acesso ao site oficial da Canon Portugal com as características da câmara: http://www.canon.pt/For_Home/Product_Finder/Cameras/Digital_SLR/EOS_550D/, acedido a 1 de Outubro de 2013

²⁵ Link de acesso ao site oficial da Canon Portugal com as características da câmara: http://www.canon.pt/For_Home/Product_Finder/Camcorders/High_Definition_HD/LEGRIA_HF_M306/, acedido a 1 de Outubro de 2013

²⁶ Link de acesso ao site oficial da Canon Portugal, com as características da objetiva usada: http://www.canon.pt/For_Home/Product_Finder/Cameras/EF_Lenses/EF-S/EF-S_18-55mm_f3.5-5.6_IS_II/, acedido a 1 de Outubro de 2013

O gravador digital Zoom H4n é ideal para situações de entrevistas por ter autonomia para 6 horas (em modo normal) com duas pilhas AA e por proporcionar um padrão de gravação de 90° (ângulo *standard*) ou 120° (ângulo aberto), permitindo melhor qualidade de acordo com a situação de gravação. Para além disso possui um menu de características bastante completo, que deixa personalizar vários itens como o formato ou o volume de gravação.

Como decidi que todo o documentário transmitisse uma ideia de exploração, de descoberta pela associação e pessoas que faziam parte dela, tinha de refletir essa ideia nas imagens, utilizando um estilo de planos dinâmicos e deambulantes. Para tal, adquirir como auxiliar do processo de filmagem um suporte de pescoço que me desse agilidade suficiente para criar esse propósito e, ao mesmo tempo, tornasse confortável o transporte da câmara.



Figura 10 - Suporte de Pescoço Lit S953 Foton

2 – Captura

O processo de captura iniciou-se, como referi anteriormente, assim que a d'Orfeu aceitou o meu projeto, em Setembro de 2012. Portanto, ainda não tinha iniciado de forma intensiva a pesquisa, nem tinha as condições técnicas ideais. Porém, surgiram momentos imperdíveis na programação cultural da associação, cujo registo me poderia ser útil na montagem do documentário. Exemplo disso foi o Festival “O Gesto Orelhudo”, realizado em Outubro de 2012, um dos principais eventos organizados pela d'Orfeu, que não ia conseguir registar em 2013 por ser muito próximo às datas finais de entrega do projeto. Nesse festival recolhi então algumas imagens de corte que inclui no documentário.



Figura 11 - Exemplos de imagens de corte recolhidas no Gesto Orelhudo'12

Para além deste evento, seguiam-se outros onde registei várias imagens de corte que permitissem transmitir o ambiente desta associação, quer nos momentos em que o público estava envolvido, como também no dia-a-dia dos seus trabalhadores.

Um dos principais truques para contar a história num documentário é saber pensar, olhar e sentir o espaço, as pessoas, só assim se consegue que as imagens e o som transmitam isso a quem assiste ao documentário. (PELICANO, 2013)

Por estar integrada na associação, este trabalho foi facilitado, isto porque todos já me conheciam e já existia uma relação de confiança e de à vontade, fatores que impediam a existência de algum receio ao serem filmados. Para além disso, como já tinha conhecimento de como estava organizada a associação, sabia exatamente quem filmar e em que situações. Como estive presente em várias semanas (reuniões semanais em que toda a equipa permanente estava presente), rapidamente percebi as funções de cada elemento dentro do estrutura da d'Orfeu e foi-me dada autorização para filmar uma das semanas. Por coincidência, na reunião que fui filmar, apareceu uma estagiária da d'Orfeu e toda a equipa se apresentou a ela, o que acabou por ser o único momento dessa reunião que aproveitei para o documentário.



Figura 12 - Imagens captadas durante a semana

Uma vez que a sede da d'Orfeu é em Águeda e que, para além da sede, possui mais duas casas onde desenvolve a sua atividade, muitas outras imagens foram captadas, ao longo do processo de captura, não só nos espaços d'Orfeu, mas também na cidade com o objetivo de contextualizar o local de trabalho da associação.



Figura 13 - Exemplos de imagens de corte recolhidas na cidade de Águeda

Estas imagens de corte, da cidade e da d'Orfeu, serviram não só para preencher as entrevistas, como também para criar momentos de transição e os cruciais silêncios, bastante usados em documentário. Estes momentos de silêncio, enquanto contextualizam, estão a permitir que o espetador, também ele, se integre na história e se sinta no ambiente em que o documentário está contextualizado. Por esse motivo, também captei alguns sons característicos do espaço d'Orfeu (telefones a tocar, teclados, carros a passar à entrada da sede, etc.) que coleí a essas imagens.



2.1 – Entrevistas

Desde o início que tinha definido que não iria existir *voz off* no documentário, ou seja, toda a história seria relatada pelos entrevistados, eles é que teriam de fazer a ligação dos vários temas a abordar e a narrativa tinha que ser perceptível através do que era dito pelos entrevistados. Assim era preciso que as minhas perguntas fossem apenas tópicos de orientação da conversa, de modo a que a conversa seguisse natural e espontaneamente, para não obter apenas respostas simples de “sim” e “não”, mas o mais completas possível. (PELICANO²⁷, 2013). Para tal, e como já referi, o fator confiança revelou-se fundamental. Só é possível que a conversa decorra livremente quando há empatia entre o entrevistador e o entrevistado e, para isso, foi preciso esperar, ganhar tempo, o tempo em que me estive a integrar na associação. Foi esta preparação que me permitiu obter a verdade de cada entrevistado e em todas as imagens, mesmo com as pessoas com quem não tinha falado pessoalmente antes da entrevista, como o presidente da Câmara Municipal e a vereadora da cultura. Nestes casos, era sempre feita uma pequena conversa introdutória sobre o meu projeto, para que percebessem o contexto da entrevista.

Por vezes, para abstrair o entrevistado da câmara de filmar, de modo a que não se sinta intimidado, pode-se utilizar alguns truques como dizer que se vai fazer uma pausa na gravação e prosseguir com a conversa, sem que se tenha de facto pausado a gravação. Isto faz com que o entrevistado se revele mais, pois pensa que já não está a ser filmado. (PELICANO, 2013). Colocar discretamente o gravador de som a registar tudo desde o momento em que o entrevistado chega ao local também é uma solução pois, posteriormente, pode-se sempre utilizar imagens de corte para sobrepor alguma parte do áudio que se queira aproveitar desses momentos que não foram captados pela câmara. A única situação em que tive de recorrer a esta solução foi com a vereadora da cultura, Elsa Corga. Por um erro da sua secretária, não lhe foi comunicado que a entrevista ia ser filmada, por isso senti que nos primeiros minutos ela estava de certa forma atrapalhada com a presença da câmara, então optei por lhe dizer que íamos começar com uma pequena conversa sobre o tema e só depois iniciaria a gravação, contudo a câmara já estava em modo “rec”.

Ao longo de toda a fase de captura, foi esta a minha prioridade: o significado de todo o trabalho da d’Orfeu tinha que estar explícito e isso só era possível conseguindo, mais uma vez, a verdade que é, na minha opinião, o mais forte sinónimo de “documentário”.

No total foram entrevistadas 20 pessoas: os quatro fundadores da d’Orfeu – Luís, Rogério, Artur e Vítor Fernandes; o atual presidente e a ex-presidente da direção – Acácio Silva e Odete Ferreira; cinco pessoas da equipa permanente – Aníbal Almeida, Ivelina Gonçalves, Léa Lopez, Rui Oliveira e Sara Vidal; três d’Formadores – Ana Lúcia Xavier, Lara Figueiredo e Ricardo Falcão; uma ex-colaboradora da d’Orfeu – Gabriela

²⁷ Informação adquirida no Workshop em Cinema Documental realizado a 8 Junho de 2013, nem Coimbra. Lecionado por Jorge Pelicano, no âmbito dos Ensaios Visuais – Caminhos do Cinema Português, organizado pelo Centro de Estudos Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra.

Fernandez; a artista Celina da Piedade; o atual diretor-geral das artes – Samuel Rego; o etnógrafo Francisco Silva; o presidente e a vereadora da Câmara Municipal de Águeda – Gil Nadais e Elsa Corga.

Todas as entrevistas foram realizadas em locais diferentes, tanto em interiores como em exteriores. Apesar de, maioritariamente, terem sido feitas na sede da d'Orfeu, duas foram feitas na Câmara Municipal, a entrevista do diretor técnico e a da Sara Vidal foram realizadas na d'Artec (estúdio da associação), na do etnógrafo Francisco Silva desloquei-me a casa dele, e a Celina da Piedade foi entrevistada no Teatro Aveirense.



Figura 14 - Fundadores d'Orfeu na sala de reuniões - Sede d'Orfeu



Figura 15 - Presidente e ex-presidente da direção - Sede d'Orfeu



Figura 16 - Equipa permanente: na d'Artec, em cima; sede d'Orfeu, em baixo.



Figura 17 - d'Formadores - Pátio e interior da sede d'Orfeu



Figura 18 - Escritório do Francisco Silva e Celina da Piedade no Teatro Aveirense



Figura 19 - Gil Nadais e Elsa Corga nos respetivos gabinetes da Câmara Municipal de Águeda



Figura 20 - Samuel Rego - Pátio da sede d'Orfeu



Figura 21 - Gabriela Fernandez, do Perú (América do Sul).



Devido à equipa de produção do documentário ser apenas constituída por uma pessoa e devido à falta de meios técnicos, não consegui que existisse um controlo cuidado quer da iluminação, quer do som. Tornou-se muito complicado conseguir coordenar os papéis de câmara, entrevistadora e operadora de som e iluminação. Isto tornou-se prejudicial para a qualidade de algumas entrevistas, principalmente nas primeiras a serem realizadas.

Na entrevista ao Samuel Rego, como aconteceu sem eu estar a contar, não estava preparada com as questões a fazer nem a nível técnico. Nota-se claramente problemas de iluminação, uma vez que foi gravada de noite, que tiveram de ser corrigidos em pós-produção, daí ter aproveitado muito pouco desta entrevista.

A ex-colaboradora da d'Orfeu, Gabriela Fernandez, já não se encontrava em Portugal, como tal pedi-lhe que se filmasse a ela própria e me enviasse por e-mail as respostas a alguns tópicos. Essa foi a única imagem de entrevista que não foi filmada por mim, nota-se também um problema ao nível do som por este ter sido gravado diretamente para a câmara. O mesmo problema de som é detetado na entrevista à Celina da Piedade, para além do local fazer um pouco de eco, o som desta entrevista foi captado diretamente pela câmara, porque não tinha nenhum gravador disponível para esse dia.

Na entrevista da Ana Lúcia Xavier, realizada no exterior, utilizei a proteção de ruído fornecida com o gravador zoom, para evitar ruídos muito fortes provocados pelo vento.

Em todas as entrevistas, como é possível observar, existiu o cuidado de manter um plano médio dos entrevistados, excepto nos casos em que quis destacar a pessoa (por ser facilmente conhecida pelos aguedenses ou pelo público em geral), para tal, usei um primeiro plano (Figura 18).

Outro pormenor importante foi ter pedido a todos os entrevistados que, em apenas 10 segundos, dissessem algo sobre a d'Orfeu: uma mensagem de agradecimento, descreverem a associação, ou até uma mensagem de força para o futuro. Apesar de, na altura, ainda não ter uma ideia definitiva onde utilizar esses clips de 10 segundos, foram essas mensagens que me serviram para criar um genérico para o documentário, que irei explicar melhor de seguida.

3 – Edição

Todo o documentário foi editado com o software *Adobe Premiere Pro CS5*²⁸ (PP CS5). Este programa permite editar vídeo e áudio em vários formatos e, portanto, ideal para este fim. Quando iniciei as filmagens foi criado um projeto e, sempre que fazia entrevistas, introduzia o cartão de memória do meu computador portátil, um MacBook Pro 15”²⁹, transferia os ficheiros para a memória do meu computador e fazia a importação dos mesmos para o programa, onde estes eram organizados por pastas. No mesmo dia deslocava o vídeo da entrevista para uma *timeline*³⁰ e eliminava o conteúdo que já

²⁸ Link de acesso ao site oficial do programa *Adobe Premiere Pro*:

<http://www.adobe.com/pt/products/premiere.html> , acedido a 1 de Outubro de 2013.

²⁹ Link de acesso ao site oficial da Apple: <http://www.apple.com/pt/macbook-pro/features/> , acedido a 1 de Outubro de 2013

³⁰ Barra onde são colocados os ficheiros de vídeo/som/imagem que estão a ser editados

conseguia prever que não ia utilizar, eliminando também as minhas questões e separando as diferentes partes da entrevista, identificando cada clip com um título.

Com este método consegui reduzir tempo nesta fase de edição, uma vez que o material já estava pré-selecionado com os temas que iria incluir na narrativa. Apesar disso, como à medida que esse trabalho era feito ainda faltavam entrevistas, muitas horas ficaram por eliminar por não saber ainda o conteúdo definitivo da narrativa.

Quando iniciei de forma intensiva a fase de edição ainda tinha mais de 5 horas e 30 minutos só de vídeos com as várias entrevistas, traduzidos em cerca de 60GB³¹ de ficheiros áudio e vídeo, o que me exigiu muitas horas de trabalho na seleção do conteúdo a utilizar, bem como uma boa gestão da memória do meu computador para conseguir trabalhar no programa sem que este se tornasse lento.



Figura 22 – A janela do programa PP CS5. Ao centro a pré-visualização da edição. À esquerda o explorador de ficheiro com as pastas do projeto e em baixo a *timeline* com as várias faixas de áudio e vídeo.

3.1 – Montagem

O primeiro no processo de edição, após a pré-seleção anteriormente referida, foi agrupar, por temas, as várias entrevistas, numa só *timeline*. Assim, consegui fazer uma escolha mais cuidada de cada tópico a abordar, de acordo com as várias respostas dos intervenientes, permitindo obter uma noção mais geral da duração e interesse das suas respostas. As questões que não eram comuns a todos os entrevistados e que, por vários motivos, fugiram aos tópicos inicialmente pensados, foram também já colocadas por ordem de forma a completar o fio condutor do documentário inicialmente estruturado.

Este processo foi muito demorado, pois as várias entrevistas tiveram que ser visualizadas várias vezes para que conseguisse aproveitar o melhor de cada entrevistado e de forma a não comprometer o sentido do documentário.

³¹ O gigabyte é a unidade de medida de informação

Como não iria existir *voz off*, existiu especial atenção na ordem em que os entrevistados surgiam e na ordem das suas respostas, porque todos os temas tinham que, de certa forma, estar encadeados e explícitos. Sendo que nem sempre era possível que as respostas dos vários entrevistados colassem umas às outras de forma natural, surgiu a necessidade de introduzir separadores dos temas abordados no documentário.

Foi dado principal destaque à entrevista individual feita ao fundador e coordenador-geral da d'Orfeu, Luís Fernandes, tornando-o o protagonista deste documentário. Como coordenador e, por isso, responsável por todo o trabalho da associação, era o único capaz de falar sobre todos os tópicos com o conhecimento e o à vontade adequados. Assim, a entrevista de Luís Fernandes aparece ao longo do documentário, introduzindo ou comentando o que os outros entrevistados vão falando.



Figura 23 - Entrevista ao Luís Fernandes

O total de vídeos obtidos durante as entrevistas era propício a que o produto final do documentário tivesse uma duração mais longa. Contudo, devido ao facto de ser um documentário institucional, a mensagem teria de passar de forma mais curta e dinâmica, daí que se tenha estabelecido uma duração máxima de 45 minutos. Portanto, incluir 20 entrevistas, com mais de 10 minutos cada uma, em 45 minutos de documentário foi uma tarefa que exigiu bastantes cortes e muito material desperdiçado, o que condicionou este problema de interligar os vários temas.

Deste modo, após várias visualizações e combinações de vídeos, decidi estruturar o documentário da seguinte forma:

- **Genérico:** Pequena introdução de 2 minutos com a compilação das mensagens de 10 segundos de cada entrevistado. É o que abre o documentário e introduz a associação, aqui todos os entrevistados se referem à d'Orfeu através de uma mensagem de apoio, ou de uma breve descrição.

- **Apresentação:** É neste ponto que surgem os fundadores da d'Orfeu, os quatro irmãos Fernandes, são eles que começam explicar como surgiu o nome da associação e



como foram os primeiros tempos, como foi acordar a cultura que há muito estava adormecida na cidade de Águeda. O presidente e a vereadora da Câmara Municipal de Águeda (Gil Nadaís e Elsa Corga) surgem também aqui para falarem sobre este tema. Luís Fernandes, como coordenador-geral, refere também alguns dados biográficos da associação.

- **Espaços:** Aqui aparece o primeiro separador, que introduz Luís Fernandes a apresentar o património da associação: o d'Ormitorium e a d'Artec. Para testemunhar a experiência no dormitório, utilizei a entrevista da Gabriela Fernandez. Rui Oliveira é quem dá a cara pela d'Artec.

- **Equipa:** Este separador apresenta toda a equipa d'Orfeu e o trabalho que desenvolvem na associação. O presidente da direção, bem como alguns membros da equipa permanente descrevem como se sentem a trabalhar no epicentro da cultura aguedense.

- **d'Formação:** Esta é a parte em que a responsável pela d'Formação explica o conceito deste método de ensino, com a participação de duas formadoras: Lara Figueiredo e Ana Lúcia Xavier, esta última faz uma ponte de ligação ao tópico seguinte.

- **Apoios:** Luís Fernandes identifica aqui os apoios que a d'Orfeu tem, a nível institucional, e ao nível do mecenato. É também dado destaque ao protocolo com a Câmara Municipal. Elsa Corga é quem comenta esta relação da d'Orfeu com a cidade de Águeda.

- **Criações e Programação:** Este separador abre com alguns recortes de imprensa onde as criações d'Orfeu são mencionadas. Segue-se uma apresentação às duas principais criações da associação: Toques do Caramulo e Contracorrente, com testemunhos das pessoas que estão ligadas a estes projetos. É também neste capítulo que se mostram os quatro festivais que a d'Orfeu organiza anualmente, deixando ainda espaço para uma caracterização do público que frequenta estes festivais, o público d'Orfeu.

- **Futuro:** O último capítulo, vem fixado ao anterior e destina-se a projetar o que algumas personalidades ligadas à d'Orfeu esperam do futuro desta associação. Terminando com o depoimento de Luís Fernandes.

- **Créditos:** É o protagonista Luís Fernandes que preenche o painel final dos créditos do documentário, deixando uma mensagem ao público d'Orfeu e finalizando com uma atuação inserida no espetáculo da criação “Muito Riso, Muito Siso” no festival do Gesto Orelhudo 2012. Nesta secção torna-se necessário incluir a autoria do documentário, bem como os participantes e apoiantes do projeto.

3.2 – Efeitos e transições visuais e sonoras

Ao longo de toda a edição foram utilizados efeitos e transições, embora bastante similares entre si, de modo a que resultasse num produto final coeso que seguisse a mesma linha visual e sonora do princípio ao fim.

Às primeiras imagens dos irmãos Fernandes foi adicionado um efeito de *preto e branco*, disponível no Premiere Pro (Figura 13). Esse efeito só está presente enquanto se está a falar do passado da d'Orfeu, para reforçar exatamente essa ideia do que se passou em 1995.

Em algumas partes do documentário, durante a resposta de um entrevistado e em algumas sequências de imagem, foi colocado um efeito de *film burn*.

O *film burn* é uma técnica usada em edição de vídeo para sobrepor flashes transparentes ou coloridos a um vídeo, tornando-o mais dinâmico. Com esta técnica consegui resumir as respostas de alguns entrevistados e, em alguns casos, atenuar a falha de ter existido uma interrupção no discurso do entrevistado. Em outras situações, para corrigir esta lacuna, utilizei imagens de corte adequadas ao tema a que o entrevistado se referia.

Na secção de criações e programação, também usei esta técnica entre as várias criações e eventos, para separar a sequência de imagens que os expunha, dando ritmo e dinâmica à faixa de vídeo.

Este efeito era sempre adicionado com uma opacidade de 16% e com uma duração de 13 *frames*, fazendo uma transição suave e rápida dentro do mesmo vídeo, de modo a dar um pequeno brilho rápido à imagem.



Figura 14 - *Film burn* adicionado

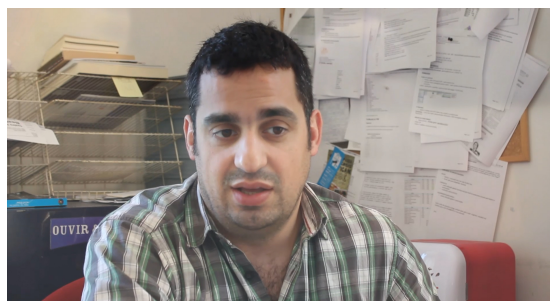


Figura 25 - Fotografia de uma das situações em que se usou a técnica *film burn*

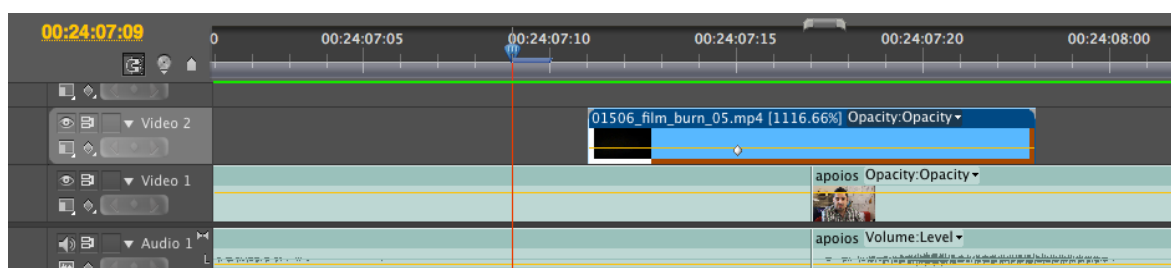


Figura 26 - Aspeto da *timeline* quando adicionado o *film burn*

Também em algumas imagens de arquivo da d'Orfeu foi utilizado um *film burn* com transparência para salientar o aspecto antigo do vídeo.

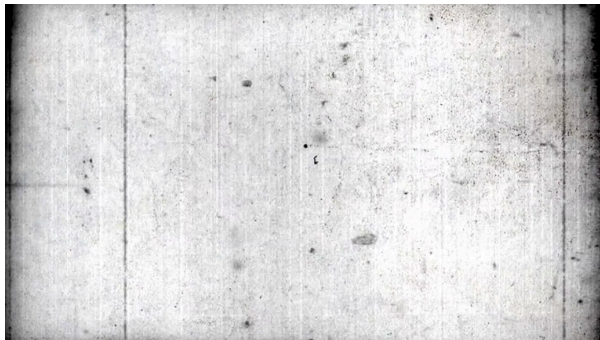


Figura 27 - Film burn usado em algumas imagens de arquivo



Figura 28 - Aspeto do vídeo após ser aplicado o film burn

Em relação às transições entre diferentes vídeos, apenas usei três tipos, todos eles incluídos no *software* de edição: *cross dissolve*, *dip to black* e *dip to white*. Recorreu-se a estas transições quer para transitar entre vídeos de diferentes entrevistados, como também para transitar entre diferentes imagens de corte que surgem ao longo do documentário.

O *cross dissolve* permite que a imagem corrente se dissolva na que a sucede, dando um efeito de transparência, sem ocultar na totalidade o fim e o início dos clips em causa. Utilizando a transição de *dip to black* cria-se o efeito de desvanecimento de um vídeo “A”, que vai escurecendo, para um vídeo “B”. A transição *dip to white* faz exatamente a mesma técnica anterior, só que em vez da cor preta que vai surgindo no primeiro vídeo, surge um branqueamento da imagem, antes de surgir o clip seguinte.

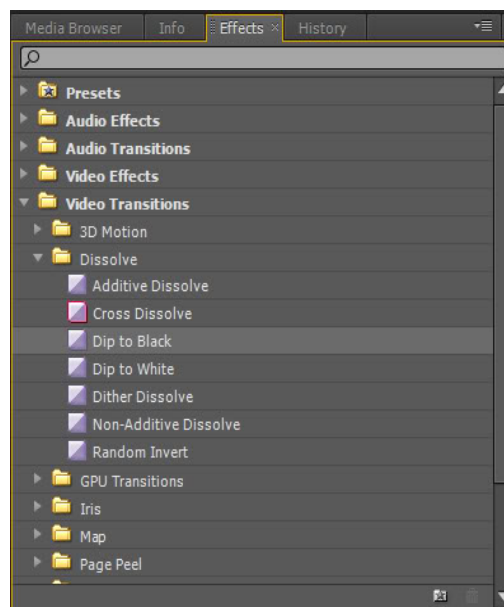


Figura 29: Efeitos de dissolve disponibilizados pelo *Premiere Pro CS5*

Ao nível do som foram corrigidos os valores de **volume** de alguns clips através da definição do *audio gain* (que permite corrigir o volume do áudio) e da utilização de *fade in/out*, que faz com que a curva de um áudio “A” desvaneça suavemente, enquanto que a curva do áudio “B” aumenta na mesma proporção.

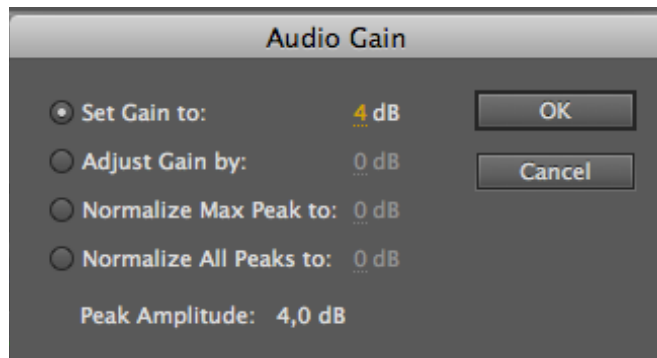


Figura 30 - Janela de configuração do Audio Gain de um determinado clip

Apesar desta inicial edição de áudio, mais pormenores foram acrescentados e modificados na fase de pós-produção, que irá ser abordada mais à frente.

▪ Genérico

No genérico inicial, para além de se ter usado a transição *dip to black* entre todos os clips e um *fade* nas transições áudio, recorreu-se a mais efeitos visuais e alterações no enquadramento e contraste de alguns vídeos.

Após terem sido selecionados e alinhados os depoimentos de 10 segundos, filmados em primeiro plano, que iam fazer parte do genérico, foi sobreposto um vídeo capturado aquando da entrevista à Léa Lopez. Neste vídeo é a Léa que surge a desenhar o que a d'Orfeu representa para si e as características que deseja que sejam melhoradas na associação. Como o vídeo foi capturado numa sala com pouca luz e em plano geral e desalinhado, houve a necessidade de corrigi-lo, alterando os valores de escala e rotação da imagem e definindo a sua exposição à luz (Figura 27). Esta correção de exposição foi feita utilizando o software *Adobe After Effect CS5*³² que podia ser utilizado em simultâneo com o *Premiere*. O vídeo foi também acelerado, de modo a encurtar a duração do desenho, sem deixar de mostrar como foi feito.

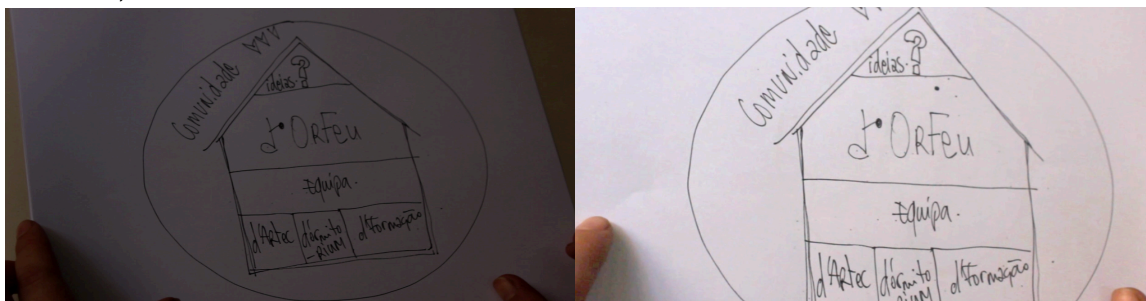


Figura 31 - Antes e depois das correções de cor

³² Link de acesso ao site oficial do programa Adobe After Effects - <http://www.adobe.com/pt/products/aftereffects.html> , acedido a 4 de Outubro de 2013

Seguidamente, de novo no *Premiere Pro*, seleccionou-se este vídeo e no respectivo painel de *video effects*, após clicar no triângulo da opacidade, alterou-se o modo de sobreposição do vídeo para *multiply*³³ e diminuiu-se os valores de opacidade, criando-se um efeito de transparência e acrescentando um toque de brilho à clip do desenho.



Figura 32 - Fotograma exemplificativo do genérico

▪ Créditos

A secção de créditos foi criada através da ferramenta disponível no *Premiere Pro* em “Title-> New Title->Default roll”, que permite introduzir um texto que deslize no ecrã, de baixo para cima, até desaparecer. A função dos créditos começarem fora do ecrã (no limite inferior) e terminarem fora do ecrã (no limite superior), só é possível quando seleccionadas as opções *star off screen* e *end off screen*, em *roll/crawl options* na janela de edição de texto.

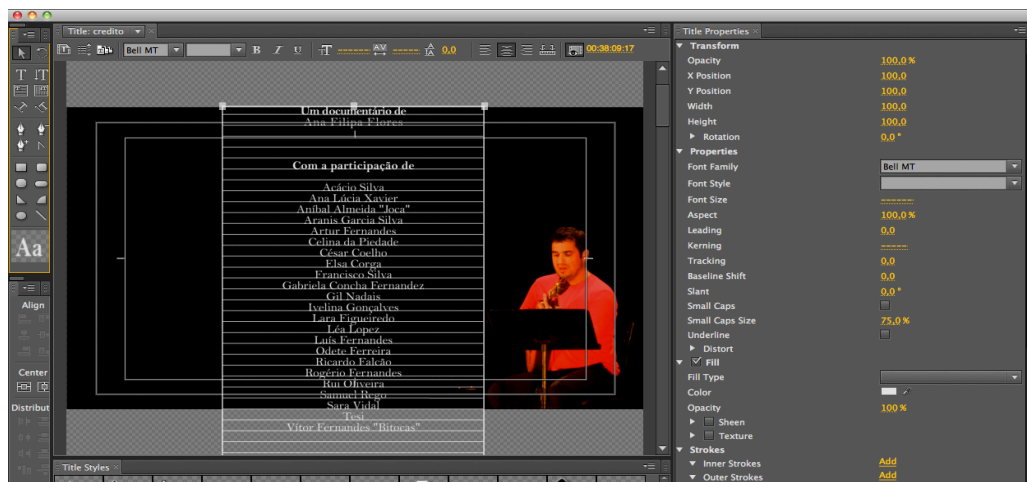


Figure 33 - Janela de edição dos créditos

³³ Explicação oficial dos vários *blend modes* disponíveis no *Premiere Pro CS5* - http://help.adobe.com/en_US/premierepro/cs/using/WSa41b87baf39dd9b07e3480c31221838a260-8000.html, acedido a 4 de Outubro de 2013

4 – Pós-produção

Depois da fase de montagem e edição do documentário era necessário fazer alguns ajustes de cor, criar os separadores, os oráculos e completar a sonorização para depois concluir o produto final.

4.1 – Correção de cor

Como já referido anteriormente, pelo facto da equipa de produção ser constituída apenas por uma pessoa, não houve um cuidado pormenorizado com a iluminação do local, nem existiam meios técnicos para tal. Desta forma, algumas entrevistas necessitaram de uma correção de cor mais rigorosa.

Neste processo recorreu-se novamente ao programa *After Effects* para corrigir ajustes através de várias ferramentas: **exposure**, para corrigir a pouca intensidade de luz que se verificava nas imagens; e **brightness/contrast**, a fim de melhorar o contraste.

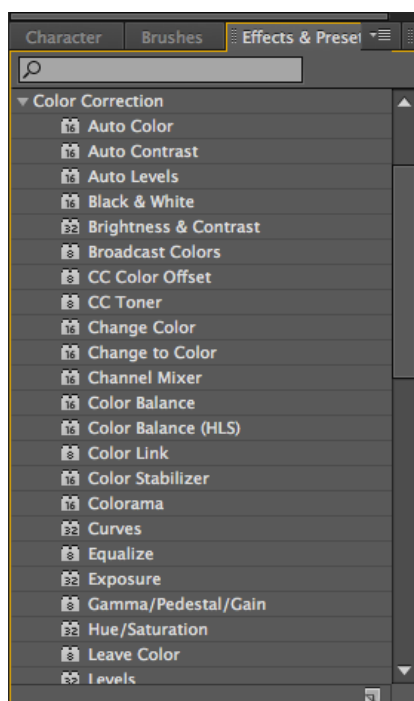


Figura 34 - Ferramentas disponibilizadas pelo *After Effects* para correção de cor

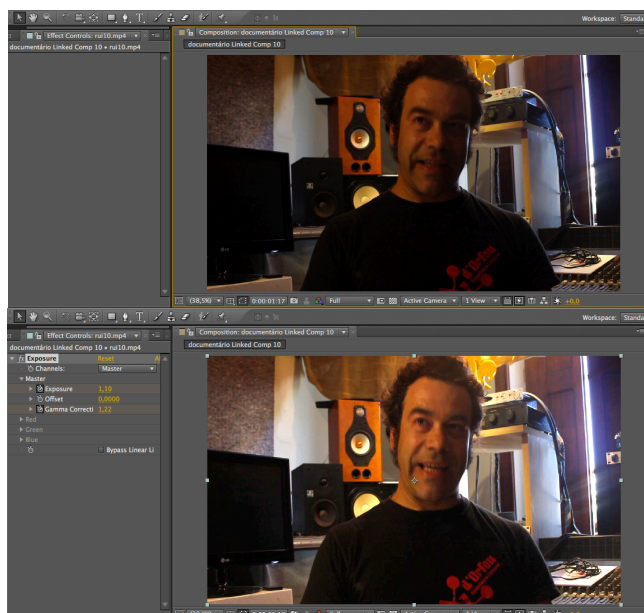


Figura 35 - Exemplo de correção de cor efetuado

4.2 – Separadores

Foram criados cinco separadores temáticos utilizando o *After Effects* e o *Photoshop*³⁴: “Espaços”, “Equipa”, “d’Formação”, “Apoios”, “Criações e Programação”.

No *Photoshop* foi criado um ficheiro para cada separador com 1920x1080 pixels e inseridas várias miniaturas, associadas ao tema, para preencherem toda a imagem e darem um efeito quadriculado. Após a sua conclusão foi gravado no computador.

³⁴ Link de acesso ao site oficial do software *Adobe Photoshop* - <http://www.adobe.com/pt/products/photoshop.html>, acedido a 1 de Outubro de 2013

Já no *After effects* procedeu-se à importação do ficheiro e, na timeline de edição, adicionado o efeito *card dance*, disponível através do menu *effects*, na opção *simulation*. Este efeito, após ser personalizado, permite que as várias miniaturas da imagem criada em *Photoshop* surjam divididas e que, progressivamente, se vão unindo. Também é possível fazer o contrário.

Após as imagens de fundo dos separadores estarem animadas, era a vez de introduzir o texto pretendido. Ao texto foi adicionado o efeito de *typewriter* que, após personalizado, faz com que a palavra se revele letra a letra, como estivesse a ser escrita naquele momento através de um teclado. Foi também adicionada ao texto uma sombra branca com alguma transparência para o distanciar da imagem de fundo. Um ligeiro movimento foi introduzido à sua posição, fazendo com que o texto se desloque suavemente de cima para baixo no ecrã.

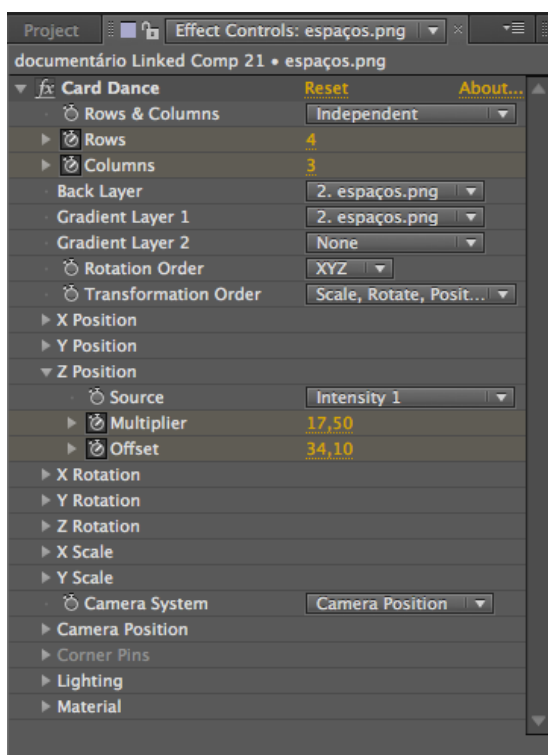


Figura 36 - Personalização do efeito *Card Dance* no *After Effects*

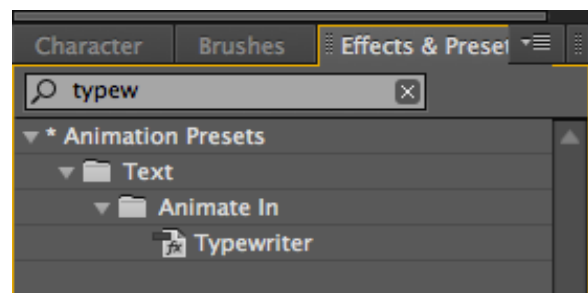


Figura 37 - O efeito *typewriter* no painel de efeitos



Figura 38 – Fotogramas da animação final do separador “Espaços”

4.3 – Título

O título do documentário surge ao mesmo tempo que os quatro irmãos Fernandes começam a falar sobre como surgiu o nome “d’Orfeu”. Isto acontece em simultâneo com objetivo do nome do documentário se revelar enquanto é explicado o nome da “d’Orfeu”, que também intitula este trabalho.

A técnica usada no visual do título foi sobrepôr com alguma transparência, através do *Photoshop*, os fotogramas dos principais desenhos utilizados no genérico.

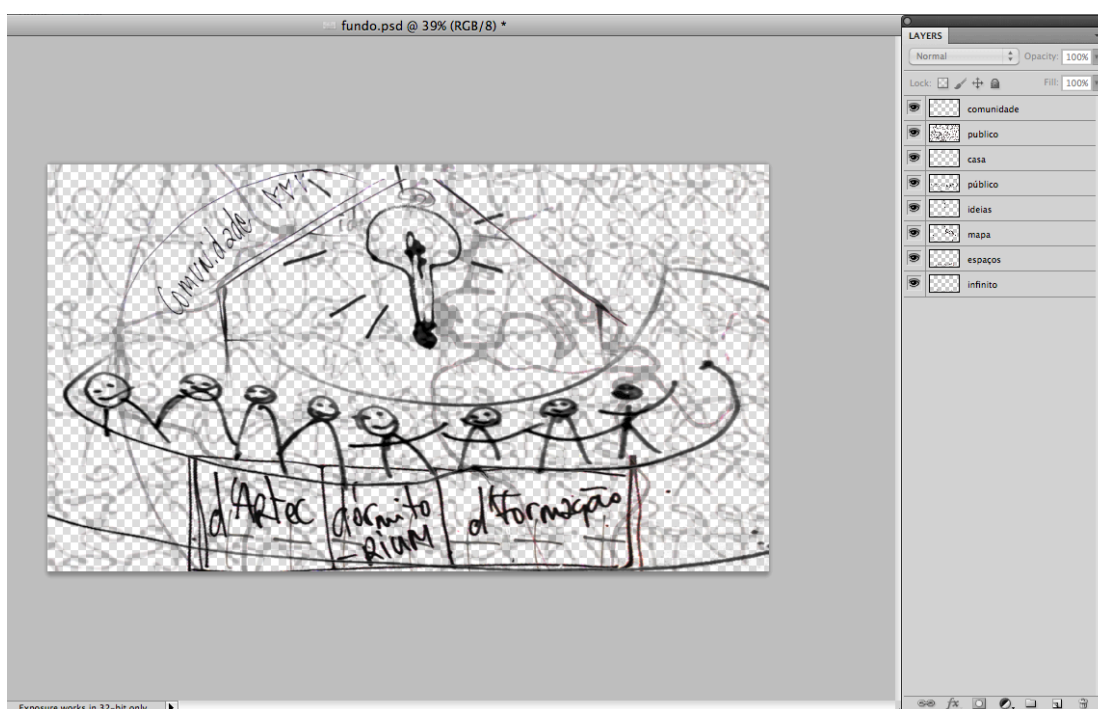


Figura 29 - Aspeto final da imagem de fundo do título, no *Adobe Photoshop*

De seguida, esta imagem foi importada para o *Premiere* e aplicada sobre um fundo branco. Por fim, sobrepôs-se o nome da d’Orfeu, sendo a letra “d” animada no *After*

Effects com o efeito *write on*, que permite revelar uma imagem através de máscaras, como se esta estivesse a ser pintada ou desenhada.



Figura 40 – Fotograma do título do documentário inserido no produto final

4.4 – Oráculos

Os oráculos são informações escritas sobre o vídeo para identificar a pessoa que está a ser entrevistada e a sua função. Ao longo do documentário, sempre que um entrevistado aparece pela primeira vez, é inserido um oráculo com o seu nome e a função que o liga à associação.

Neste projeto, os oráculos inseridos foram muito simples e discretos. O texto foi criado no *Photoshop* e importado para o *Premiere*, daí trabalhou-se em simultâneo com o *After Effects*. Apenas foi acrescentado um efeito de *wiggle*, que produziu um movimento aleatório e suave aos oráculos, para que estes surgissem com o movimento deambulante utilizado ao longo do documentário. Após 5 segundos no ecrã, os oráculos desaparecem diminuindo a sua opacidade.

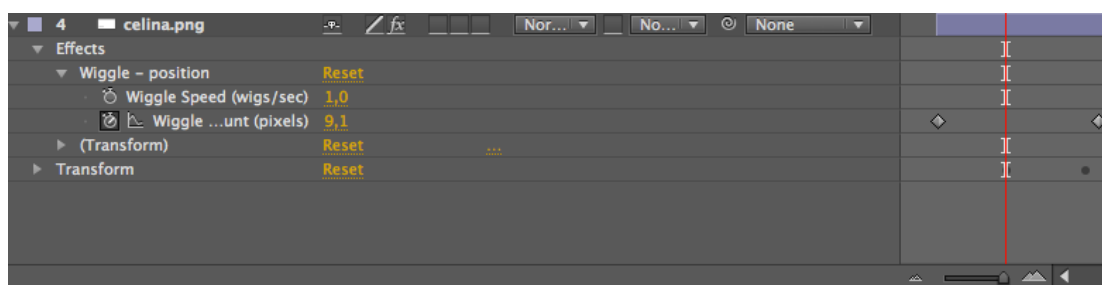


Figura 41 - Efeito *wiggle* no *After Effects*



Figura 42 - Fotograma de um oráculo a identificar o entrevistado

4.5 – Sonorização

Como referido anteriormente (ponto 3.2 – Efeitos e transições visuais e sonoras), a maioria dos clips de áudio a usar e as suas transições ficaram definidos durante a fase de montagem. Uma vez que grande parte das imagens de corte pertenciam a eventos, criações ou vídeos de arquivo da associação, o ambiente sonoro que apresentavam foi preservado, de modo a manter uma aproximação mais real do espetador ao ambiente d’Orfeu.

Assim, na transição desses clips para outros do género ou para entrevistas, era adicionada uma transição de *fade* que permitia que o áudio do primeiro clip desvanecesse suavemente na mesma proporção que o áudio do segundo aumentava.

No entanto, em pós produção, era preciso acrescentar conteúdo musical e som ambiente, principalmente em planos de silêncio e nos separadores.

Como a d’Orfeu me deu autorização para usar as músicas das suas criações no documentário, o processo de escolha de músicas foi facilitado e as opções a usar eram muitas.

Para os separadores, que têm 8 segundos de duração, utilizei os 8 segundos iniciais da música “Amândio”, pertencente à mais recente criação d’Orfeu - Reportório Osório. A mesma música, mas com uma duração de 15 segundos, foi utilizada aos 3 minutos de vídeo, aquando da identificação da autoria do documentário.

No genérico foi acrescentada uma música de fundo, “Ó Pedras desta Calçada”. Esta música pertence ao primeiro álbum dos “Toques do Caramulo”, intitulado “Toques do Caramulo é ao vivo!” e editado pela d’Orfeu em 2007. Durante a apresentação dos espaços d’Orfeu surge outra música também deste álbum – “Chapéu ao Lado”.

Ainda antes de surgir o separador da secção de “d’Formação”, durante umas imagens de corte, foi adicionada um excerto de uma música (“Maré Alta”) que gravei durante os ensaios do grupo musical “Contracorrente”.

Após o separador “Criações e Programação”, ao mesmo tempo que aparecem vários recortes de imprensa, utilizou-se um excerto da música “Trigueirinha”, também dos “Toques do Caramulo”, do disco “Retoques”, editado em 2011 pela d’Eurídice.

Para além deste sublinhado musical completado em pós-produção, também foi necessário preencher algumas imagens usadas em transições silenciosas com mais som ambiente. Isto é, quando foram captadas as imagens da sede d'Orfeu e da cidade de Águeda, também foram captados sons característicos desses espaços, à parte. Este sons são importantíssimos para ajudar a imagem a descrever o ambiente mostrado. Como tal, do minuto 16:08 ao 17:08, entre os 24:32 e os 24:50, e entre os 34:34 aos 34:56 minutos, foram acrescentados sons captados individualmente que reproduziram mais detalhadamente a realidade sonora daquelas ruas, pátios e estradas.

Após todo o som estar alinhado, foi normalizado, através da ferramenta *normalize track*, para que não existissem discrepâncias nas ondas do som.

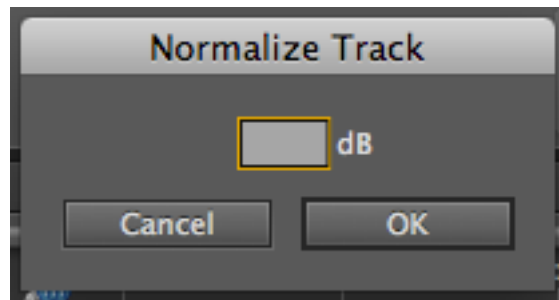


Figura 43 – Ferramenta *Normalize Master Track* do Adobe Premiere Pro

5 – Render e Exportação

Estando todo o processo de pós-produção terminado, foi feito um render final em alta resolução, para evitar perdas de qualidade.

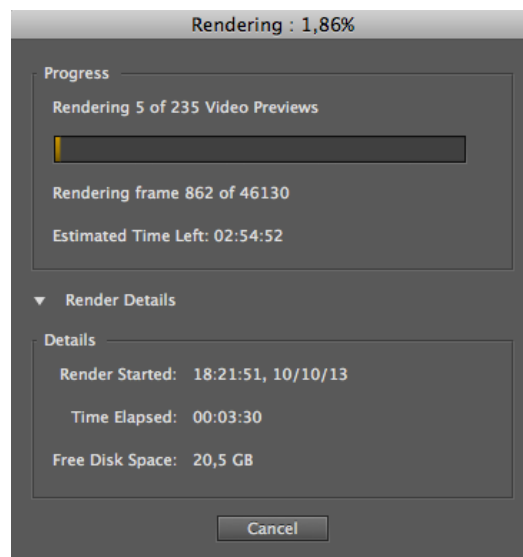


Figura 44 - Exemplo do aspeto da janela de render

Assim que o render terminou, todo o documentário foi visualizado novamente com vista a conferir se existia algum erro que, antes do render, não estava tão visível. Corrigidos alguns pormenores, procedeu-se à exportação do vídeo total diretamente para

o software *Adobe Encore CS5*³⁵, através da ferramenta *Adobe Dynamic Link*, que permite esta exportação direta para o *Encore*, permitindo que o vídeo seja imediatamente gravado em DVD.

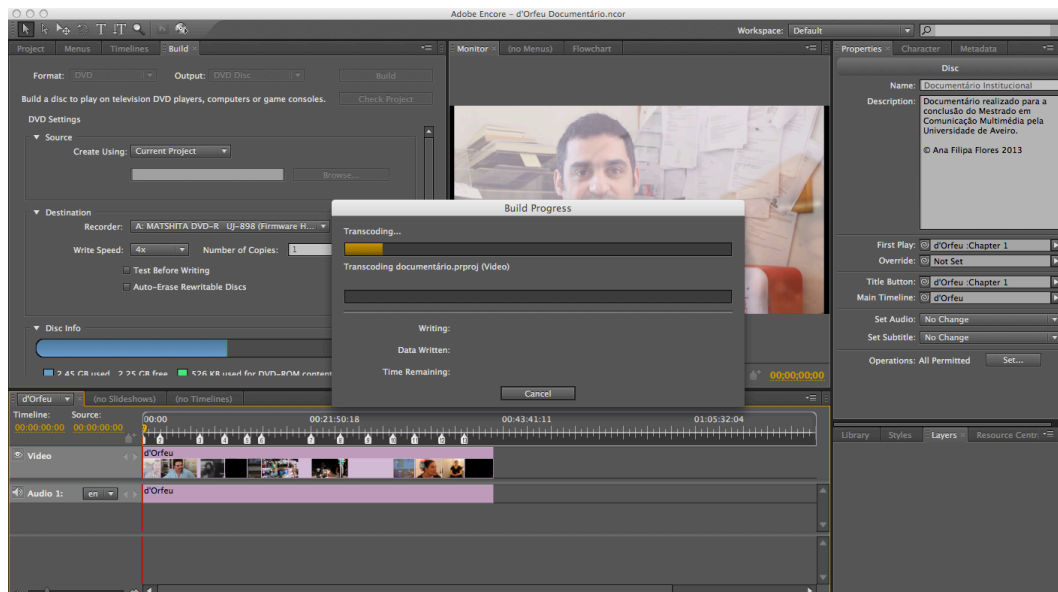


Figura 45 – Gravação do DVD através do Adobe Encore

³⁵ Link de acesso ao site oficial do software Adobe Encore - <http://www.adobe.com/pt/products/encore.html>, acedido a 10 de Outubro de 2013



CONCLUSÕES FINAIS

Durante cerca de 12 meses este foi o meu projeto. Investiguei, consultei dezenas de fontes bibliográficas, frequentei formações, registei horas intermináveis de vídeo e áudio e, por fim, terminei o meu produto final: um documentário institucional sobre a d'Orfeu – Associação Cultural. Era este o meu objetivo, produzir um documentário institucional que esta associação pudesse usar futuramente como estratégia de comunicação institucional e fazer com que outros estudantes da área se interessassem por esta temática e que pudessem retirar alguma aprendizagem deste meu projeto, principalmente com os erros cometidos e com as limitações encontradas.

Na fase inicial foi crucial realizar uma investigação sobre funcionamento e organização das instituições. Para além de uma pesquisa global de legislação aplicada às instituições, pedi à d'Orfeu que me fornecesse os seus estatutos e regulamentos para conhecer o seu método de trabalho, tornando mais fácil a minha integração na associação e a construção da narrativa do documentário.

Quando iniciei a produção do documentário começaram a surgir alguns obstáculos. Como fui referindo ao longo da descrição da implementação prática, o facto da equipa de produção deste documentário ser limitada a uma só pessoa, fez com que muitos pormenores ficassem por corrigir na fase de captura, o que comprometeu a qualidade do produto final. Para além disso, vários imprevistos a nível pessoal ocorreram durante a fase de produção deste documentário, que me impediram de adquirir o material técnico suficiente para que as filmagens decorressem de forma eficiente, principalmente ao nível de iluminação e áudio. Como o Departamento da Arte e Comunicação (DeCA) da Universidade de Aveiro possuía poucos kits de filmagem disponíveis para requisição, principalmente numa fase em que muitos alunos necessitavam desses serviços, tornou-se também difícil conjugar o agendamento de entrevistas com a disponibilidade desse material técnico. Contudo, com a ajuda da d'Orfeu, consegui com maior flexibilidade usar uma câmara de filmar e um gravador zoom, cedidos pela associação.

Um grande obstáculo que encontrei foi o facto das entrevistas se terem prolongado muito. Sendo que o documentário teria que ter, no máximo, 45 minutos, resumir e conjugar 20 entrevistas com mais de 10 minutos cada, tornou-se bastante trabalhoso e demorado. Contudo, tenho consciência que este processo também me ajudou muito em trabalhos futuros, uma vez que ganhei bastante experiência a perceber o que era essencial aproveitar de cada entrevista de modo a que todo o documentário se desencadeasse de forma natural, sem recurso à voz off.

Uma das minhas questões de investigação era: “A integração nesta associação poderá contribuir para melhorar o conteúdo do documentário institucional?”. A verdade é que o facto de me incorporar a 100% nesta associação foi crucial para conseguir concluir este trabalho. Hoje sei que ganhar confiança e empatia é a chave para conseguir o melhor dos entrevistados e é a melhor fórmula para que todo o processo de registo audiovisual decorra natural e espontaneamente. Contudo, este ponto, acaba por interferir com o anterior.

Precisamente por estar tão bem integrada na associação e por ter criado um grande à vontade com os entrevistados, foi esse grande pormenor que fez com que todas



as entrevistas se alongassem mais do que o previsto e que eu tivesse dificuldades em selecionar o que iria incluir no documentário porque, no meu ponto de vista, todas as histórias que me foram contadas, todos os relatos que consegui obter, eram demasiado bons para deitar fora. Estava tão integrada nesta associação e no seu trabalho, que não estava a conseguir separar o lado emocional do lado documentarista.

A outra questão que colocava no início da minha investigação era: “O documentário institucional poderá ser uma estratégia de Comunicação Institucional aceite pela Associação Cultural d’Orfeu?”. Sim, é a resposta. Desde o início que a associação aceitou e se envolveu com este projeto, com muito entusiasmo. O factor crise e o ritmo acelerado deste género de associações impede que elas pensem e invistam em novas e diferentes formas de promoverem o seu trabalho, e este documentário adequou-se aos objetivos de divulgação pensados pela associação.

A promoção que era feita na d’Orfeu, baseava-se na divulgação dos seus eventos e criações através das redes sociais, imprensa regional e cartazes colocados na região em época de espetáculos. A nível audiovisual o seu trabalho está todo exposto no *You Tube* e é limitado a vídeo-resumos das várias criações e eventos d’Orfeu.

Atualmente, para conquistar o público, é preciso mais do que mantê-los informados sobre o trabalho que se desenvolve por parte da associação. É preciso inovar e conquistá-lo. O documentário institucional permite isso. Ao expor a instituição, está a revelar ao seu público quem são as pessoas que estão por trás das suas criações e como é feito o seu dia-a-dia, contribuindo para uma maior cumplicidade entre a instituição e o seu público. É este ponto que quero fazer chegar a várias empresas futuramente, de modo a poder investir nesta área a nível profissional.

À data de conclusão desta dissertação o documentário ainda não iniciou a sua divulgação, contudo, esta está a ser preparada por mim e pela responsável de comunicação da associação, Léa Lopez. O objetivo é criar um ou dois *teasers* do documentário e partilhá-los online, com um espaço de tempo entre eles. Depois será então divulgado na sua totalidade, assim que termine o Festival Outonalidades. No entanto, surgiu a ideia de editar uma versão alongada com o conteúdo das entrevistas que tive de excluir.

Todas estas ideias futuras fazem parte das minhas perspetivas de trabalho profissional. Após estes meses de integração na d’Orfeu, fui convidada para realizar um estágio profissional dentro da associação. Será durante esse período que este e outros documentários, com temas já falados, serão produzidos.

Este reconhecimento por parte da associação é fundamental para que eu sinta que o meu trabalho foi aprovado e para que possa fazer mais e com melhor qualidade no futuro. Pretendo continuar a fazer documentário e vídeos promocionais no contexto de empresas e instituições que pretendam renovar a sua estratégia de comunicação, sendo o audiovisual a sua aposta prioritária.



BIBLIOGRAFIA

- AMARO, V.F. (2004). *Vivendo na pele do outro - a observação participante para desvendar a favela da Rocinha, no Brasil*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaro-vanessa-pele-outro.pdf>
- BERNARD, S. C. (2007). "Documentary Storytelling for Video and Filmmakers", Focal Press.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Porto Editora.
- CARMO, H. & FERREIRA, M. (1998). *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARRILHO, F. (2008). "Estruturas De Produção Do Documentário Português- Estudo de caso no Doclisboa – Festival Internacional de Cinema Documental de Lisboa". Instituto Superior De Ciências Do Trabalho E Da Empresa.
- HICKS, J. (2007). "Dziga Vertov: defining documentary film". — London ; New York: I.B.Tauris, Palgrave Macmillan.
- JUNKER, B. H. (1960). *Field Work: An Introduction to the Social Sciences*. Chicago: University of Chicago Press.
- La Porte, J.M. (2001). "Entusiasmar a la propia institución. Gestión y comunicación interna en las organizaciones sin ánimo de lucro", Eiunsa, Madrid.
- LARY, B. K. & GUNN, M. & FORTUNATO, M. & DALLI, V. & Promedion Productions. (1998). *Human communications theory*. Austin, TX: Promedion Productions.
- LEÓN, B. (2001), "O Documentário de Divulgação Científica". Avanca, Portugal: Edições Cine-Clube de Avanca.
- LOPES, C. (2005). "Uma dinâmica sistémica de direcção e controle dos processos de comunicação ao serviço da missão institucional", Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, Portugal.
- LOPES, C. (1998). "Comunicação e ludicidade na formação do cidadão pré-escolar". Tese de doutoramento em Ciências e Tecnologia da Comunicação apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro.
- MASCARELLO, F. (2006). *História do cinema mundial*. Campinas, SP: Papyrus.- Coleção campo imagético.
- MCQUAIL, D. (2003). "Teoria da Comunicação de Massas", Fundação Calouste Gulbenkian.



- NICHOLS, B. (2001). *Introduction to Documentary*. Bloomington: Indiana University Press.
- OLIVEIRA, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes.
- PENAFRIA, M. (1999). “O filme documentário – história, identidade, tecnologia”. Lisboa: Cosmos.
- PINA, L. (1977). *Documentarismo Português*, Instituto Português de Cinema.
- PIRES, A. & PEREIRA, T. (2010). “Contexto & Significado”. Águeda, d'Eurídice.
- RAMOS, F. P. (2008). *Mas, afinal, o que é mesmo documentário?* São Paulo, SP: Editora Senac.
- Relatório da unidade curricular de Comunicação Institucional, Licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação, Universidade de Aveiro
- TRAUTH, E. M. & O'CONNOR, B. (2000). *A study of the interaction between information technology and society: an illustration of combined qualitative research methods*. Disponível em: <http://www.cba.neu.edu/~etrauth/works/ifip5.txt>



ANEXOS

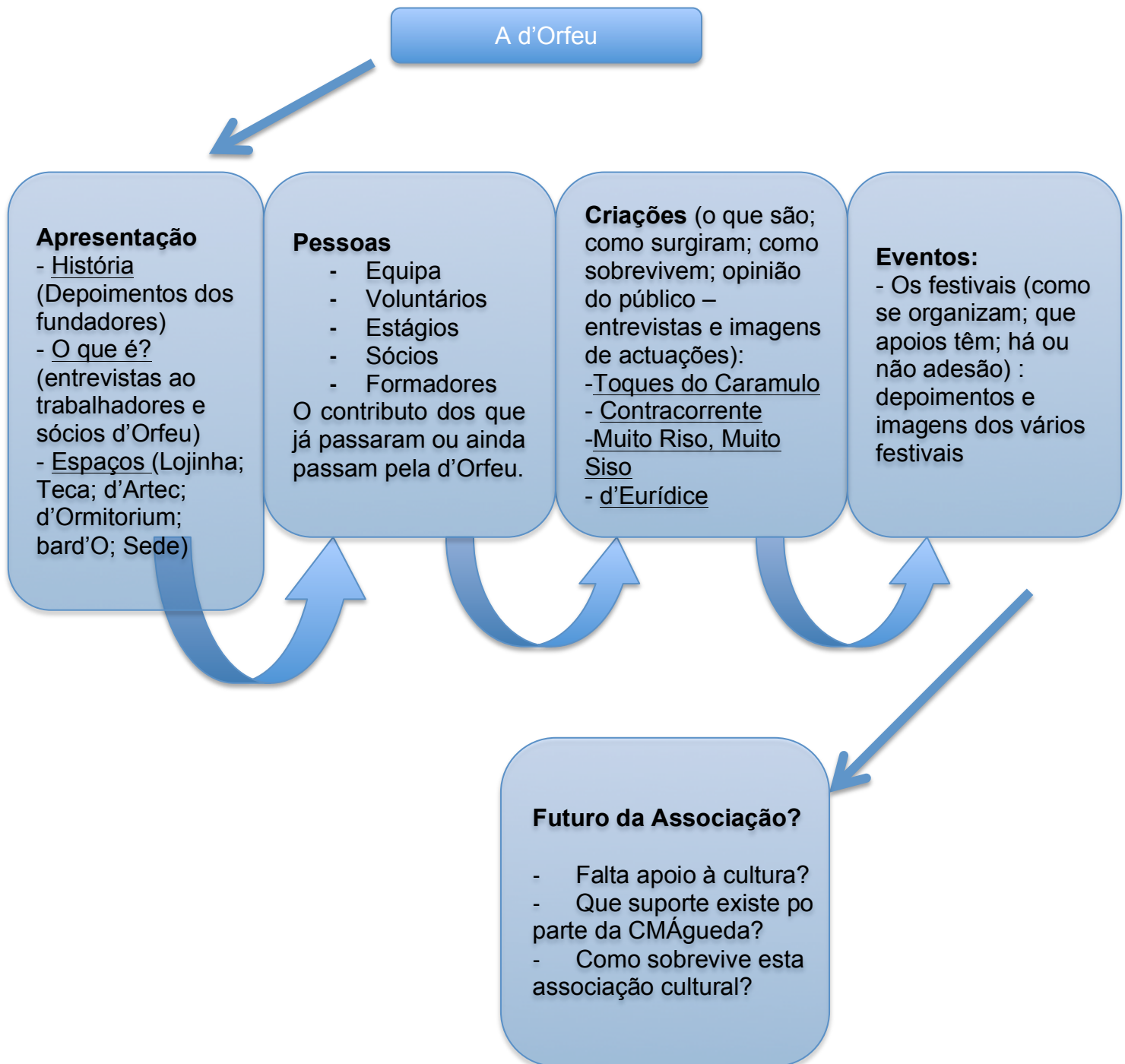


Anexo 1 – Estrutura inicial do produto final de investigação

“Passado, Presente e Futuro Numa d’Orfeu Sem Fronteiras”
- Documentário -

Produto final: Documentário + Documento escrito

Conteúdo do documentário



Documento Escrito

- Estrutura -

Contexto

Problema de Investigação
Finalidades e Objectivos

Enquadramento Teórico

Os géneros de documentário
Características do documentário institucional/cultural
Processo de criação de um documentário

Implementação

Pré-Produção
Captura
Entrevistas
Vídeo
Som
Edição
Narrativa
Pós-Produção
Finalização

Conclusões

Ana Filipa Flores

66034

Projecto I&D

25/09/2012



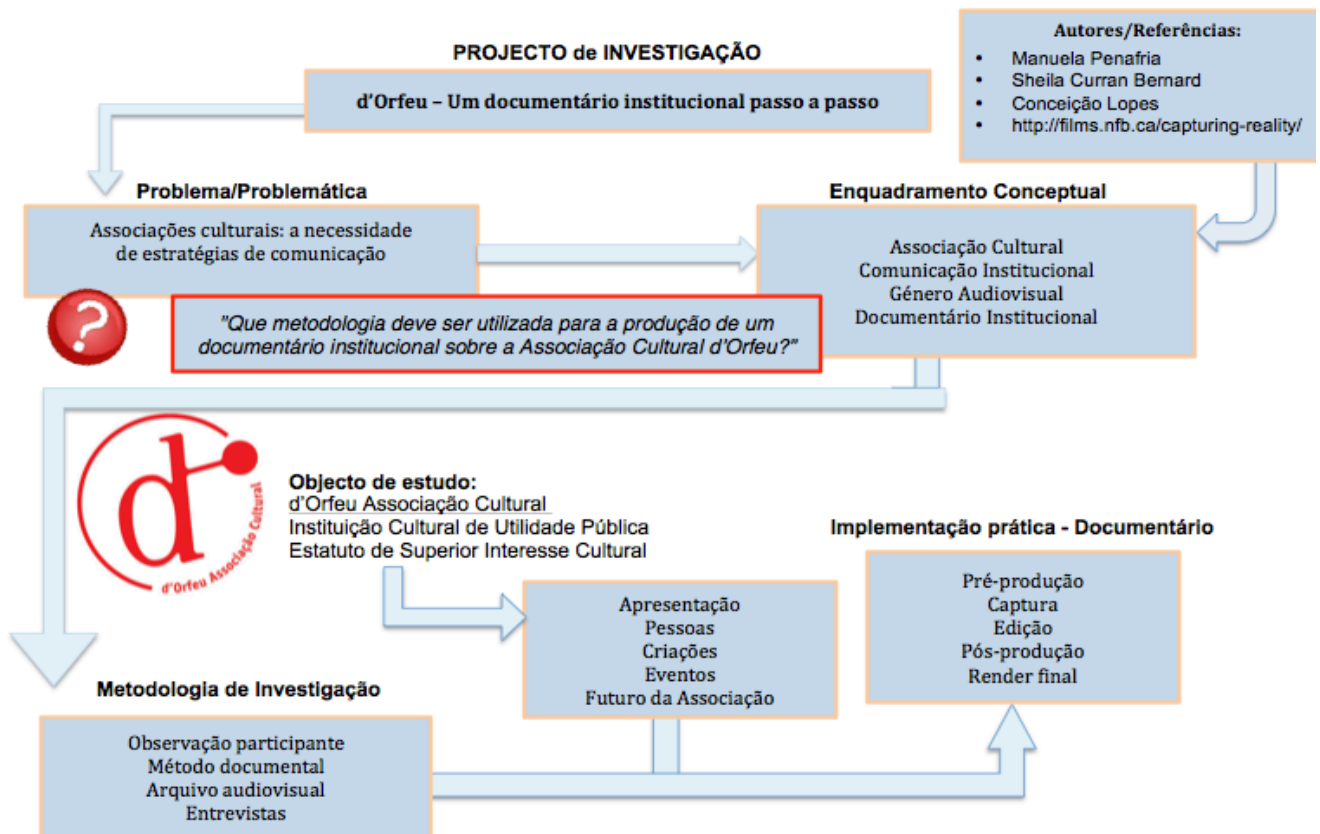
Anexo 2 – Cronograma

Cronograma de Projeto de Investigação

Ação	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro	
	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin	1ª quin	2ª quin
Reunião de orientação																										
Trabalho de campo na d'Orfeu																										
Fase 1. - Plano de investigação																										
Definição do título e finalidade do trabalho																										
Recolha de dados bibliográficos e estado da arte																										
Formulação do problema e questão de investigação																										
Modelo de análise e Mapa Conceptual																										
Redação do índice																										
Redação do plano de investigação																										
Pré-entrega do plano de investigação																										
Fase 2 - Enquadramento teórico																										
Redação do Enquadramento teórico																										
Pré-entrega do enquadramento teórico																										
Entrega e defesa final do plano de investigação e enquadramento teórico.																										
Fase 3 - Produção do documentário																										
Agendamento das entrevistas																										
Gravação das entrevistas																										
Captura de imagens de corte																										
Edição vídeo e som																										
Correção de cores, sonorização e grafismo																										
Entrega da 1ª versão																										
Alterações após feedback do orientador																										
Render final																										
Análise da 1ª projeção do documentário																										
Redação da componente prática e conclusões																										
Fase 4 - Apresentação e defesa oral do projeto																										
Estruturação da defesa oral																										
Apresentação e defesa final																										

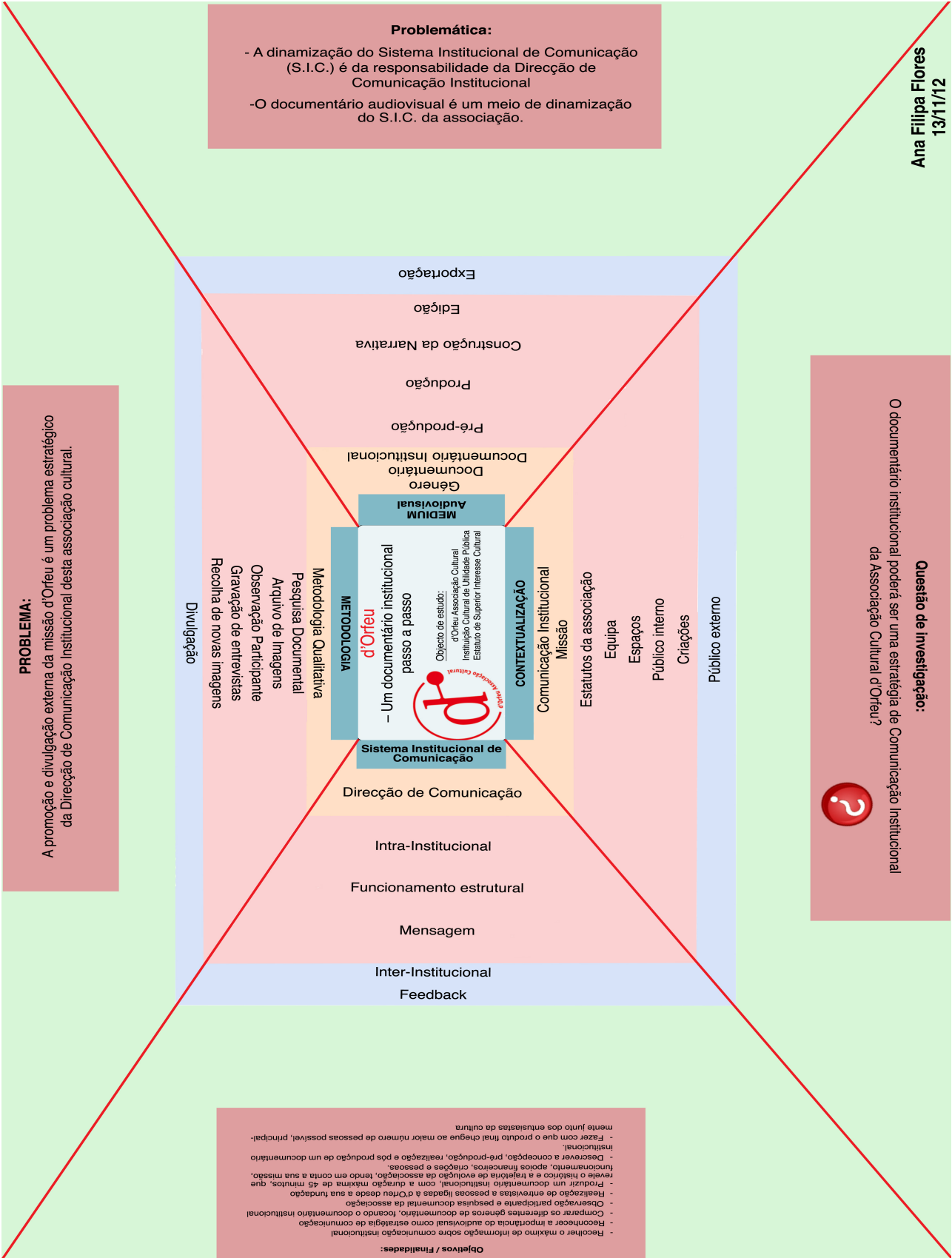


Anexo 3 – Modelo de análise





Anexo 4 – Mapa conceptual





Anexo 5 – Apresentação 1º Semestre

“d’Orfeu” Associação Cultural

Um documentário institucional passo a passo.



Orientando: Ana Filipa Flores

Orientador: Prof. Dr. António Manuel Dias Costa Valente

Co-orientador: Prof. D.ra Maria da Conceição de Oliveira Lopes



“d’Orfeu” Associação Cultural

➤ Um documentário institucional passo a passo.

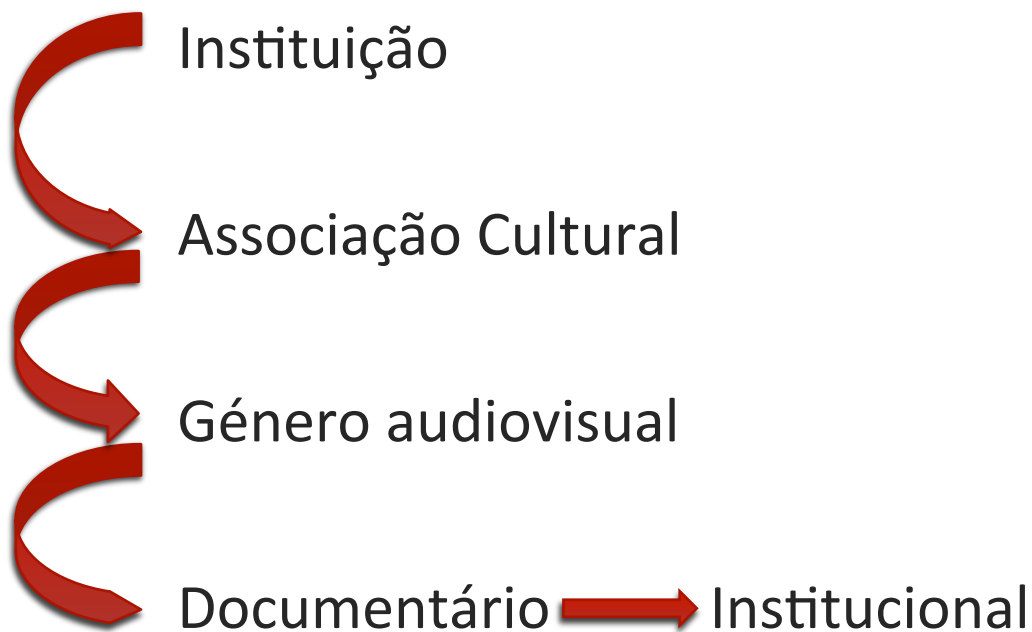
➤ Índice:

<http://campus.sapo.pt/blog/documentario/600>

“d’Orfeu” Associação Cultural

➤ Um documentário institucional passo a passo.

➤ **Resumo**



“d’Orfeu” Associação Cultural

➤ Um documentário institucional passo a passo.

➤ **Motivação pessoal**

- Projeto relacionado com os meus objetivos profissionais
- Suporte para outros alunos
- Aprofundar e melhorar competências
- Divulgar a d’Orfeu

“d’Orfeu” Associação Cultural

➤ Um documentário institucional passo a passo.

➤ **Problemática e problema:**

- A dinamização do Sistema Institucional de Comunicação (S.I.C.) é da responsabilidade da Direção de Comunicação Institucional
- O documentário institucional é um dos meios de dinamização do S.I.C. da associação.
- A promoção e divulgação externa da missão d’Orfeu é um problema estratégico da Direção de Comunicação Institucional desta associação cultural.

“d’Orfeu” Associação Cultural

➤ Um documentário institucional passo a passo.

➤ **Questão de investigação**

➤ O documentário institucional poderá ser uma estratégia de Comunicação Institucional da Associação Cultural d’Orfeu?

➤ Finalidades e objetivos:

- Recolher o máximo de informação sobre métodos de C.I., focando a área do audiovisual
- Comparar os diferentes géneros de documentário → documentário institucional
- Produzir um documentário institucional, com a duração máxima de 45 minutos
- Com base em informação e entrevistas recolhidas a pessoas ligadas à d’Orfeu desde a sua fundação
- Descrever o processo de concepção, pré-produção, realização e pós produção
- Divulgar o produto final
- Partilhar algumas partes do documentário final via redes sociais.
- Propor a venda do documentário pela editora da d’Orfeu, a *d’Eurídice*.

“d’Orfeu” Associação Cultural

➤ Um documentário institucional passo a passo.

➤ Metodologia de investigação:

➤ Interpretativo-qualitativo

→ Observação participante

→ Método documental

→ Entrevistas



Anexo 6 – Estatutos d’Orfeu

d'Orfeu – Associação Cultural

ESTATUTOS

- escritura pública em 4 Dezembro 1995
- alteração estatutos (artº 6) em 29 Julho 1999

1º

A Associação denomina-se d'Orfeu – Associação Cultural, é uma colectividade com sede e funcionamento na cidade, freguesia de Águeda.

2º

A Associação tem por objecto: promover e desenvolver actividades culturais na área da música.

3º

Poderão ser admitidos como sócios da Associação todos os indivíduos independentemente da sua residência, nacionalidade ou sexo.

A admissão ou anulação do estatuto de sócio da Associação, será feita por intermédio de proposta.

4º

São órgãos da Associação a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

5º

A competência e forma de funcionamento da Assembleia Geral são as prescritas nas disposições legais aplicáveis, designadamente os artigos 170º a 179º do Código Civil.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente e um secretários, competindo-lhes redigir as actas e dirigir os trabalhos da Assembleia.

6º

(artigo alterado por escritura de 29 Julho 1999)

A Direcção é composta por cinco elementos: Presidente, Secretário, Tesoureiro, e dois Vogais, competindo-lhes a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar da Associação, sendo necessárias para a obrigar, as assinaturas de três directores.

7º

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um secretário e um redactor, competindo-lhes fiscalizar os actos administrativos e financeiros da Direcção, verificar as contas e relatórios e dar parecer sobre os actos que impliquem o aumento de despesas ou diminuição de receitas sociais, e deverá reunir ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário.

8º

As receitas da Associação podem advir de:

- 1 – Subsídios e donativos.
- 2 – Taxas de inscrição e frequência aos utentes, de acordo com as normas que aprovar no início de cada época.
- 3 – Contratos publicitários.
- 4 – Campanhas de angariação de fundos
- 5 – Venda de artigos de carácter publicitário com os símbolos da Associação.
- 6 – Aluguer de instalações próprias, desde que não prejudiquem as actividades da Associação .
- 7 – Venda e/ou aluguer de material inerente às actividades da Associação.
- 8 – Contracção de empréstimos, desde que autorizados pela Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito.
- 9 – Estabelecimento de jóias de inscrição para sócios, bem como de quotizações.
- 10 – Quaisquer outras receitas não especificadas e de carácter legal.

Constituem despesas da Associação:

- 1 – As despesas com instalações próprias ou alheias .
- 2 – Os custos de deslocação dos seus técnicos, monitores, seccionistas, directores e restantes sócios quando ao serviço da Associação.
- 3 – Os encargos com técnicos, monitores, pessoal administrativo, cobradores e outros.
- 4 – Os custos com material inerente às actividades da Associação, de acordo com a política seguida pela Direcção.
- 5 – Os custos de expediente, água, luz, telefone e outros.
- 6 – Propaganda
- 7 – Os gastos eventuais.
- 8 – Outras despesas não especificadas.

9º

Na eventual dissolução da associação, todo o património físico reverte a favor de uma instituição cultural ou social da região, a definir pela Assembleia Geral que deliberar a dissolução.

10º

A Associação, em tudo o que for omissa nestes estatutos reger-se-á pelas normas de direito aplicáveis e pelo regulamento interno, cuja aprovação e alteração são da competência da assembleia geral.



Anexo 7 – Regulamento Geral Interno

REGULAMENTO GERAL INTERNO

em vigor a partir de 17 de Junho de 2003

1 - DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Fins e Logotipos

- Art.º 1º A d'Orfeu – Associação Cultural, tomou esta designação por escritura de 4 de Dezembro de 1995, lavrada da folha 72 à folha 73 do Livro de Notas para Escrituras Diversas, número 19 - I, do Cartório Notarial de Águeda e inserta no Diário da República, número 36/96 - III Série, de 12 de Fevereiro de 1996.
- § único – Este Regulamento Geral Interno, aprovado em Assembleia Geral de 28 de Outubro de 1995, desenvolve os princípios gerais dos Estatutos e visa regulamentar a vida associativa.
- Art.º 2º A d'Orfeu – Associação Cultural tem a sua Sede em Águeda, podendo criar delegações noutros locais.
- Art.º 3º A Associação tem por finalidade:
- a) Promover e desenvolver actividades culturais, essencialmente na área da música.
 - b) Dinamizar o património cultural universal.
 - c) Promover empreendimentos de interesse cultural em colaboração com as entidades competentes.
- Art.º 4º A d'Orfeu – Associação Cultural promoverá as seguintes áreas de actividades principais: investigação, formação, difusão e exposição.
- Art.º 5º A d'Orfeu – Associação Cultural pretende inserir as suas actividades nos circuitos culturais já existentes, bem como criar novos circuitos.
- Art.º 6º A d'Orfeu – Associação Cultural usará logotipos identificativos da própria Associação e das suas actividades.

CAPÍTULO II

Sócios

- Art.º 7º A d'Orfeu – Associação Cultural tem quatro categorias de sócios: Efectivos, de Mérito, Beneméritos e Honorários.
- 1 – São sócios Efectivos as pessoas singulares ou colectivas que sejam propostos por outros sócios e aceites pela Direcção, sendo admitidos na Assembleia Geral seguinte.
- § único – Só os sócios efectivos que tenham condições para se inscrever no INATEL e que sejam moradores em Águeda gozam dos direitos e regalias dos CCD's, nos termos do artº 5º do Regulamento dos Centros de Cultura e Desporto.
- 2 – São sócios de Mérito os sócios Efectivos que pela sua acção, valor e relevantes serviços prestados à Associação, se tenham revelado dignos de tal distinção.
- § único – Os sócios de Mérito são eleitos em Assembleia Geral, por proposta devidamente fundamentada da Direcção, aprovada por maioria simples dos associados presentes.
- 3 – São sócios Beneméritos os sócios Efectivos que, pelas suas dádivas à Associação, contribuam de forma determinante para o êxito das suas

actividades e que, por proposta da Direcção, mereçam tal distinção, aprovada em Assembleia Geral por maioria qualificada de dois terços dos associados presentes.

4 – São sócios Honorários os sócios Efectivos que, pela Associação ou causa cultural se tenham notabilizado, merecendo essa distinção por proposta da Direcção, aprovada em Assembleia Geral por maioria qualificada de dois terços dos associados presentes.

5 – Todos os sócios que participam regularmente nas actividades da Associação são designados por Sócios Activos. Todos os outros são Sócios Passivos, cabendo à Direcção este rastreio.

§ único – Os sócios tornados Passivos deverão ser notificados por escrito.

Art.º 8º São direitos dos sócios Activos:

1 – Receber um cartão de Associado, um exemplar dos Estatutos e do Regulamento Geral Interno.

2 – Conservar o seu número de Associado, devidamente actualizado, conforme a ordem da sua inscrição.

3 – Receber informação de carácter geral da Associação, pelos vários processos disponíveis.

4 – Ter benefícios no acesso a espectáculos e outras actividades, bem como na utilização de infra-estruturas da Associação.

5 – Propor candidatos a sócios.

6 – Participar em todas as Assembleias Gerais e votar.

7 – Propor e ser proposto para os Corpos Gerentes.

8 – Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária nos termos regulamentares.

9 – Recorrer de qualquer sanção que lhe for aplicada pela Direcção, para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Art.º 9º São deveres dos sócios Activos:

1 – Conhecer os objectivos da Associação.

2 – Cumprir os Estatutos e o Regulamento Geral Interno da Associação.

3 – Acatar as deliberações da Assembleia Geral e dos Corpos Gerentes, sem prejuízo dos recursos previstos na lei.

4 – Desempenhar com assiduidade, zelo e dedicação os cargos para que forem eleitos ou nomeados.

5 – Tomar parte nas Assembleias Gerais ou em quaisquer reuniões para que sejam convocados.

6 – Exibir, sempre que exigido por pessoa competente, o cartão de sócio, quando pretendam usufruir dos direitos estatutários.

7 – Defender e zelar o património da Associação.

8 – Devolver o cartão de sócio quando deixar de o ser.

Art.º 10º O rastreio da efectividade de sócios caber à Assembleia Geral por proposta devidamente fundamentada da Direcção, aprovada por unanimidade dos associados presentes. Os sócios excluídos deverão ser notificados por escrito.

2 – CORPOS GERENTES

CAPÍTULO I

Órgãos Sociais

- Art.º 11º A d'Orfeu – Associação Cultural, realiza os seus fins, por intermédio dos seguintes Órgãos:
- a) Assembleia Geral
 - b) Direcção
 - c) Conselho Fiscal
- Art.º 12º O mandato dos Corpos Gerentes tem a duração de dois anos.
- Art.º 13º Só podem ser eleitos para os Corpos Gerentes os sócios que não tenham sido demitidos no mandato anterior, nos termos do Art.º 14º.
- Art.º 14º Os membros dos Corpos Gerentes devem exercer os seus cargos com zelo e assiduidade, perdendo o seu mandato faltando a mais de três reuniões seguidas ou cinco alternadas, sem motivo justificado.
- Art.º 15º Os membros dos Corpos Gerentes podem renunciar ou suspender o mandato, devendo solicitá-lo por escrito ao Presidente da Assembleia Geral, que sobre o pedido se deverá pronunciar no prazo de trinta dias.
- § 1º - A suspensão é única num mandato e de duração entre dois e doze meses.
- § 2º - Se a Direcção se demitir, ou perder a maioria dos seus membros, o respectivo Presidente comunicará o facto ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que por sua vez convocará uma Assembleia Geral Extraordinária Eleitoral no prazo máximo de trinta dias, para eleição de uma nova Direcção. Os membros da demissionária Direcção manter-se-ão em funções até à tomada de posse da nova Direcção.
- § 3º - No caso de demissão da Mesa da Assembleia Geral e/ou Conselho Fiscal, ou da maioria dos seus membros, a Direcção convocará uma Assembleia Geral Extraordinária, para preenchimento dos cargos vagos.
- Art.º 16º Sempre que se verifique a renúncia ou perda de mandato de qualquer dos membros dos Corpos Gerentes da Associação, compete ao Presidente da Assembleia Geral:
- 1 – Dar conhecimento oficial aos restantes membros dos corpos gerentes.
 - 2 – Convocar uma reunião de todos os Órgãos, visando o estudo da situação criada.
 - 3 – Chamar ao exercício de funções o primeiro elemento substituto da lista eleita.
- Art.º 17º Os Corpos Gerentes são convocados para as reuniões ordinárias pelo respectivo Presidente, ou quem no momento o substitua, com a antecedência mínima de 24 horas, e só podem deliberar com a presença da maioria dos membros em exercício de funções.
- 1 – As deliberações são tomadas por maioria de votos dos presentes, tendo o Presidente ou quem o substitua o direito a voto de qualidade em caso de empate.
- Art.º 18º Os membros dos Corpos Gerentes são eleitos em lista completa que deverá ser apresentada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até 48 horas antes da reunião para a eleição.
- 1 – Os membros propostos deverão fazer declaração de aceitação.
 - 2 – Os boletins de voto serão em papel rigorosamente igual fornecido pela Associação.
 - 3 – As eleições far-se-ão por escrutínio secreto, sendo proclamados eleitos os candidatos pertencentes à lista mais votada.
- Art.º 19º Se dentro dos prazos estabelecidos não aparecer nenhuma lista concorrente e se a situação se mantiver durante a Assembleia Geral, deverá o Presidente da Mesa solicitar aos Corpos Gerentes cessantes que se mantenham em

funções por um período de 30 dias. Deverá, então, convocar nova Assembleia Geral Extraordinária e dinamizar o processo eleitoral, visando a ultrapassagem da situação de vazio directivo.

CAPÍTULO II

Assembleia Geral

- Art.º 20º A Assembleia Geral é composta pelos sócios, nela residindo o poder supremo da Associação.
- Art.º 21º Para a reunião da Assembleia Geral é necessária a presença da maioria dos sócios, podendo, no entanto, funcionar 30 minutos depois da hora marcada, com qualquer número de sócios presentes, em segunda convocatória.
- Art.º 22º A Assembleia Geral é representada e dirigida pela Mesa, composta pelo Presidente, um 1º e um 2º Secretários.
- Art.º 23º Na falta do Presidente, este será substituído pelo 1º Secretário e na falta de ambos, pelo 2º Secretário, devendo, em qualquer caso, completar-se a Mesa por escolha entre os sócios presentes.
- Art.º 24º As reuniões da Assembleia Geral são Ordinárias e Extraordinárias:
- 1 – A convocação será feita através de anúncios a publicar num jornal local e onde a Associação exerça as suas actividades, com pelo menos oito dias de antecedência.
- § único – Nos casos de a Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral referir o Ponto 1 do Art.º 27º ou os Art.º 63º e Art.º 65º deste Regulamento Geral Interno, a convocação deve ser também enviada por carta endereçada a cada um dos associados, com pelo menos oito dias de antecedência.
- Art.º 25º A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
- 1 – Uma vez por ano, durante o primeiro trimestre, para apreciação e votação do Relatório e Contas.
 - 2 – De dois em dois anos, até ao fim de Janeiro, para eleição dos Corpos Gerentes.
- Art.º 26º A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente:
- 1 – Se solicitada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou demais Corpos Gerentes.
 - 2 – Se solicitada por um conjunto de associados não inferior a 1/4, sendo necessária a presença de, pelo menos 2/3 dos requerentes.
- Art.º 27º Salvo o disposto no n.º seguinte e nos n.º 3 e n.º 4 do Art.º 7º e nos Art.º 63º e Art.º 65º, as deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes, competindo ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, um voto de qualidade no caso de empate.
- 1 – As deliberações sobre alterações dos Estatutos e Regulamento Geral Interno exigem o voto favorável de 3/4 do n.º de sócios presentes.
- Art.º 28º As deliberações tomadas em Assembleia Geral, que estejam fora da Ordem de Trabalhos, ou sejam contrárias à Lei ou aos Estatutos são anuláveis e poderão ser arguidas no prazo de seis meses, perante os Tribunais, pela Direcção ou qualquer associado que não tenha votado quaisquer deliberações.
- Art.º 29º De tudo o que ocorrer nas reuniões de Assembleia Geral serão lavradas actas em livro próprio, numerado e rubricado pelo Presidente da Mesa, que serão lidas para aprovação na Assembleia Geral seguinte.
- Art.º 30º Compete à Assembleia Geral:

- 1 – Eleger os membros dos Corpos Gerentes.
- 2 – Apreciar e votar o Relatório e Contas.
- 3 – Admitir novos sócios.
- 4 – Proclamar os sócios de Mérito, Beneméritos e Honorários.
- 5 – Autorizar a Direcção à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, mediante Parecer favorável do Conselho Fiscal.
- 6 – Resolver sobre assuntos que a lei, o presente Regulamento Geral Interno ou outros em vigor atribuem à sua competência.

Art.º 31º Compete ao Presidente da Mesa:

- 1 – Convocar a Assembleia Geral.
- 2 – Dirigir os trabalhos, exigir correcção nas exposições e discussões, podendo limitar e retirar o uso da palavra sempre que os sócios se afastem desta norma e mandar sair quem, advertido, não acate.
- 3 – Convidar sócios para constituir a Mesa na falta de um ou ambos os secretários.
- 4 – Convidar dois ou mais escrutinadores, organizar as mesas de voto e nomear um delegado de cada lista para fiscalizar o acto eleitoral.
- 5 – Dar o seu voto de qualidade, em caso de empate, excepto em votação por escrutínio secreto.
- 6 – Apresentar obrigatoriamente à discussão e votação, na Assembleia imediata as propostas admitidas e não discutidas.
- 7 – Assinar as actas.
- 8 – Proclamar os sócios eleitos.
- 9 – Conceder a demissão de membros dos Corpos Gerentes e convocar os substitutos ao exercício efectivo.
- 10 – Investir os sócios eleitos na posse dos seus cargos e assinar os respectivos autos, no prazo máximo de oito dias, após a verificação das condições legais.

Compete aos secretários:

- 1 – Ler as actas das sessões, os Avisos Convocatórios e o expediente.
- 2 – Lavrar as actas e assiná-las.
- 3 – Comunicar aos outros Corpos Gerentes e a quaisquer interessados as deliberações da Assembleia Geral.

Art.º 32º Os membros eleitos que não compareçam, por motivo justificado, à tomada de posse, poderão ser empossados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos trinta dias que se seguem. Findo este prazo, considerar-se-ão vagos os respectivos lugares.

CAPÍTULO III

Direcção

Art.º 33º A Direcção é composta por cinco membros: Presidente, Secretário, Tesoureiro e dois Vogais.

§ 1º - Também deverão ser submetidos a sufrágio, os candidatos suplentes, de acordo com as necessidades sentidas pelos promotores da lista concorrente, mas em número não superior a seis. Estes membros suplentes entrarão em funções nos casos previstos no Art.º 16º, n.º 3, ou nos termos do parágrafo seguinte, na qualidade de Vogais.

§ 2º - Considerando a necessidade de aumentar o número de responsáveis, poderão ser chamados igualmente à efectividade de funções, os membros

suplentes, por proposta do Presidente da Direcção, sancionada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Art.º 34º A Direcção reunirá ordinariamente semanalmente.

§ único – Por proposta de qualquer elemento da Direcção votada em reunião, este Órgão pode deliberar reunir com menor frequência, por exemplo, quinzenalmente, mantendo-se, neste caso, as características de reuniões ordinárias.

Art.º 35º A Direcção reunirá extraordinariamente desde que convocada pelo seu Presidente ou por quem no momento o substitua, ou ainda convocada pela maioria dos seus membros.

Art.º 36º A Direcção delibera com a maioria dos seus membros em efectividade de funções.

Art.º 37º As deliberações da Direcção são tomadas por maioria absoluta de votos, tendo quem preside o direito de voto de qualidade em caso de empate.

Art.º 38º Todos os membros da Direcção são solidariamente responsáveis pelos actos deste órgão e individualmente pelos actos que por eles forem praticados no exercício de quaisquer funções especiais que lhe forem confiadas.

Art.º 39º As deliberações da Direcção serão registadas em Acta lavrada em livro próprio, numerado e rubricado em todas as folhas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que assinar os termos de abertura e encerramento.

Art.º 40º As reuniões da Direcção são privadas, mas a elas podem assistir, sem direito a voto, os membros dos restantes Corpos Gerentes.

Art.º 41º À Direcção compete:

- 1 – Definir os programas e estratégias culturais da Associação.
- 2 – Gerir social, administrativa, financeira e disciplinarmente a Associação.

Art.º 42º Compete, em especial ao Presidente da Direcção:

- 1 – Convocar e dirigir as reuniões da Direcção.
- 2 – Representar a Associação em juízo e em todos os actos em que ela se deva representar, podendo, em caso de impedimento, delegar no Secretário ou em qualquer outro membro da Direcção, seguindo tanto quanto possível a hierarquia directiva.
- 3 – Assinar contratos com técnicos, formadores e outros contratos ou títulos que obriguem a satisfações pecuniárias regulares, aprovados em reunião de Direcção.
- 4 – Propor a atribuição de missões aos restantes membros da Direcção.
- 5 – Superintender na elaboração do Relatório e Contas.
- 6 – Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros de actas das Comissões nomeadas pela Direcção.
- 7 – Visar os documentos de receita e despesa e assinar os balancetes e cheques.
- 8 – Supervisionar todas as actividades da Associação.
- 9 – Propor à Mesa da Assembleia Geral a entrada em funções do ou dos membros suplentes, de acordo com o disposto neste Regulamento.

Art.º 43º Ao Secretário, compete em especial:

- 1 – Coadjuvar o Presidente.
- 2 – Suprir os impedimentos do Presidente.
- 3 – A preparação das reuniões de Direcção.
- 4 – Redigir as Actas das reuniões.
- 5 – Superintender no tratamento do expediente e arquivos.

Art.º 44º Compete, em especial, ao Tesoureiro:

- 1 – Contabilizar todos os documentos de receita e despesa.

- 2 – Assinar obrigatoriamente os cheques e visar os documentos da Tesouraria.
 - 3 – Dar Parecer sobre elementos financeiros ou de gestão.
 - 4 – Apresentar mensalmente à Direcção, balancete relativo à situação financeira da Associação.
- Art.º 45º Compete, em especial, aos Vogais:
- 1 – Orientar e acompanhar as áreas de actividade.
 - 4 – Substituir o Secretário nos seus impedimentos.
- Art.º 46º Para financiamento das suas actividades, a Direcção poderá:
- 1 – Estabelecer taxas de inscrição e frequência aos utentes, de acordo com as normas que aprovar no início de cada época.
 - 2 – Celebrar contratos publicitários.
 - 3 – Organizar campanhas de angariação de fundos.
 - 4 – Promover a venda de artigos de carácter promocional da Associação.
 - 5 – Alugar instalações próprias, desde que não prejudiquem as actividades da Associação.
 - 6 – Promover a venda e/ou aluguer de material inerente às actividades da Associação.
 - 7 – Contrair empréstimos, desde que autorizados pela Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito.
 - 8 – Propor à Assembleia Geral o estabelecimento de jóias de inscrição para sócios, bem como de quotizações.

CAPÍTULO IV Conselho Fiscal

- Art.º 47º O Conselho Fiscal é composto por três membros: um Presidente, um Secretário e um Redactor.
- Art.º 48º O Conselho Fiscal terá reuniões ordinárias semestrais e extraordinárias sempre que o Presidente ou a maioria dos seus membros entender conveniente.
- Art.º 49º O Conselho Fiscal delibera com o mínimo de dois membros.
- Art.º 50º Sempre que o Conselho Fiscal, representado pela maioria dos seus membros, pretenda examinar a documentação e escrita da Associação, deverá notificar a Direcção da sua pretensão, sendo esta obrigada a facultar o exame das mesmas.
- Art.º 51º Compete ao Conselho Fiscal:
- 1 – Fiscalizar os actos administrativos da Direcção.
 - 2 – Verificar e dar Parecer sobre o Relatório e Contas.
 - 3 – Dar Parecer, quando solicitado pela Direcção, sobre os actos que impliquem aumentos de despesas ou diminuição das receitas sociais.
 - 4 – Apresentar à Direcção e Assembleia Geral as sugestões que julgue de interesse para a vida da Associação, no domínio da gestão financeira.
 - 5 – Emitir Parecer sobre propostas de alteração dos Estatutos ou do Regulamento Geral Interno.
 - 6 – Requerer a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgue necessário.
 - 7 – Dar Parecer sobre bens imóveis, nos termos do n.º 5 do Art.º 30º deste Regulamento.

3 – REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO

CAPÍTULO I

Receitas

Art.º 52º As receitas da Associação compreendem:

- 1 – Subsídios e donativos.
- 2 – As receitas previstas no Art.º 46º.
- 3 – Quaisquer outras receitas não especificadas e de carácter legal.

CAPÍTULO II

Despesas

Art.º 53º Constituem despesas da Associação:

- 1 – As despesas com instalações próprias ou alheias.
- 2 – Os custos de deslocação dos seus técnicos, formadores, directores e restantes sócios quando ao serviço da Associação.
- 3 – Os encargos com técnicos, formadores, pessoal administrativo, cobradores e outros.
- 4 – Os custos com material inerente às actividades da Associação, de acordo com a política seguida pela Direcção.
- 5 – Os custos de expediente, água, luz, telefone e outros.
- 6 – Propaganda.
- 7 – Os gastos eventuais.
- 8 – Outras despesas não especificadas.

CAPÍTULO III

Contas e seu registo

Art.º 54º As contas da gestão da Associação serão registadas em livros próprios e os documentos de receita e despesa numerados e rubricados pelo Tesoureiro e Presidente da Direcção, ou por quem os substitua.

Art.º 55º O esquema de contabilidade dever referir as contas e os elementos necessários a um conhecimento claro e rápido do movimento de valores da Associação.

Art.º 56º A Direcção elaborará anualmente o Balanço e as Contas de Gerência, que deverão dar a conhecer de forma clara a situação económica e financeira da Associação.

Art.º 57º O ano económico coincide com o ano civil.

4 – DISCIPLINA

CAPÍTULO I

Art.º 58º O poder disciplinar na d'Orfeu - Associação Cultural é exercido pela Direcção, de acordo com o disposto nos Estatutos e em relação aos seus associados, técnicos, formadores e, de um modo geral, a todos os indivíduos a ela subordinados, que infrinjam as disposições dos Estatutos ou Regulamentos, não acatem as deliberações legais dos Corpos Gerentes, cometam ou provoquem actos de indisciplina ou quaisquer outros que firam

os interesses ou a dignidade da Associação e dos membros dos seus Corpos Gerentes, no exercício ou por causa das suas funções.

CAPÍTULO II

Penalidades

- Art.º 59º Os autores das infracções previstas no Art.º anterior, ficam sujeitos às seguintes penalidades:
- 1 – Repreensão registada.
 - 2 – Suspensão até 90 dias.
 - 3 – Suspensão de 91 até 180 dias.
 - 4 – Expulsão.
- § 1º - As penalidades referidas em 2 e 3, quando aplicadas aos infractores que auferiram gratificações da Associação, implicam a sua perda durante o tempo da suspensão.
- § 2º - As penalidades referidas em 4 implicam sempre a anulação de relações entre a Associação e os infractores.
- Art.º 60º Das sanções disciplinares caberá recurso para a Assembleia Geral.

5 - FUSÃO E DISSOLUÇÃO

CAPÍTULO I

Fusão

- Art.º 61º Se a Assembleia Geral determinar a fusão da Associação com outra ou outras Associações, deverá definir obrigatoriamente os termos em que a mesma se processara.
- Art.º 62º A fusão só terá valor se deliberada por 4/5 dos associados presentes na Assembleia Geral que apenas poderá funcionar com um mínimo de 4/5 dos Associados no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

CAPÍTULO II

Dissolução

- Art.º 63º A dissolução da Associação só poderá ser possível por motivos insuperáveis que tornem impossível a prossecução dos seus fins.
- Art.º 64º A dissolução só será válida se deliberada por 4/5 dos Associados presentes na Assembleia Geral no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art.º 65º As disposições do presente Regulamento Geral Interno prevalecem sobre quaisquer normas anteriores e em contradição com elas, e entram em vigor no dia imediato à aprovação em Assembleia Geral, com excepção do disposto no Art.º 12º que apenas produzirá efeito no termo do mandato dos actuais Corpos Gerentes.



Anexo 8 – Estatuto de Utilidade Pública

Decreto-Lei n.º 460/77
de 7 de Novembro

A instauração da democracia criou um ambiente propício ao desenvolvimento do associativismo, e recente legislação, a começar pela Constituição, não só garante o livre exercício do direito de associação como simplifica o processo da aquisição, pelas associações, da personalidade jurídica. Determinadas associações, umas com longa existência, outras mais recentes, prestam relevantes serviços à comunidade, suprimindo muitas vezes o papel do próprio Estado.

A preocupação de incentivar o associativismo, a necessidade de dotar as colectividades de alguns meios para valorização e expansão da sua actividade e a falta de legislação respeitante ao processo de reconhecimento da utilidade pública estão na origem deste diploma.

Com a sua entrada em vigor, o processo de reconhecimento da utilidade pública passa a ser uniforme e relativamente simples.

Por outro lado, os direitos e regalias possibilitados por este diploma, que se traduzem em isenções fiscais, redução de determinadas taxas e outros benefícios, algo poderão contribuir para a valorização das colectividades que a eles façam jus.

As pessoas colectivas de utilidade pública, que se não confundem com as mais próximas categorias de pessoas colectivas, nomeadamente as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, as pessoas colectivas de direito privado e utilidade pública e as empresas de interesse colectivo, caracterizam-se fundamentalmente pelo facto de resultarem de uma distinção especial, conferida, caso a caso, pela Administração, a pedido da própria associação interessada.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Noção de pessoa colectiva de utilidade pública)

1 - São pessoas colectivas de utilidade pública as associações ou fundações que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a administração local, em termos de merecerem da parte desta administração a declaração de «utilidade pública».

2 - As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa são, para os efeitos do presente diploma, consideradas como pessoas colectivas de utilidade pública.

Artigo 2.º

(Condições gerais da declaração de utilidade pública)

1 - As associações ou fundações só podem ser declaradas de utilidade pública se, cumulativamente, se verificarem os seguintes requisitos:

a) Não limitarem o seu quadro de associados ou de beneficiários a estrangeiros, ou através de qualquer critério contrário ao do n.º 2 do artigo 13.º da Constituição;

b) Terem consciência da sua utilidade pública, fomentarem-na e desenvolverem-na, cooperando com a Administração na realização dos seus fins.

2 - As associações que funcionem primariamente em benefício dos associados podem ser declaradas de utilidade pública se pela sua própria existência fomentarem relevantemente actividades de interesse geral e reunirem os requisitos previstos no número anterior.

Artigo 3.º

(Competência para a declaração de utilidade pública)

1 - A declaração de utilidade pública é da competência do Governo.

Artigo 4.º

(Movimento da declaração de utilidade pública)

1 - As associações ou fundações que prossigam algum dos fins previstos no artigo 416.º do Código Administrativo podem ser declaradas de utilidade pública logo em seguida à sua constituição.

2 - As restantes associações ou fundações só podem ser declaradas de utilidade pública ao fim de cinco anos de efectivo e relevante funcionamento, salvo se especialmente dispensadas desse prazo em razão de circunstâncias excepcionais.

Artigo 5.º

(Processo de declaração de utilidade pública)

1 - As pessoas colectivas que pretendam a declaração de utilidade pública requererão, em impresso próprio, essa declaração à entidade competente, oferecendo logo todas as provas necessárias ao ajuizamento da sua pretensão.

2 - O requerimento deve ser instruído também com um parecer fundamentado da câmara municipal da sua sede.

3 - A entidade competente pode solicitar pareceres adjuvantes a quaisquer entidades públicas ou privadas.

4 - O requerimento é dirigido ao Primeiro-Ministro.

Artigo 6.º

(Concessão de declaração de utilidade pública)

- 1 - A concessão de utilidade pública pode ser dada com o aditamento das condições e recomendações que a entidade competente entenda por convenientes.
- 2 - A declaração de utilidade pública é publicada no Diário da República.
- 3 - Será entregue à pessoa colectiva o correspondente diploma, de modelo a aprovar por despacho do Primeiro-Ministro.

Artigo 7.º

(Indeferimento do pedido de declaração de utilidade pública)

- 1 - Em caso de indeferimento do pedido de declaração de utilidade pública, cabe recurso, nos termos gerais.
- 2 - O pedido pode ser renovado logo que se mostrem satisfeitas as condições cuja falta tiver obstado ao deferimento, mas nunca antes de seis meses antes do indeferimento.

Artigo 8.º

(Registo das pessoas colectivas de utilidade pública)

Será criado na Direcção-Geral dos Registos e do Notariado o registo das pessoas colectivas de utilidade pública.

Artigo 9.º

(Isenções fiscais)

As pessoas colectivas de utilidade pública gozam das isenções fiscais que forem previstas na lei.

Artigo 10.º

(Regalias)

As pessoas colectivas de utilidade pública beneficiam ainda das seguintes regalias:

- a) Isenção de taxas de televisão e de rádio;
- b) Sujeição à tarifa aplicável aos consumos domésticos de energia eléctrica;
- c) Escalão especial no consumo de água, nos termos que vierem a ser definidos por portaria do Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico;
- d) Tarifa de grupo ou semelhante, quando exista, no modo de transporte público estatizado;
- e) Isenção das taxas previstas na legislação sobre espectáculos e divertimentos públicos;
- f) Publicação gratuita no Diário da República das alterações dos estatutos.

Artigo 11.º

(Expropriações que visem o prosseguimento dos fins estatutários)

- 1 - Poderão ser consideradas de utilidade pública urgente as expropriações necessárias para que as pessoas colectivas de utilidade pública prossigam os seus fins estatutários.
- 2 - A declaração de utilidade pública destas expropriações resulta da aprovação pelo Ministro competente, ou entidade delegada, dos respectivos projectos, estudos prévios, planos ou anteprojectos, ou mesmo esquemas preliminares, de obras a realizar.
- 3 - Compete à Administração, mediante parecer fundamentado da câmara municipal e dos órgãos da hierarquia da pessoa colectiva interessada, proceder, nos termos do Decreto-Lei n.º 845/76, de 11 de Dezembro, às expropriações destinadas aos fins a que se refere este artigo.

Artigo 12.º

(Deveres)

São deveres das pessoas colectivas de utilidade pública, entre outros que constem dos respectivos estatutos ou da lei:

- a) Enviar anualmente à Presidência do Conselho de Ministros o relatório e as contas dos exercícios findos;
- b) Prestar as informações solicitadas por quaisquer entidades oficiais ou pelos organismos que nelas hierarquicamente superintendam;
- c) Colaborar com o Estado e autarquias locais na prestação de serviços ao seu alcance e na cedência das suas instalações para a realização de actividades afins.

Artigo 13.º

(Cessação dos efeitos da declaração de utilidade pública)

- 1 - A declaração de utilidade pública e as inerentes regalias cessam:
 - a) Com a extinção da pessoa colectiva;
 - b) Por decisão da entidade competente para a declaração, se tiver deixado de se verificar algum dos pressupostos desta.
- 2 - Da decisão referida na alínea b) do número anterior cabe recurso, nos termos gerais.
- 3 - As pessoas colectivas que tiverem sido objecto da decisão prevista na alínea b) do n.º 1 poderão recuperar a sua categoria de «utilidade pública» desde que voltem a preencher os requisitos exigidos para a sua concessão, mas não antes de decorrido um ano sobre a decisão referida.

Artigo 14.º

(Pessoas já reconhecidas de utilidade pública)

- 1 - As pessoas a que, à data da publicação do presente diploma, tenha sido reconhecida utilidade pública mantêm esta qualificação, sujeitas, porém, ao disposto no presente diploma.
- 2 - O número anterior aplica-se às pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

3 - As pessoas colectivas referidas no n.º 1 devem requerer a sua inscrição no registo a que se refere o artigo 8.º

Artigo 15.º

(Requerimento em impresso tipo)

1 - O modelo de impresso previsto no n.º 1 do artigo 5.º será definido por despacho do Primeiro-Ministro.

2 - Os impressos do modelo referido no n.º 1 constituirão exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Artigo 16.º

(Dúvidas de interpretação e aplicação)

As dúvidas que se suscitem na interpretação e aplicação deste diploma serão resolvidas por despacho do Primeiro-Ministro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. - Mário Soares - Henrique Teixeira Queirós de Barros - Joaquim Jorge de Pinho Campinos.

Promulgado em 24 de Outubro de 1977.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.



Anexo 9 – Corpos sociais constituintes da associação

2013/2014

Direcção

Presidente – 14 - Acácio Augusto Borges da Silva
Secretário – 153 – Ana Filipa Vieira Nadais
Tesoureiro – 181 - João José Duarte Balreira
1º Vogal – 202 - André Filipe Marques Gomes
2º Vogal – 127 - André Duarte Arede de Almeida Lagarto
Suplentes:
220 – Mário António Brito Abreu
162 - Rosa Isabel Alves dos Santos Cardoso
182 - Carlos André Duque Brandão
96 - Ana Teresa Maia de Almeida

Assembleia Geral

Presidente - 3 - Rogério Carlos Seabra David Fernandes
1º Secretário – 97 - Luís Manuel Maia de Almeida
2º Secretário – 126 - Fausto Miguel Pascoal Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente – 51 - João Luís Tavares Alves Canas
Secretário – 11 - António Pedro Soares de Lemos
1º Relator – 59 - José Rafael Soares de Lemos

2011/2012

Direcção

Presidente – 091 – Maria Odete Ferreira Pando Ferreira
Secretário – 162 – Rosa Isabel Alves dos Santos Cardoso
Tesoureiro – 181 – João José Duarte Balreira
1º Vogal – 202 – André Filipe Marques Gomes
2º Vogal – 092 – Ana Sofia Estima Balreira
3º Vogal – 014 – Acácio Augusto Borges da Silva
Suplentes
127 – André Duarte Arede de Almeida Lagarto
096 – Ana Teresa Maia de Almeida
182 – Carlos André Duque Brandão

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
1º Secretário – 097 – Luís Manuel Maia de Almeida
2º Secretário – 126 – Fausto Miguel Pascoal Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente – 051 – João Luís Tavares Alves Canas
Secretário – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Relator – 059 – José Rafael Soares de Lemos

2009/2010

Direcção

Presidente – 091 – Maria Odete Ferreira Pando Ferreira
Secretário – 162 – Rosa Isabel Alves dos Santos Cardoso
Tesoureiro – 140 – Hugo Fernandes Martins
1º Vogal – 127 – André Duarte Arede de Almeida Lagarto
2º Vogal – 092 – Ana Sofia Estima Balreira
3º Vogal – 014 – Acácio Augusto Borges da Silva
Suplentes
181 – João José Duarte Balreira
096 – Ana Teresa Maia de Almeida
182 – Carlos André Duque Brandão

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
1º Secretário – 097 – Luís Manuel Maia de Almeida
2º Secretário – 126 – Fausto Miguel Pascoal Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente – 051 – João Luís Tavares Alves Canas

Secretário – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Relator – 059 – José Rafael Soares de Lemos

2007/2008

Direcção

Presidente – 091 – Maria Odete Ferreira Pando Ferreira
Secretário – 117 – Ana Marisa Rodrigues Ferreira
Tesoureiro – 140 – Hugo Fernandes Martins
1º Vogal – 127 – André Duarte Arede de Almeida Lagarto
2º Vogal – 162 – Rosa Isabel Alves dos Santos Cardoso

Suplentes

126 – Fausto Miguel Pascoal Ferreira
096 – Ana Teresa Maia de Almeida
028 – Ricardo Afonso dos Anjos Coutinho de Macedo
163 – Gil Manuel de Figueiredo Abrantes

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
1º Secretário – 097 – Luís Manuel Maia de Almeida
2º Secretário – 014 – Acácio Augusto Borges da Silva

Conselho Fiscal

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Secretário – 059 – José Rafael Soares de Lemos
Relator – 098 – Francisco Maia de Almeida

2005/2006

Direcção

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Secretário – 059 – José Rafael Soares de Lemos
Tesoureiro – 096 – Ana Teresa Maia de Almeida
1º Vogal – 098 – Francisco Maia de Almeida
2º Vogal – 116 – Jorge Daniel Figueiredo Andrade Pinto

Suplentes

141 – Marlene Ferreira Ribeiro
126 – Fausto Miguel Pascoal Ferreira

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
1º Secretário – 097 – Luís Manuel Maia de Almeida
2º Secretário – 127 – André Duarte de Almeida Lagarto

Conselho Fiscal

Presidente – 118 – António Gomes de Almeida
Secretário – 084 – Anabela da Cruz Júlio Lemos
1º Relator – 014 – Acácio Augusto Borges da Silva

2003/2004

Direcção (até Janeiro 2004)

Presidente – 001 – Artur José Seabra David Fernandes
Secretário – 006 – Paulo Alexandre Guerra Azevedo Seara
Tesoureiro – 008 – Fernando António Duarte Alves
1º Vogal – 106 – Jorge Rafael de Castro Duarte
2º Vogal – 096 – Ana Teresa maia de Almeida

Suplentes

032 – Mara Abrantes Castanheira
126 – Fausto Miguel Pascoal Ferreira

Comissão Executiva (a partir de Janeiro 2004)

011 – António Pedro Soares de Lemos
059 – José Rafael Soares de Lemos
118 – António Gomes de Almeida
096 – Ana Teresa Maia Almeida
084 – Anabela da Cruz Júlio de Lemos
117 – Ana Marisa Rodrigues Ferreira

072 – Aníbal Jorge Alves de Almeida
069 – Luís Alberto Ferreira da Silva
004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
006 – Paulo Alexandre Soares Baptista
050 – Paulo Jorge Pinto Marques Brites

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 059 – José Rafael Soares de Lemos
1º Secretário – 118 – António Gomes de Almeida
2º Secretário – 017 – Luís Herculano Henriques de Pinho
Suplentes
051 – João Luís Tavares Alves Canas
084 – Anabela da Cruz Júlio de Lemos

Conselho Fiscal

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Secretário – 019 – Paulo Alexandre Soares Baptista
Relator – 087 – José Júlio Amador Tendeiro
Suplente – 061 – António Manuel Gama Duarte

2001/2002

Direcção

Presidente – 004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
Secretário – 032 – Mara Abrantes Castanheira
Tesoureiro – 050 – Paulo Jorge Pinto Marques Brites
1º Vogal – 072 – Aníbal Jorge Alves de Almeida
2º Vogal – 063 – Ricardo da Rocha Lameiro
Suplentes

049 – Bruno Miguel Saraiva Pinho
096 – Ana Teresa Maia Almeida
067 – Ana Raquel Ferreira Ribeiro
106 – Jorge Rafael de Castro Duarte
070 – Francisco da Rocha Lameiro
075 – Rúben Frederico Saraiva da Silva

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 008 – Fernando António Duarte Alves
1º Secretário – 006 – Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara
2º Secretário – 059 – José Rafael Soares de Lemos

Conselho Fiscal

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Secretário – 001 – Artur José Seabra David Fernandes
Relator – 084 – Anabela da Cruz Júlio

1999/2000

Direcção (até Abril de 2000)

Presidente – 003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
Secretário – 035 – Rui Manuel Fernandes Cardoso
Tesoureiro – 050 – Paulo Jorge Pinto Marques Brites
1º Vogal – 004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
2º Vogal – 039 – Maria Helena Martins Pereira
1º Suplente – 001 – Artur José Seabra David Fernandes
2º Suplente – 063 – Ricardo da Rocha Lameiro

Direcção (a partir de Abril de 2000)

Presidente – 004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
Secretário – 084 – Anabela da Cruz Júlio
Tesoureiro – 050 – Paulo Jorge Pinto Marques Brites
1º Vogal – 063 – Ricardo da Rocha Lameiro
2º Vogal – 075 – Ruben Frederico Saraiva
Suplentes:

049 – Bruno Miguel Saraiva de Pinho
070 – Francisco da Rocha Lameiro
077 – Ana Raquel Guerra Bárrio Vieira
085 – Hélder Guilherme de Jesus Caeiro de Abreu

032 – Mara Abrantes Castanheira
067 – Ana Raquel Ferreira Ribeiro

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 008 – Fernando António Duarte Alves
1º Secretário – 006 – Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara
2º Secretário – 059 – José Rafael Soares de Lemos

Conselho Fiscal

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Secretário – 007 – Joaquim Soares Pinto Santiago
Relator – 005 – António Daniel Ferreira Pereira

1997/1998

Direcção

Presidente – 004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
Secretário – 056 – Carlos Manuel Pires Marques
Tesoureiro – 001 – Artur José Seabra David Fernandes
1º Vogal – 002 – Vítor Óscar Seabra David Fernandes
2º Vogal – 057 – Paulo Belchior dos Santos Dias
Suplente – 026 – Mário Alexandre Ramalho Martins Augusto

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 008 – Fernando António Duarte Alves
1º Secretário – 005 – António Daniel Ferreira Pereira
2º Secretário – 006 – Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara

Conselho Fiscal

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Relator – 007 – Joaquim Soares Pinto Santiago

1996 / 1997

Direcção

Presidente – 003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
Secretário – 004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
Tesoureiro – 007 – Joaquim Soares Pinto Santiago
Vogal - 001 – Artur José Seabra David Fernandes
Vogal - 002 – Vítor Óscar Seabra David Fernandes
Vogal - 006 – Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara
Vogal - 005 – António Daniel Ferreira Pereira
Suplentes

014 – Acácio Augusto Borges da Silva
015 – Anabela Toste Gama Duarte

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – 008 – Fernando António Duarte Alves
1º Secretário – 009 – Filipe Santiago Cal
2º Secretário – 010 – Eliana Rosa Leite de Castro Madeira

Conselho Fiscal

Presidente – 011 – António Pedro Soares de Lemos
Secretário – 012 – Dora Maria Canário
Relator – 013 – Maria Isabel Madeira Lima

1995

Comissão Instaladora

001 – Artur José Seabra David Fernandes
003 – Rogério Carlos Seabra David Fernandes
002 – Vítor Óscar Seabra David Fernandes
004 – Luís Miguel Seabra David Fernandes
006 – Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara
007 – Joaquim Soares Pinto Santiago
005 – António Daniel Ferreira Pereira



Anexo 10 – Protocolo com a Câmara Municipal de Águeda

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROTOCOLO

d'Orfeu Associação Cultural / Câmara Municipal de Águeda
Ano 2007

O primeiro ano de vigência do Protocolo entre a d'Orfeu Associação Cultural e o Município de Águeda, que por sua vez sustenta um Acordo Tripartido com o Ministério da Cultura / Direcção-Geral das Artes, viu-se retratado no calendário cultural que a d'Orfeu desenvolveu em 2007, rentabilizando o apoio estatal em franca cooperação de esforços com a autarquia, demonstrando, como não seria difícil prever, as virtudes de passar a ser ininterrupto o débito de proposta cultural nos vários domínios em que a Associação actua – formação, criação e programação - reforçando, como nunca, a sua implantação no terreno, ainda que garantindo esta renovada missão a custo de desdobramentos sobre-humanos e com uma necessária capacidade criativa também na vertente de gestão.

Aos olhos do Ministério da Cultura, está claro que a autarquia cumpriu essencial papel para a implantação deste actual modelo de Apoio às Artes, que resulta de novo e providencial (no caso de Águeda) quadro legislativo, no âmbito do qual o Protocolo d'Orfeu/CMA está entre os únicos 5 projectos apoiados em todo o país.

Aos olhos do Município, arriscamos dizer que o resultado visível deste Protocolo lhe garante, por si só, uma importante fatia da sua própria política cultural, sem a condicionar mas antes complementando-a de forma decisiva, tendo em conta um desígnio plasmado no Acordo Tripartido: o reforço de uma oferta cultural de referência no, com e para o Município, paralelamente à sua projecção exterior no roteiro cultural do país. Assim já o provou o ano findo dando à aposta os resultados práticos que legitimam a parceria estratégica que a autarquia assumiu, e que apenas a si lhe poderia caber, apesar dos constrangimentos locais.

Aos olhos da d'Orfeu, o Protocolo veio relocalizar a sua acção em Águeda, sucedendo a um cenário de itinerância nacional que ameaçava, nos últimos anos, ser já mais forte que a própria actividade local. Enquanto a comunidade dá mostras de agradecer esta fixação, suportamos a missão a braços com uma multi-estrutura de formação, criação e programação e a impressionante regularidade das actividades, marcadas por formatos consistentes à escala local/regional. Dificilmente, contudo, alguém menos conhecedor de causa, poderá associar esta acção à escassez de meios físicos, técnicos, logísticos e até humanos com que, no terreno, se depara a d'Orfeu no seu desempenho, à espera de ver satisfeito um suporte estrutural ao nível do que produz, para que se continuem a garantir, não só no presente mas doravante, a qualidade e a eficácia de uma oferta cultural com sustentabilidade em todas as frentes.

Actividade cultural

O ano 2007 abriu com o Seminário "As pessoas da Cultura e a cultura das Pessoas", uma colecção nacional de boas práticas culturais sentadas na mesma sala, momento que se mostrou importante para a implantação do presente Protocolo d'Orfeu/CMA no terreno, naquele mês de Janeiro de 2007, sobre o qual nos arvoramos transcrever *ipsis verbis* um post completo de um blogue local, extraído com a devida autorização do seu autor.

In BlogueJudeu, por Rui Neves, a 31 Jan 07, sob o título "d'Orfeu – Os Culpados do Costume":
<http://bloguejudeu.blogspot.com/2007/01/d-orfeu-os-culpados-do-costume.html>

O que faz reunir em Águeda numa fria tarde de domingo em Janeiro cidadãos como Américo Rodrigues (programador e Director-geral do Teatro Municipal da Guarda) Ana Pires (ex-Delegada Regional da Cultura do Centro) António Pedro Pita (Delegado Regional da Cultura do Centro) Carlos Seixas (programador do Festival de Músicas do Mundo – Sines) Fernando Mendonça (Adjunto do Governo Civil de Aveiro; ex-Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Estarreja) José António Jesus (Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Tondela) José Rui Martins (actor e encenador; director da ACERT – Tondela) José Pina (Director de Animação Cultural da Feira Viva/Imaginarium - Sta. Maria da Feira) Maria da Luz Nolasco (Directora-geral do Teatro Aveirense) Paula Abreu (socióloga do Centro de Estudos Sociais, Coimbra) Pedro Fernandes (programador do Cine-Teatro de Estarreja) Vasco Sacramento (programador dos festivais "Sons em Trânsito" - Aveiro e "Med" - Loulé) ou Mário Moutinho (Director do Festival de Teatro do Porto - FITEI) ?

Pois é. A d'Orfeu para além da produção de espectáculos, também pensa e reflecte sobre a natureza das políticas culturais que criam e mantêm a cultura artística como um factor de qualidade de vida. E não o faz em circuito fechado e à porta fechada. Faz disso um espaço público de participação, aberta a todos e principalmente a outras associações e colectividades de Águeda. Pensar hoje num tempo de vacas mirradas (só para umas coisas!!!) as questões culturais, à luz de exemplos de outros lugares, faz-nos reflectir acerca do caminho que em Águeda ainda temos que percorrer, para garantir níveis mínimos de sustentabilidade a uma agenda cultural, que não se fique pela aleatória contratação por catálogo, qual jogador de futebol vendido por empresário. Águeda teve oportunidade de ouvir pelos responsáveis institucionais, os percursos realizados diferentes em cada vila, cidade ou região. Desde a oferta cultural produzida por privados, a lógica de parcerias públicas e privadas, a criação de empresas municipais nesta área, a organização de serviços públicos da cultura, até à contratualização de uma associação como motor cultural da comunidade. Podemos dizer que a riqueza deste fluir de práticas culturais viveu muito da sua diversidade e da informalidade com que cada um transmitiu a sua experiência pessoal. Que deve servir não para copiar, antes para reflectir acerca dos modelos mais ajustados em relação às características de cada comunidade. Também aqui as coisas não se devem fechar em torno do financiamento ou do valor do subsídio, mas antes de TODOS, administração central, local, associações, grupos e colectividades se preocuparem em como podem fazer das actividades culturais uma mais valia para a qualidade de vida e a atractibilidade no concelho de Águeda. Como garantir uma política coerente e articulada? Como garantir uma agenda cultural que não se esgota na oferta de espectáculos e se amplia no envolver do cidadão como actor cultural? Como garantir uma política cultural que democraticamente e sem elitismos envolva vários públicos? Como garantir que a agenda cultural em Águeda tem "tiques" de diferenciação relativamente à oferta regional? Como garantir práticas culturais distribuídas pelo todo concelho? Como garantir práticas culturais que envolvendo as pessoas se tornam ritos da comunidade pelo hábito e significado? Como garantir SUSTENTABILIDADE às práticas culturais que nos permitam pensar que serão um património comunitário transmissível entre gerações?

Este seminário da d'Orfeu (mais uma vez) ajudou a reflectir de como a complexidade da definição de políticas culturais, exige clareza, visão estratégica de desenvolvimento e opções assumidas. Águeda tem o privilégio de contar com a d'Orfeu, mas a d'Orfeu tem de sentir que conta SEMPRE com Águeda...

Lançado desta forma o ano 2007 e decorridos 12 meses, salta à vista o facto de finalmente, em vários anos, se ter conseguido fazer conviver a globalidade do calendário d'Orfeu, concretizando o pleno da programação, garantida que foi a retoma do Festival Temático Músicas Mundo sem que isso implicasse a descontinuidade do Festival "O Gesto Orelhudo" - como já

acontecera em anos não muito distantes – ou de qualquer outra actividade de programação, no caso, o Tetra – 4º Ciclo Experimental (em Março), o Solstício de Orfeu (em Junho) e o OuTonalidades (durante todo o Outono, com Águeda como epicentro de um circuito nacional). Não bastando isso, o ano 2007 marca a primeira aventura ao nível das produções de grande escala com Rio Povo, uma gigantesca manifestação artística de envolvimento inter-associativo na qual nos coube garantir o suporte organizativo, técnico e logístico que a viabilizou e que resultou numa mais-valia adicional ao presente Acordo Tripartido, no caso em relação directa com o associativismo local, verdadeiro obreiro da iniciativa.

Eventos / Programação d'Orfeu 2007

		nº artistas	nº espectáculos	espectadores
Seminário "As pessoas da Cultura e a cultura das Pessoas"	29 Janeiro	12	1	150
Tetra - 4º Ciclo Experimental	2, 9, 16, 23 Março	50	4	400
Solstício de Orfeu	21 a 25 Junho	120	16	200
Rio Povo	13 e 14 Julho	300	2	3000
Festival Temático Músicas Mundo	16 a 18 Julho	18	3	450
7º Festival "O Gesto Orelhudo"	29Set a 6Out	63	20	7500
11º OuTonalidades	4Out a 22 Dez	93	32	3500
TOTAIS		656	78	15200

Outra tarefa importante que surgiu com o Protocolo foi a programação de actividades vocacionadas para o público infantil e com números que, no seu apuramento, implicam o trabalho presente no médio-prazo da criação de públicos em Águeda: na quase dezena de Visitas Pedagógicas de turmas das Escolas Básicas à d'Orfeu (Janeiro), na temporada de 17 apresentações do "Monólogo a Duas Vozes" para turmas das Escolas Básicas (Maio/Junho), na Tardada Orelhuda Non-stop para público familiar com a participação entusiástica de cerca de 150 famílias com crianças (em Setembro), nas 3 extensões do Festival O Gesto Orelhudo aos agrupamentos de escolas de Fermentelos, Aguada de Cima e Valongo do Vouga e nos 2 espectáculos do mesmo festival programados para as escolas básicas da cidade (Outubro), atingindo um total global de 2500 crianças como beneficiárias directas de propostas d'Orfeu durante o ano 2007. E aqui não se inclui todo o público infantil que constitui, em maioria, as larguíssimas dezenas de alunos e participantes nas actividades de formação (cursos instrumentos tradicionais EMtrad', Aula Grátis Semanal, Bebés com Música, Enriquecimento Curricular e Campos de férias).

No domínio da formação, a EMtrad' - Escola de Música Tradicional reforçou largamente, em 2007, uma oferta formativa já de si ímpar no ensino de instrumentos e das músicas tradicionais. No que toca à formação contínua – Curso Tocata e Cursos Mensais - iniciou em Janeiro 2007 a concertada missão de apoio ao tecido artístico local com o Programa de Apoio à Formação para membros dos Grupos Folclóricos, procurando promover o aparecimento contínuo de novos instrumentistas para as tocatas bem como a qualificação dos actuais tocadores, plano com relativa adesão do movimento associativo local, pois que, após a sua divulgação e a realização de reuniões de esclarecimento com todos eles, apenas 7 dos 14 grupos folclóricos do concelho haviam, até Dezembro de 2007, recorrido ao programa sentindo-o como uma oportunidade.

evolução nº alunos EMtrad'	Curso Tocata			Curso Livre			TOTAL		
	todos	GF	%GF	todos	GF	%GF	todos	GF	%GF
em Dezembro 2006	8	0	0.0%	2	0	0.0%	10	0	0.0%
em Dezembro 2007	20	7	35.0%	3	2	66.7%	23	9	39.1%

Paralelamente, uma série de outras iniciativas arrancaram em 2007. A EMtrad' instaurou um SOS musical ao abrir a porta com a Aula Grátis Semanal, em que um formador atende todos os alunos de ocasião, sem rastreio ou sala de espera. Sempre às quartas-feiras, sem inscrições, de participação totalmente livre e gratuita. Esta medida foi responsável pelo acesso de muitas crianças e jovens às actividades de formação da EMtrad'.

Por outro lado, a EMtrad' foi ao berço para cativar o público do futuro, numa iniciativa dirigida às famílias com rebentos de colo, num formato que arrancou em Setembro 2007: Bebés com Música é título de um concerto didáctico familiar que se vem realizando no último domingo de cada mês, numa experiência vibrante para a primeira infância, com uma captação de público essencialmente regional.

O ensino da música tradicional na d'Orfeu continuou, através das suas propostas – as recorrentes e as novas -, a comprovar os méritos de uma acção pedagógica virada para a vivência prática da música e para os processos dinâmicos de reinvenção do património musical tradicional, num contexto nacional de total ausência desta matéria nos programas pedagógicos oficiais, o que a d'Orfeu pretende combater com o reforço da posição da EMtrad' - Escola de Música Tradicional.

A área de Formação da d'Orfeu estendeu ainda a sua intervenção para o domínio técnico ao promover o primeiro de uma sequência de Cursos Intensivos para formação/especialização de técnicos ligados às artes do espectáculo. Depois de um workshop pontual em Fevereiro 2007 - com um número surpreendente de participantes tendo em conta a especificidade desta formação - e alimentada a ideia que a d'Orfeu é uma estrutura, também já ao nível técnico, capaz de criar escola, teve lugar nos meses de Novembro e Dezembro um curso estruturado com a duração de 24 horas divididas por 4

semanas. O Curso de Som e Produção Audio inseriu-se na estratégia de crescente qualificação técnica da comunidade cultural com que a d'Orfeu interage, assumindo larga intervenção a nível local e regional.

Actividades de Formação d'Orfeu 2007

	nº formadores /monitores	datas	local	destinatários	nº total formandos
Curso Tocata e Livre EMtrad'	12	todo o ano (semanal)	Espaço d'Orfeu	estudantes música	40
Cursos Mensais	4	3h mensais	Espaço d'Orfeu e d'Artec	músicos	20
Aula Grátis Semanal	1	2h semanais	Espaço d'Orfeu	todos	30
Bebés com Música	2	30 Set, 28 Out, 25 Nov, 30 Dez	Casa da Alta Vila	bebés e famílias	40
Temporada MADV para as escolas (17 sessões)	2	15 Mai a 01 Jun	Espaço d'Orfeu	turmas escolas básicas	425
Visitas pedagógicas das escolas (8 visitas)	3	Janeiro	Espaço d'Orfeu	turmas escolas básicas	216
Enriquecimento Curricular	3	Jan/Jun Set/Dez	escolas EB1 Fern Cald / Vale Dom	turmas escolas básicas	180
Curso Som e Produção	1	Fev e Nov	d'Artec	técnicos de som	30
Arterapia	3	todo o ano	Espaço d'Orfeu	utentes Cerciag	6
Asas Pró Futuro	2	todo o ano	Cruz Vermelha e Espaço d'Orfeu	utentes projecto	20
TOTAL					1007

No domínio da criação, de entre os inúmeros espectáculos que têm povoado a agenda criativa da d'Orfeu nos últimos anos, o ano 2007 faz destacar "Toques do Caramulo" – concerto e edição CD -, que desenvolve um repertório vasto de recriações a partir do cancionero local, na ânsia de difundir o património musical esquecido da encosta serrana. Esta criação foi a mais pujante e visível fenómeno criativo d'Orfeu em 2007, com muitos concertos em Portugal e Espanha. Entre várias criações teatrais ou transdisciplinares, um espectáculo tem mantido actividade consistente: "Monólogo a Duas Vozes", um trabalho teatral à volta das palavras, que celebra o património oral de lengalengas, provérbios, jogos e trava-línguas, suportado num trabalho de pesquisa e experimentação que prosseguiu em 2007. Neste domínio, o número global de apresentações - na ordem das 80 - retrata a actual capacidade de circulação das criações d'Orfeu pelo país, figurando em cada vez mais importantes programações, nomeadamente de autarquias, de teatros e de festivais.

Itinerância Criações d'Orfeu 2007

		apresentações	espectadores
Toques do Caramulo	Santiago Compostela, Arousa, O Porriño, Melide, Lugo, Bueu, Vigo (Galiza), Salamanca, Sines, Lisboa, Porto, Famalicão, Loulé, Foz Côa, Paços Ferreira, Tondela, São Brás Alportel, Carvalhais, Pombal Ansiães, Guarda, Tavira, Idanha-a-Nova, Águeda, Macedo Cavaleiros, Chaves, Gaia, Torres Novas	32	17380
Monólogo a Duas Vozes	Aveiro (3), Águeda (20), Avelãs Caminho, Bragança, Lisboa (3), Carvalhais, Póvoa Varzim, Milheirós Poiares, Maia, Aveiro	39	3805
Muito Riso Muito Siso	Aveiro, Águeda, Cantanhede	3	650
Tio BiTle	Águeda, Branca	3	370
31 de Boca!	Águeda, Barrô	2	350
TOTAIS		79	22555

Assim, 2007 carimbou para o futuro uma programação em continuidade e reforço, à qual definitivamente podemos agora dar corpo, sem tréguas. Essa consolidação das propostas começou já a assentar na convivência regular junto do público. Tem seguramente, também, a virtude de instigar a mais e melhor iniciativa cultural por parte de outros agentes, sejam eles a própria autarquia, as associações - isoladamente ou em parceria, como tem sido pródigo - e demais agentes socioculturais. Vibramos com outros protagonismos, na medida em que a actividade da d'Orfeu sempre se interessou por criar oferta essencialmente em função do vazio. A nossa missão cumpre-se também em cada novo passo cultural da comunidade à sua volta.

Espaços, equipamentos e equipas de trabalho

A d'Orfeu não dispõe de qualquer espaço que lhe esteja afecto enquanto estrutura de programação, o que é caso raro, senão único em todo o país, ao nível das entidades apoiadas pelo Estado. Os dois auditórios da cidade, como é sabido, são privados e com gritantes limitações ao nível das condições técnicas para a realização de espectáculos, sendo que as poucas intervenções tendo em vista a correcção e melhoria das mesmas têm sido assumidas ou despoletadas pela d'Orfeu, enquanto agente local comprometido com o nível de proposta cultural na cidade. A 'engenharia' de programação tem alternado esses dois equipamentos de limitada disponibilidade ou por vezes inadequação, com a utilização de outros situados fora da sede de concelho ou, então e cada vez mais, espaços não-convencionais adaptados na cidade, sendo o caso mais frequente o quintal do próprio Espaço d'Orfeu (para eventos ao ar livre em estação quente ou, em alternativa, instalando tenda). A mais recente ousadia foi a reconversão da antiga piscina fluvial em palco do espectáculo Rio Povo, em pleno rio Águeda, baptizado como auditório natural pelas ideias dos criativos e pelas soluções dos técnicos.

Internamente, a d'Orfeu congrega uma série de valências que fazem o seu Espaço habitado pela larguíssima comunidade d'Orfeu: a Teca, a Lojinha, a estúdio d'Artec, o bard'O e outros espaços de criação e vivência cultural. A associação reparte a sua actividade corrente por três edifícios na cidade de Águeda, antes imóveis desabitados, a saber: Espaço d'Orfeu (arrendado) - edifício-sede, com as principais valências e actividades regulares; Casa d'Artec (imóvel cedido por Mecenias) - estúdio e espaços de criação; d'Ormitorium (imóvel cedido por Mecenias) - residência/alojamentos para artistas.

Em termos de recursos humanos, foi no ano 2007 que se concretizou a constituição integral da equipa permanente como idealizada nos últimos anos. Depois de uma profissionalização progressiva desde há 8 anos, faltava assumir-se, também a tempo inteiro, a coordenação da área de Formação tendo em conta a crescente função da EMtrad' – Escola de Música Tradicional, o que veio a ser realidade com a vigência do Protocolo, na expectativa de um benefício cujo usufruto seja captado o mais possível pela comunidade local, sem desmobilizar a procura exterior, que é referente. A estrutura humana permanente da Associação inclui agora 10 pessoas – entre responsáveis técnicos, de produção/programação, de difusão/comunicação de animação sociocultural, de apoio administrativo e de apoio à produção -, resultado de um risco calculado a cada momento desde 2000, mas criador de oportunidades de trabalho cultural e artístico num contexto local de absoluta ausência de prática profissional na cultura além da d'Orfeu Associação Cultural. Além deste contingente humano, a d'Orfeu movimenta um número de colaboradores regulares e pontuais, entre formadores, artistas, técnicos e pessoal de apoio, numa gestão de recursos assente na lógica de baixas gratificações ou, em grande parte, do voluntariado que decorre da sua função de estrutura associativa.

Parcerias

Mesmo com um percurso recheado de ligações e parcerias – o trabalho em rede é um dos mais valiosos activos desta associação – aquilo a que podemos chamar a suprema parceria aconteceu em 2007, com a autarquia local, tendo-se finalmente assumido o Município como o parceiro estratégico da actividade da d'Orfeu em Águeda, para Águeda e desde Águeda para o país cultural. Dessa brotaram outras, como seria suposto, na relação directa que forçosamente se estabeleceu (mas cuja convivência no terreno já vinha de trás) com todo o movimento associativo do concelho, tanto na área formativa como em co-produções locais ao nível da criação, com três casos concretos em 2007:

- 31 de Boca!, criação partilhada com o Conservatório de Música de Águeda, por convite de Semanas Culturais das freguesias de Águeda e de Barrô (em Maio);
- o acontecimento mais marcante da inter-relação com o associativismo do concelho: Rio Povo;
- e o concerto de abertura da Festa do Leitão, em Setembro 2007, com Toques do Caramulo partilhando palco com o Orfeão de Águeda e Os Serranos Associação Etnográfica.

Mas em 2007 não deixámos de manter e reforçar todo um conjunto de parcerias com outras autarquias, teatros, associações e outros promotores, a vários títulos:

- para a partilha e circulação de espectáculos internacionais com extensões dos principais festivais d'Orfeu (Músicas Mundo e O Gesto Orelhudo), viabilizando para Águeda vários dos nomes de referência que por cá passaram em 2007;
- para o roteiro do OuTonalidades que, na 11ª edição em 2007, chegou a 8 distritos (Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Lisboa, Castelo Branco e Évora);
- para a co-produção de eventos temáticos, como foi o Tocar de Ouvido, com a Pé de Xumbo, em Évora (Maio 2007);
- para co-produções técnicas, área em que a d'Orfeu é cada vez mais solicitada, não só no âmbito do Protocolo – em que assumiu a operação técnica (som e luz) de 18 iniciativas culturais da CMA durante o ano 2007* – mas de outras entidades e associações locais;
- para circulação das Criações d'Orfeu, neste caso extravazando o âmbito nacional das restantes parcerias.

Localmente, mantiveram-se e reforçaram-se as contínuas parcerias de formação e animação com escolas – em que se inclui o Enriquecimento Curricular – , colectividades e instituições sociais, numa fértil proximidade com públicos de várias condições e idades, todo ele representando o universo vasto de beneficiários da actividade d'Orfeu e, por via talvez já mais directa que indirecta, todos eles beneficiários do Protocolo em questão.

* Listagem das produções técnicas (18) em iniciativas da CMA em 2007

data	local	âmbito	evento
21 Março	Alta Vila	Dia da Árvore	Concerto Pássaros e Palradores
30 Março	Cine-Teatro São Pedro	jornadas Conservatório	Orquestra Ligeira Conservatório
1 Abril	Cine-Teatro São Pedro	jornadas Conservatório	4Portango
24 Abril	Cine-Teatro São Pedro	Comemorações 25 Abril	Victor Almeida e Silva
25 Abril	Praça do Município	Comemorações 25 Abril	Arte-Tunas-Música
5 Maio	Galeria Municipal	Inauguração Exposição	Artistas Africanos
6 Maio	Largo Antº Breda	Semana Cultural Freguesia	Folclore
10 Maio	Cine-Teatro São Pedro	Semana Cultural Freguesia	31 de Boca!
12 Maio	Cine-Teatro São Pedro	Semana Cultural Freguesia	Festunag
5 Junho	Parque Alta Vila	Dia do Ambiente	Concerto Pássaros e Palradores
27 Junho	Pavilhão GICA	Festa Escolas EB	
21 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Skypho
23 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Agustín Portalo
24 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Olivetree
25 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Polk
26 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Só Vicente
27 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Plasticina
28 Julho	Largo 1º Maio	AgitÁgueda	concerto Prós & Contrás



Anexo 11 – Estatuto de Mecenato

Ministério das Finanças
Decreto Lei n.º 74/99
de 16 de Março
(Revogado pelo [art.º 87.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12](#))

Pelo [artigo 43.º, n.º 11](#), da Lei do Orçamento do Estado para 1998 ([Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro](#)) foi o Governo autorizado, no quadro da definição do Estatuto do Mecenato, a proceder à reformulação integrada dos vários tipos de donativos efectuados ao abrigo dos mecenatos, nomeadamente os de natureza social, cultural, ambiental, científica e desportiva, no sentido da sua tendencial harmonização.

Nos termos da mesma disposição, a definição do Estatuto do Mecenato deve realizar-se com vista à definição dos objectivos, da coerência, da graduação e das condições de atribuição e controlo dos donativos, bem como à criação de um regime claro e incentivador, com unidade e adequada ponderação da sua relevância, e à definição da modalidade do incentivo fiscal, em sede de IRS e de IRC, que melhor sirva os objectivos de eficiência e equidade fiscal.

Foi nesse enquadramento que se procedeu à elaboração do Estatuto do Mecenato.

Mantém-se, no essencial, o actual regime dos donativos ao Estado e às outras entidades referidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e autonomiza-se o regime do mecenato desportivo, do mecenato científico e do mecenato educacional, sendo certo que algumas das situações neles agora incluídas se encontravam já previstas no âmbito do mecenato social e cultural.

Na hierarquização relativa aos benefícios opta-se por atribuir preponderância ao mecenato social e, finalmente, no âmbito do IRS, admitem-se como beneficiários dos donativos as mesmas entidades consideradas em sede de IRC.

O presente diploma insere-se no âmbito da revisão geral dos actuais benefícios e incentivos fiscais constante do [ponto 12.º](#) e na previsão da [alínea r\) do n.º 2 do ponto 14.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/97, de 14 de Julho](#).

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo [n.º 11 do artigo 43.º da Lei n.º 127-B/97, de 20 de Dezembro](#), e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º
Aprovação do Estatuto do Mecenato

- 1 - É aprovado o Estatuto do Mecenato, anexo a este decreto-lei e dele fazendo parte integrante.
- 2 - Para os efeitos do disposto no presente diploma, apenas têm relevância fiscal os donativos em dinheiro ou em espécie concedidos sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial às entidades públicas ou privadas nele previstas, cuja actividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional.
(Ver nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).
- 3 - Os benefícios fiscais previstos no presente diploma, com excepção dos referidos no artigo 1.º do Estatuto, dependem de reconhecimento, a efectuar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela.
(Ver nova redacção dada pelo [artigo 1.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro](#)).
- 4 - A excepção efectuada no número anterior não prejudica o reconhecimento do benefício, nas situações previstas no n.º 2 do artigo 2.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Estatuto.
(Aditado pelo artigo 1.º da Lei 160/99 de 14 de Setembro).

Artigo 2.º
Norma revogatória

1 - São revogados o [artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro](#), e os [artigos 39.º, 39.º-A e 40.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro](#).

2 - As remissões efectuadas no [n.º 5 do artigo 4.º da Lei n.º 56/98, de 18 de Agosto](#), para o [artigo 56.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares](#) e para o [artigo 40.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas](#) passam a ser efectuadas, respectivamente, para os artigos 5.º e 3.º do Estatuto do Mecenato. (Aditado pelo artigo 1.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro).

Artigo 3.º
Entrada em vigor

O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1999, ficando salvaguardados os efeitos plurianuais de reconhecimentos anteriormente realizados.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 30 de Dezembro de 1998. - António Manuel de Oliveira Guterres - António Luciano Pacheco de Sousa Franco - Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho - Eduardo Carrega Marçal Grilo - Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues - Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira - Manuel Maria Ferreira Carrilho - José Mariano Rebelo Pires Gago - José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Promulgado em 18 de Fevereiro de 1999.

Publique-se. O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 4 de Março de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

Aplicações:

- [Circular n.º 13/2003, da DGCI, de 27 de Setembro](#): Aquisição do direito aos benefícios fiscais no âmbito do Estatuto do Mecenato.

- [Ofício-Circulado n.º 20093/2004, da DSIRC, de 8 de Abril](#): Estatuto do Mecenato - Donativos à Cruz Vermelha Portuguesa para apoio às vítimas dos incêndios ocorridos em Portugal.

ESTATUTO DO MECENATO

CAPÍTULO I

Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

Artigo 1.º

Donativos ao Estado e a outras entidades

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, na sua totalidade, os donativos concedidos às seguintes entidades:

- a) Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados;
 - b) Associações de municípios e de freguesias;
 - c) Fundações em que o Estado, as Regiões Autónomas ou as autarquias locais participem no património inicial.
 - d) Fundações de iniciativa exclusivamente privada que prossigam fins de natureza predominantemente social ou cultural, relativamente à sua dotação inicial.
- (Aditada pelo artigo 2.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro)

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do presente diploma, estão sujeitos a reconhecimento, a efectuar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela, os donativos concedidos a fundações em que a participação do Estado, das Regiões

Autónomas ou das autarquias locais seja inferior a 50% do seu património inicial.

(Ver nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro](#)).

3 - Os donativos referidos nos números anteriores são considerados custos em valor correspondente a 140% do respectivo total quando se destinarem exclusivamente à prossecução de fins de carácter social, a 120% se destinados exclusivamente a fins de carácter cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional ou a 130% quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos que fixem os objectivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos.

(Ver nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

4 - São considerados custos ou perdas do exercício as importâncias suportadas com a aquisição de obras de arte que venham a ser doadas ao Estado Português, nos termos e condições a definir por decreto-lei.

Artigo 2.º Mecenato social

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8% do volume de vendas ou dos serviços prestados, os donativos atribuídos às seguintes entidades:

(Ver nova redacção dada pelo [artigo 57.º da Lei n.º 3-B/2000 de 4 de Abril](#)).

- a) Instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas legalmente equiparadas;
- b) Pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública que prossigam fins de caridade, assistência, beneficência e solidariedade social e cooperativas de solidariedade social;
- c) Centros de cultura e desporto organizados nos termos dos estatutos do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), desde que destinados ao desenvolvimento de actividades de natureza social do âmbito daquelas entidades.
- d) Organizações não governamentais ou outras entidades promotoras de iniciativas de auxílio a populações carecidas de ajuda humanitária em consequência de catástrofes naturais ou de outras situações de calamidade, reconhecidas pelo Estado Português, mediante despacho conjunto dos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros.

(Aditada pelo artigo 57.º da Lei n.º 3-B/2000 de 4 de Abril).

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de actividades ou programas que sejam considerados de superior interesse social.

(Ver [Circular n.º 12/2002, de 19 de Abril](#)).

3 - Os donativos referidos nos números anteriores são levados a custos em valor correspondente a 130% do respectivo total ou a 140% no caso de se destinarem a custear as seguintes medidas:

- a) Apoio à infância ou à terceira idade;
- b) Apoio e tratamento de toxicodependentes ou de doentes com sida, com cancro ou diabéticos;
- c) Promoção de iniciativas dirigidas à criação de oportunidades de trabalho e de reinserção social de pessoas, famílias ou grupos em situações de exclusão ou risco de exclusão social, designadamente no âmbito do rendimento mínimo garantido, de programas de luta contra a pobreza ou de programas e medidas adoptadas no contexto do mercado social de emprego.

Artigo 2.º-B Mecenato familiar

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou de serviços prestados, em valor correspondente a 150% para efeitos do IRC e da

categoria B do IRS, os donativos concedidos às entidades referidas nos artigos 1.º e 2.º que se destinem a custear as seguintes medidas:

- a) Apoio pré-natal a adolescentes e a mulheres em situação de risco e à promoção de iniciativas com esse fim;
- b) Apoio a meios de informação, de aconselhamento, encaminhamento e de ajuda a mulheres grávidas em situação social, psicológica ou economicamente difícil;
- c) Apoio, acolhimento, ajuda humana e social a mães solteiras;
- d) Apoio, acolhimento, ajuda social e encaminhamento de crianças nascidas em situações de risco ou vítimas de abandono;
- e) Ajuda à instalação de centros de apoio à vida para adolescentes e mulheres grávidas cuja situação sócio-económica ou familiar as impeça de assegurar as condições de nascimento e educação da criança;
- f) Apoio à criação de infra-estruturas e serviços destinados a facilitar a conciliação da maternidade com a actividade profissional dos pais.

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de actividades ou programas que sejam considerados de superior interesse social.

(**Aditado** pelo n.º 10 do artigo 64.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro).

Artigo 3.º

Mecenato cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 5/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, os donativos atribuídos às seguintes entidades:

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro](#)).

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

- a) Cooperativas culturais, institutos, fundações e associações que prossigam actividades de investigação, de cultura e de defesa do património histórico-cultural e outras entidades que desenvolvam acções no âmbito do teatro, do bailado, da música, da organização de festivais e outras manifestações artísticas e da produção cinematográfica, audiovisual e literária;

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

- b) Museus, bibliotecas e arquivos históricos e documentais;

- c) Organizações não governamentais de ambiente (ONGA);

- d) Instituições que se dediquem à actividade científica ou tecnológica;

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

- e) Mediatecas, centros de divulgação, escolas e órgãos de comunicação social que se dediquem à promoção da cultura científica e tecnológica;

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

- f) Comité Olímpico de Portugal, as pessoas colectivas titulares do estatuto de utilidade pública desportiva, as associações promotoras do desporto e as associações dotadas do estatuto de utilidade pública que tenham como objecto o fomento e a prática de actividades desportivas, com excepção das secções participantes em competições desportivas de natureza profissional;

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro](#)).

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

- g) Centros de cultura e desporto organizados nos termos dos Estatutos do Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), com excepção dos donativos abrangidos pela alínea c) do n.º 1 do artigo anterior;

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

- h) Estabelecimentos de ensino onde se ministrem cursos legalmente reconhecidos pelo Ministério da Educação;

(**Ver** nova redacção dada pelo [n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 30-C/2000 de 29 de Dezembro](#)).

(**Eliminada** pelo artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho).

i) Instituições responsáveis pela organização de feiras universais ou mundiais, nos termos a definir por resolução do Conselho de Ministros.
(**Eliminada** pelo artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho).

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de actividades ou programas que sejam considerados de superior interesse cultural, ambiental, científico ou tecnológico, desportivo e educacional.

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

3 - Os donativos previstos nos números anteriores são levados a custos em valor correspondente a 120% do respectivo total ou a 130% quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos que fixem os objectivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos sujeitos passivos.

Artigo 3.º-A

Mecenato para a sociedade de informação

1 - São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou de serviços prestados, em valor correspondente a 130% para efeitos de IRC e das categorias C e D do IRS, os donativos de equipamento informático, programas de computadores, formação e consultoria na área da informática, concedidos às entidades referidas nos artigos 1.º e 2.º e nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto do Mecenato.

2 - O limite previsto no número anterior não é aplicável aos donativos atribuídos às entidades nele referidas para a realização de actividades ou programas que sejam considerados de superior interesse educacional e vocacional.

3 - Os donativos previstos nos números anteriores são levados a custos em valor correspondente a 140% quando atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais que fixem objectivos a atingir pelas entidades beneficiárias e os bens e serviços a atribuir pelos sujeitos passivos.

(**Aditado** pelo n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 30-C/2000 de 29 de Dezembro).

(**Ver** nova redacção dada pelo [n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 30-G/2000 de 29 de Dezembro](#)).

4 - O período de amortização de equipamento informático pelos sujeitos passivos referidos no n.º 1 é de dois anos, ou pelo valor residual se ocorrer após dois anos, no caso de doação do mesmo às entidades referidas naquele número.

(**Aditado** pelo n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 30-G/2000 de 29 de Dezembro).

5 - Não relevam para os efeitos do número anterior as doações feitas a entidades em que os doadores sejam associados ou em que participem nos respectivos órgãos sociais.

(**Aditado** pelo n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 30-G/2000 de 29 de Dezembro).

6 - Os sujeitos passivos que utilizem o regime de amortização previsto no n.º 4 comunicarão ao Ministério da Ciência e da Tecnologia as doações que o justificaram.

(**Aditado** pelo n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 30-G/2000 de 29 de Dezembro).

7 - Para os efeitos do disposto no presente artigo consideram-se equipamentos informáticos os computadores, modems, placas RDIS e aparelhos de terminal, incluindo impressoras e digitalizadores, e set-top-boxes.

(**Aditado** pelo n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 30-G/2000 de 29 de Dezembro).

Artigo 4.º

Donativos a organismos associativos

São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 1/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados no exercício da actividade comercial, industrial ou agrícola, as importâncias atribuídas pelos associados aos respectivos organismos associativos a que pertencam, com vista à satisfação dos seus fins estatutários.

Artigo 4.º-A

Valor dos bens doados

No caso de doação de bens em estado de uso, o valor a relevar como custo será o valor fiscal que os bens tiverem no exercício em que forem doados, ou seja, o custo de aquisição

ou de produção, deduzido das reintegrações efectivamente praticadas e aceites como custo fiscal ao abrigo da legislação aplicável.

(**Aditado** pelo n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 30-C/2000 de 29 de Dezembro).

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

a) No caso de bens do activo imobilizado, o custo de aquisição ou de produção deduzido das reintegrações efectivamente praticadas e aceites para efeitos fiscais, sem prejuízo do disposto na parte final da [alínea a\) do n.º 5 do artigo 29.º do Código do IRC](#);

(**Aditada** pelo artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho).

b) No caso de bens com a natureza de existências, o custo de aquisição ou de produção, eventualmente deduzido das provisões que devam ser constituídas de acordo com o respectivo regime fiscal.

(**Aditada** pelo artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho).

CAPÍTULO II

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 5.º

Deduções em IRS por virtude do mecenato

1 - Os donativos atribuídos pelas pessoas singulares residentes em território nacional, nos termos e condições previstos nos artigos anteriores, são dedutíveis à colecta do ano a que dizem respeito, com as seguintes especificidades:

a) Em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, nos casos em que não estejam sujeitos a qualquer limitação;

b) Em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, até ao limite de 15% da colecta, nos restantes casos;

c) São dispensados de reconhecimento prévio desde que o seu valor seja inferior ao que anualmente for fixado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da tutela;

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 13.º da Lei n.º 176-A/99 de 30 de Dezembro](#)).

d) As deduções só são efectuadas no caso de não terem sido contabilizadas como custos.

2 - São ainda dedutíveis à colecta, nos termos fixados nas alíneas b) a d) do número anterior, os donativos concedidos a igrejas, instituições religiosas, pessoas colectivas de fins não lucrativos pertencentes a confissões religiosas ou por eles instituídas, sendo a sua importância considerada em 130% do seu quantitativo.

(**Aditado** pelo artigo 2.º da Lei n.º 160/99 de 14 de Setembro).

CAPÍTULO II

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 5.º-A

Valor dos bens doados

1 - No caso de doação de bens por sujeitos passivos de IRS que exerçam actividades empresariais e profissionais, o valor a relevar como custo será o valor fiscal que os bens tiverem no exercício em que forem doados, ou seja, o custo de aquisição ou de produção, deduzido das reintegrações efectivamente praticadas e aceites como custo fiscal ao abrigo da legislação aplicável.

(**Aditado** pela n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 30-C/2000 de 29 de Dezembro).

(**Ver** nova redacção dada pelo [artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho](#)).

2 - Sendo os donativos efectuados por sujeitos passivos que não exerçam actividades empresariais ou profissionais, ou que, exercendo-as, os mesmos bens não lhes estejam afectos, o seu valor corresponde ao respectivo custo de aquisição ou de produção, devidamente comprovado.

(**Aditada** pelo artigo 2.º da Lei n.º 26/2004, de 8 de Julho).

CAPÍTULO III
Imposto sobre o valor acrescentado
Artigo 6.º
Transmissões de bens e prestações de serviços a título gratuito

Não estão sujeitas a IVA as transmissões de bens e as prestações de serviços efectuadas a título gratuito pelas entidades a quem forem concedidos donativos abrangidos pelo presente diploma, em benefício directo das pessoas singulares ou colectivas que os atribuam quando o correspondente valor não ultrapassar, no seu conjunto, 5% do montante do donativo recebido.

(**Aditado** pelo n.º 1 do artigo 43.º da Lei n.º 107-B/2003 de 31 de Dezembro).

SEXTA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 2003

d'Orfeu recebe estatuto de "Superior Interesse Cultural"

Acaba de ser atribuído o estatuto de "Superior Interesse Cultural" pelo Ministro da Cultura, Pedro Roseta, à d'Orfeu - Associação Cultural.

Com efeito, a associação vinha já vendo as suas actividades consideradas de "manifesto interesse cultural" desde 1999, aliás o primeiro despacho de Mecenato atribuído ao uma associação do concelho, o que permitia à associação gozar de um regime de mais-valias ao abrigo do mecenato cultural. Neste momento, com a subida ao escalão máximo do reconhecimento oficial, a associação amplia consideravelmente os benefícios fiscais que serão afectos aos seus mecenas, nomeadamente em casos de vínculo mecenático a médio prazo.

O novo estatuto que a d'Orfeu alcança em 2003, ao fim de oito anos de intensa actividade, segundo nota do Ministério da Cultura que acompanha o despacho "é atribuído sempre que os projectos em causa cumpram padrões de qualidade, contribuindo de modo inequívoco para o desenvolvimento sócio-cultural das comunidades quer a nível regional, quer em termos nacionais".

Actualmente, em Portugal, são treze os projectos/instituições que gozam do estatuto de Superior Interesse Cultural, entre os quais o programa bienal da d'Orfeu para os anos 2003 e 2004. Nesta restrita lista, figura a associação aguedense entre outras instituições como a Fundação Cupertino de Miranda, a Fundação Mário Soares ou a Academia de Música de Tomar, por exemplo.

Com este estatuto de Superior Interesse Cultural a juntar à Utilidade Pública (atribuída em 2001 assim que a d'Orfeu completou cinco anos de actividade, traduzindo-se na associação mais jovem a vê-lo atribuído), a d'Orfeu coleciona já os principais títulos de reconhecimento oficial a nível nacional.



Anexo 12 – Dossier d’Orfeu

d'Orfeu Associação Cultural

Passado, Presente e Futuro numa Águeda sem fronteiras



- Associação Cultural sem fins lucrativos, fundada em 1995.
- Instituição de Utilidade Pública, declarada pela Presidência do Conselho de Ministros, 2001.
- Estatuto de "Superior Interesse Cultural" atribuído pelo Ministério da Cultura desde 2003.
- Estrutura subvencionada pelo Ministério da Cultura / Direcção-Geral das Artes em Acordo Tripartido com os Municípios de Águeda, Sever do Vouga, Estarreja e Ovar.



A d'Orfeu iniciou actividade em 1995, em Águeda, com o objectivo de dinamizar actividades culturais através da música e da sua relação com todas as outras formas de expressão. Nos primeiros anos dinamizou energicamente a formação das músicas tradicionais, rurais e urbanas, apresentando inovadores olhares sobre a tradição e organizou espólio documental. Nos anos seguintes, depositou atenção na criação de variadíssimos eventos, circuitos e festivais, com a perspicácia constante de apresentar oferta cultural normalmente alternativa. A d'Orfeu é hoje uma estrutura de reconhecidos méritos pela sua atitude criativa no desenvolvimento artístico em Portugal.



A Marca d'Orfeu

Com mais de 15 anos de actividade, a d'Orfeu Associação Cultural tem percorrido um caminho bem sucedido de intensa produção artístico-cultural, com impactos diversos aos níveis local, regional, nacional e internacional. Através do seu trabalho e respectivo reconhecimento institucional, projecta doravante as bases rumo ao futuro, reiterando, desta forma, o mérito e a consistência dos seus modelos culturais junto da comunidade e do público.

Tendo como sede a cidade de Águeda, a associação propôs-se aumentar o nível cultural da comunidade local com uma programação artística perseverante, inédita e regular, perspectivando como seus objectivos centrais a qualificação e a fidelização contínua de novos públicos. Não sem determinantes limitações financeiras e infra-estruturais, a par de um estóico esforço das suas estruturas profissional e voluntária, a d'Orfeu tem obtido resultados crescentes ao longo dos anos.

Sendo a cidade de Águeda

reconhecida mais pela pujança industrial ou, amiúde, pelas travessuras de um mediático rio que sai demasiadas vezes do leito, a associação desafiou esta cidade a tornar-se destino obrigatório do roteiro cultural português. E, ao trabalhar a cultura tradicional, vinculou a sua actividade à história e ao património identitário de Águeda, fazendo-o através de uma perspectiva universalista e cosmopolita, pelas mais diversas formas: formação artística, eventos culturais para todos os públicos, diversas criações artísticas, edição própria, intercâmbios e parcerias internacionais.

A missão d'Orfeu de trabalhar o património cultural e de o projectar nos planos regional e nacional tem sido uma aposta ganha, ciente das dificuldades que não raras vezes polvilham o seu percurso. Porque se acredita no valor da expressão cultural junto das populações, assume-se as responsabilidades de um futuro crescentemente cultural, com base no presente mérito público.



Oferta Cultural

O que caracteriza a d'Orfeu como instituição única é o facto de concentrar, num só organismo, uma grande diversidade de oferta cultural e artística, toda ela consistente e reconhecida, nomeadamente: Formação, Criação, Programação e Edição. E tal acontece com uma vocação de complementaridade e transversalidade entre a música e as outras artes do espectáculo, assumindo-se a associação como uma estrutura promotora de iniciativas assumidamente transdisciplinares em todas as suas facetas.

Pretende-se alcançar uma fidelização e renovação efectiva de públicos, através de uma programação consistente e regular, por um lado, e da inclusão da comunidade nas actividades correntes d'Orfeu, por outro. Deseja-se proximidade e experiências gratificantes no contacto directo com a associação. Para tal, ela lança-se num jogo de cintura constante, ao redefinir o seu modelo associativo e cultural a cada momento: se deve (e quando) ser mais promotora ou mais criadora, se mais investidora na fruição do público ou se na estrutura, se de actividade mais estruturada ou se mais informal.



Programação Cultural

Actualmente, são quatro as principais marcas de visibilidade pública da d'Orfeu em termos de programação:

- **“O Gesto Orelhudo”**, festival pioneiro de fusão músico-teatral em Portugal;
- **“OuTonalidades”**, o circuito português de música ao vivo que percorre de Setembro a Dezembro diversos espaços em todo o país;
- o **Festim** - festival intermunicipal de músicas do mundo, que ocorre a cada fim-de-semana de Junho e Julho numa programação partilhada em rede com distintos municípios;
- e o **Festival i**, um fim-de-semana non-stop de artes performativas inteiramente dedicado ao público infantil e familiar.

A maturidade da programação cultural vem sendo alcançada com estes pilares estruturantes, na percepção de uma crescente afeição do público, invariavelmente refém de uma agenda cultural, levado pelos formatos inéditos que brotam da d'Orfeu.



festival o gesto Orelhudo

“O Gesto Orelhudo”, certame pioneiro de fusão músico-teatral no país, é o evento d’Orfeu mais referente e consagra uma programação internacional de espectáculos interdisciplinares, na fusão da música, teatro, novo circo e humor. Se há inúmero trabalho desenvolvido, quer a nível nacional quer a nível internacional, com recomendáveis resultados na fusão da música com o teatro, pecava o país por não ter um festival assumidamente músico-teatral. “O Gesto Orelhudo”, com brilhantes resultados nas edições já realizadas, assume-se como incontornável espaço por excelência de difusão do universo artístico transdisciplinar, com um crédito inigualável na apresentação de propostas internacionais inéditas.



festival i

Com crescente adesão de público a cada edição, o “Festival i” é a iniciativa por excelência para público infantil e familiar no calendário da d’Orfeu, com uma programação específica desde 2009, que deriva das experiências anteriores de programação para esse segmento, como as participadas tardadas non-stop do festival “O Gesto Orelhudo” (Outubro 2007) e do “Solstício de Orfeu” (Junho 2008). Evoluiu-se o formato, assumindo nome e calendário próprio. Multiplicou-se a celebração artística com uma programação pluri e transdisciplinar, simultaneamente fruidora e educativa, que congrega teatro, dança, música e artes circenses.

O evento, que é já uma referência na programação infantil a nível nacional, tem por princípio a ocupação das ruas e de diversos espaços culturais de Águeda, assumindo-se como um verdadeiro roteiro cultural non-stop durante todo o fim-de-semana e potenciando, assim, uma vivência artística plena do público infantil e de toda a família.



festim

! festival intermunicipal de músicas do mundo

O “Festim - Festival Intermunicipal de Músicas do Mundo”, chegou ao público no Verão de 2009, recebendo a herança do “Festival Temático de Músicas do Mundo” (2002-2008), que havia vinculado cada edição a um tema específico: a “Cimeira do Fole” dedicou-se aos grandes intérpretes mundiais da concertina, o “Festival das Músicas do Mundo Cigano” trouxe a saga musical desta etnia aos palcos, o “Mestiçal Peninsular” consagrou um cartaz atento às expressões musicais ibéricas. O Festim, estruturado numa programação em rede, representa uma mais-valia com vista a uma oferta cultural de referência, com benefícios locais associados à projecção exterior de cada um dos municípios envolvidos.

A intervenção da d’Orfeu nos municípios que partilham o Festim resulta de dois factores distintos, mas complementares. Por um lado, a existência de um contexto quase exclusivamente amador de prática artística e cultural, sendo

a d’Orfeu um dos raros agentes culturais profissionais da região, portador de uma vocação de envolvimento inter- -associativo com os grupos e colectividades locais. Por outro, a aposta dos municípios na apresentação de propostas de carácter inovador à escala local, numa estratégia de qualificação de novos públicos. Será pois, um parceiro estratégico e dinâmico para o débito cultural da região, respeitando por um lado as suas idiossincrasias e, por outro, estimulando a educação cultural das populações, em complemento das políticas culturais locais.

O sucesso alcançado em 2009 lançou as sementes para a sua expansão a novos municípios, fazendo do Festim um projecto de alcance verdadeiramente regional e com crescente projecção mediática a nível nacional. É o único festival português a integrar a rede europeia European Forum of Worldwide Music Festivals.



OUTONALIDADES® 2012

CIRCUITO PORTUGUÊS DE MÚSICA AO VIVO

O espírito empreendedor da associação plasma-se de maneira incontornável no projecto que dá pelo nome de Outonalidades, um circuito nacional de música ao vivo, que se tem realizado ininterruptamente desde a criação da associação. Este projecto, iniciado em 1997, começou por ser inicialmente um pequeno roteiro musical nos bares de Águeda, mas a sua vocação de promoção de redes atraiu cada vez mais grupos e espaços, expandindo-se a toda a geografia nacional. Entre 2009 e 2011, estabelecem-se pontes com a Galiza, consolidando uma inédita expansão transfronteiriça que representa o convénio estabelecido com a AGADIC - Axencia Galega das Indústrias Culturais, de cooperação entre o circuito português e a Rede Galega de Música ao Vivo, permitindo a mobilidade de inúmeros grupos portugueses e galegos. Apesar da descontinuidade do intercâmbio galaico-português em 2012, a vocação transfronteiriça mantém-se actual com parcerias com a Bélgica e Catalunha, reiterando o reconhecimento de uma estrutura única na promoção e circulação musical em Portugal, à qual já não é possível prever fronteiras.



Criações

Várias são as criações d'Orfeu com alta capacidade de circulação pelo território nacional, ibérico, e até mesmo internacional, figurando em programações importantes, nomeadamente de festivais, autarquias e outros promotores, numa agenda de espectáculos que atinge anualmente largas dezenas de representações.

A par das criações de grande formato, a associação é rica na quantidade de pequenos “grandes” projectos nas mais variadas disciplinas artísticas, que nascem muitas vezes do trabalho entre os artistas profissionais que integram a equipa d'Orfeu e a comunidade local. A associação, enquanto autêntico viveiro criativo, estimula a criatividade e apoia os novos colectivos artísticos, dos quais resultam normalmente novas produções e novas capacidades de itinerância.

A d'Orfeu assenta numa abrangente dimensão criativa, que se retrata em diversas frentes: consolidar a experiência de produção de grandes manifestações criativas de envolvimento inter-associativo; realizar apostas de encenação de novas Criações; e celebrar a interacção dinâmica entre o trabalho de Formação e a Criação, constituindo os produtos criativos da EMtrad' como parte integrante da bolsa para itinerância.



Toques do Caramulo

Criações

A representação mais visível e reconhecida da d'Orfeu na actualidade é Toques do Caramulo, uma referência já incontornável da nova música tradicional em Portugal, fundindo a sonoridade rude da tradição com as cores das novas músicas. Recriações dinâmicas, livres e muito festivas do repertório esquecido da Serra do Caramulo.

Esta criação, que figura em importantes eventos trad-folk em Portugal e no estrangeiro, está também editada em CD: "Toques do Caramulo é ao Vivo!" (2007) e "Retoques" (2011).

www.dorfeu.pt/toquesdocaramulo

"Uma das mais poderosas propostas de glocalização formuladas no contexto da folk/trad em Portugal"

Mário Correia (Sons da Terra)

"Famosos pelas suas exuberantes prestações ao vivo"

Luís Rei (Crónicas da Terra)

"A coisa mais bonita que têm os Toques do Caramulo é que, partindo do repertório tradicional recolhido na Serra que lhes dá o nome – o Caramulo – o grupo liderado por Luís Fernandes transforma-o em canções de Portugal inteiro"

António Pires (Raízes e Antenas)

"(...) De jeunes musiciens de la montagne du Caramulo et d'Aveiro ont relevé le pari d'affirmer une autre image de leur patrimoine. Rassemblés autour d'un répertoire de chansons traditionnelles racontant la vie quotidienne des habitants de cette région rurale, ils réinventent une musique contemporaine, festive

et chaleureuse."

Gérard Viel (TradMagazine)

"(...) Con la edición de su segundo disco en el preciso momento en que celebran dos décadas de trabajo, directos y giras, Interfolk quiere también homenajear una banda que impresiona por su militancia cultural."

João Sá (Revista Interfolk)

"Retoques is a remarkable album by one of the best bands in the new generation of contemporary Portuguese folk music."

Ángel Romero (World Music Central)

"(...) Vi consiglio caldamente di ascoltarli, anche se il semplice ascolto può solo fare intuire l'atmosfera di festa che ogni volta sono capaci di creare dal vivo."

Filippo Maria Caggiani (Parole di Musica)

"TOQUES DO CARAMULO... É

Ao Vivo! A celebratory gig to an enthusiastic hometown audience in Águeda, west central Portugal, by skilful and assured band led by singer, accordionist and braguesa player Luís Fernandes with fiddle, mandolin, flute, guitar, bass and trad percussion doing lively creative arrangements of trad songs from the nearby Caramulo mountains (...)."

Andrew Cronshaw (fRoots)

"(...) Without losing it's original soul, this septet is doing a very nice job. It's friendly folk songs easy going which brings the listener in a good mood.(...) It brings the Northern Portuguese tradition back to life in a very nice way. "

Eelco Schilder (FolkWorld)



MUITO RISO, MUITO SISO

Espectáculo que comprova a capacidade de muitos textos lusófonos em dizer grandes coisas, nem sempre com as palavras mais sérias e formais. Um espectáculo simplista, algo despido, tão-só suportado no fio das palavras, mas de humor potente! É um solo de Luís Fernandes, no papel de músico--“diseur”, dando vida e voz a textos humorísticos de grandes vultos da literatura de expressão portuguesa, criteriosamente seleccionados por Odete Ferreira.

www.dorfeu.pt/muitorisomuitosiso



MAL-EMPREGADOS

“Mal-Empregados” é um espectáculo pseudo-sério, pseudo-cómico, absurdo qb e tendencialmente minimal, aliando a comicidade gestual e teatral à música. Dois actores-músicos, aparência por decifrar – farão o quê? -, desafiam--se, revezam-se, fartam-se, tentam sempre outra coisa. Tanto pode resultar como não. Uma caricatura irónica dos especialistas em polivalência. Para se chegar a uma conclusão: mal-empregados!

www.dorfeu.pt/malempregados



ERAM 7 OS MEDOS DO PEDRO

Em 2010 surge o primeiro espectáculo de teatro infantil da d'Orfeu, "Eram 7 os Medos do Pedro", da autoria de Odete Ferreira. Remetendo-nos para o mundo mágico da infância, onde a fantasia vence medos, ao longo de 30 minutos vamos conhecendo os sonhos e os receios de Pedro, que embalado pelo amor da sua avó, acaba por dar largas à imaginação e superar os seus sete medos.

Actores em carne e osso contracenam com a espectacularidade de uma cenografia multimédia. Uma grande criatividade visual, entre cenários reais e virtuais, para contar uma história mágica de valentia! Das diversas performances realizadas até ao momento, é de destacar a menção honrosa atribuída no Concurso Nacional de Teatro 2010 da Fundação INATEL, na categoria de Teatro para a Infância.

www.dorfeu.pt/7medos



CONTRACORRENTE

Homenagem à música de intervenção, resgatando da memória e reivindicando para a actualidade as músicas e as vozes de resistência que marcaram a História do século XX, como “El derecho de vivir en paz” do chileno Victor Jara, “A Vava Inouva” do argelino Idir ou “Apesar de você” do brasileiro Chico Buarque, entre outros. De Portugal à descoberta de múltiplas latitudes, “Contracorrente” é uma volta ao mundo cantada em vários idiomas e um manifesto de que, ainda hoje, resistir é uma forma de existir. Este é um espectáculo que também marca o regresso de Sara Vidal, ex-vocalista do reconhecido grupo galego Luar na Lubre, aos palcos da Música do Mundo.

www.dorfeu.pt/contracorrente



OSSO

Nova criação d'Orfeu com temas do cancionero europeu. Rui Oliveira interpreta canções europeias trilhando novos caminhos sonoros com o percussionista Joaquim Teles (Quiné), o multi-instrumentista Lau e o sound man Ruído. Neste espectáculo, a canção faz-se metáfora de um osso que resiste, o mais possível, à erosão do tempo que passa.

www.dorfeu.pt/osso

Histórico

Paralelamente às criações que estão actualmente em cena, a d'Orfeu sempre procurou estimular a sua vertente criativa, assumindo-se como incubadora e berço de diversas criações artísticas:

Os CantAutores - Nova Série Música, 2006

Os génios de Abril de novo em palco, para não deixar de continuar a prestar tributos.

Monólogo a Duas Vozes Teatro, 2005 - 2007

As lengalengas, os trava-línguas e os jogos de palavras recuperam aqui o papel de património didáctico estimulante. Verdadeiro malabarismo de palavras!

Os CantAutores Música, 2005

Concerto de homenagem a 3 grandes figuras da música portuguesa.

Malaquias & Malacueco Clown, 2006

Entre malabarismos dançantes, esculturas em balões, cambalhotas aos empurrões e um toque muito particular de magia, Malaquias e Malacueco transmitem o fundamental da nossa vida: a imaginação.

Clave de Xuva Música, 2001 - 2004

Temas mais ou menos conhecidos dos públicos de bares, com novas ambiências

e sonoridades, tendo sempre uma especial tendência para os autores portugueses.

Abril a Vozes Músico-Teatral, 2003

Espectáculo de música, teatro e poesia dedicado aos 30 anos do 25 Abril.

Emboscadas Música, 2005

Recriação de temas dos cantautores de Abril, em torno da voz de Miguel Calhaz.

Andamento Teatro, 2003

Seja em Abril, em Maio ou em Desmaio, a voz e a música d'Orfeu na palavra, no riso, no gesto ou no silêncio.

Culto de Orfeu Música, 1996

As músicas tradicionais através da concertina, colheres, flauta transversal, cavaquinho, zaclitraques, braguesa, guitarra, vozes, potes, teclados e outros imagináveis.

Com Passos Simples Música, 1996 - 1999

Foi a primeira criação da associação, envolvendo dezenas

de participantes entre alunos, formadores, sócios músicos e actores, num espectáculo representativo dos primeiros repertórios desenvolvidos na formação.

HáCáEcoHá Músico-Teatral, 2002 - 2005 O gesto da voz do gesto!

4Portango Música

4Portango redescobre o tango de Astor Piazzolla e nele se compasseia livremente.

Fogueira d'Estórias

Viagem pelos caminhos das histórias, em redor de uma imaginária fogueira d'Estórias.

Tio BiTle Música

Singela homenagem à banda mais famosa do mundo: The Beatles.

StarTreko Música

StarTreko é um projecto de remistura musical que dá um toque urbano às músicas tradicionais.



d'Formação

Ad'Orfeu garante, com a sua oferta formativa - cuja referência é o ensino da música tradicional, mas que se estende a outras áreas -, o compromisso pedagógico, do qual não deve nunca abdicar, enquanto estrutura potenciadora de hábitos artísticos e culturais em Águeda. O vasto leque de formatos pedagógicos vai desde a EMtrad' - Escola de Música Tradicional, um dos poucos espaços em Portugal com ensino contínuo de música tradicional, até aos Cursos de Som e Produção, para uma crescente qualificação técnica da comunidade artística regional, passando pela componente teatral, a realização de oficinas e Masterclasses de distintas áreas artísticas e a dinâmica reflexiva do Seminário para o Associativismo. A estratégia futura da d'Formação passa pelo fortalecimento pedagógico no terreno e pelo enquadramento internacional destas práticas, reservando a d'Orfeu para si um papel activo e dinamizador de uma rede europeia do ensino da música tradicional, algo que ao nível informal já integra de pleno direito, mas que pretende formalizar a articulação internacional de contributos para o desenvolvimento de projectos educativos no âmbito da música tradicional.

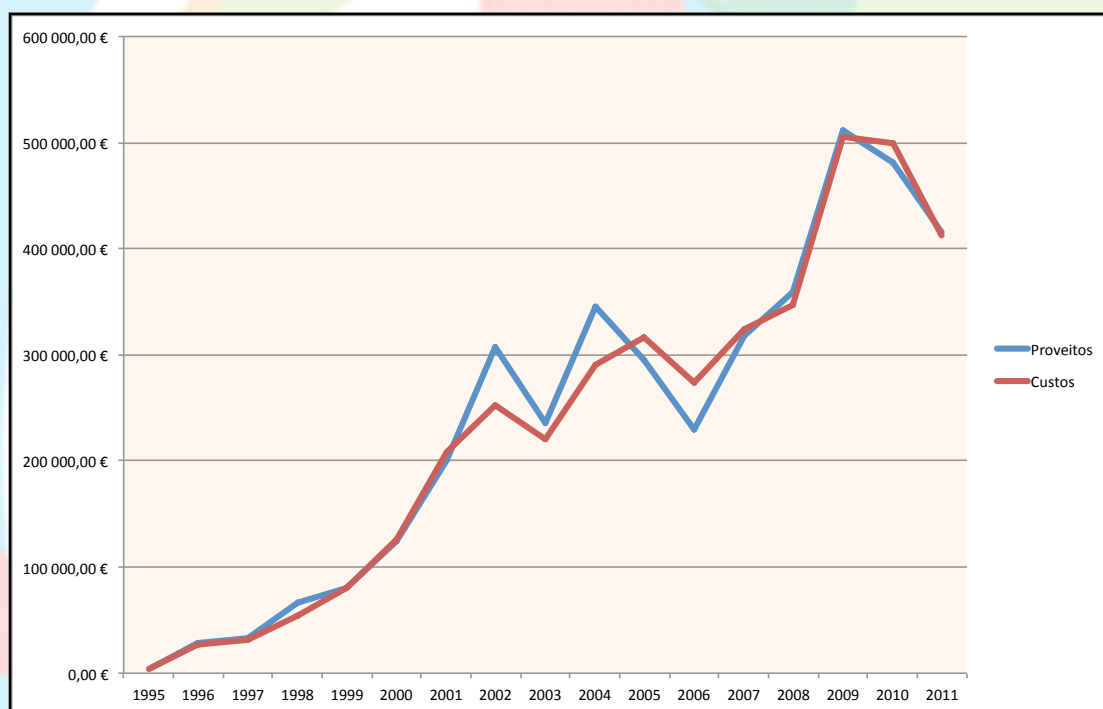


Apoios e financiamento

A d'Orfeu tem vindo a ser beneficiária recorrente de apoios oficiais para a Cultura, sejam os financiamentos nacionais (Direcção-Geral das Artes, Instituto Português da Juventude e outros), sejam os fundos ou programas europeus (Youth Programme, Programa Operacional da Cultura). Com fontes de receita, no biénio 2011/2012, asseguradas pelo auto-financiamento das actividades (30%), pelo Acordo Tripartido com a Direcção-Geral das Artes (30%) e Câmara Municipal de Águeda, de Ovar, de Estarreja e de Sever do Vouga (30%) - estes do actual Regime de Apoio às Artes - e outros apoios públicos e privados (10%), o orçamento anual da associação atinge os 400.000€, que garantem o suporte e desenvolvimento da actividade cultural d'Orfeu, por um lado, e da estrutura profissional, por outro.

A sedução ao Mecenato local, através dos benefícios da Lei do Mecenato por via do reconhecimento do estatuto de “Superior Interesse Cultural” pelo Ministério da Cultura, tem contribuído também para a proximidade do tecido industrial às actividades culturais d'Orfeu. É estratégia presente e futura da associação empreender esforços para que a sociedade civil se alie mais e mais a esta missão cultural em Águeda.

A economia local, pelo número inusitado de visitantes à cidade em diversos momentos do ano - com os festivais a atraírem o maior número de público, artistas e outros participantes - a restauração, a hotelaria e outras expressões de comércio locais manifestam-se-nos regularmente agradecidas, com impactos financeiros consideráveis.

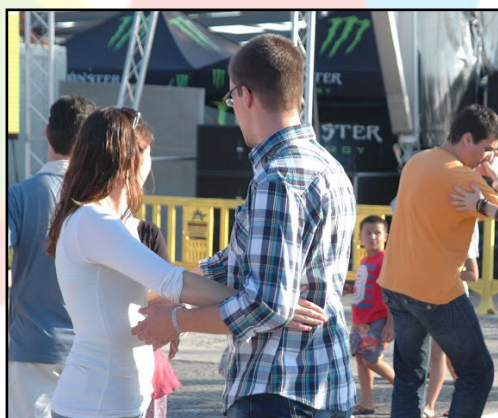


Pontes de Proximidade

Com olhos num espectro cada vez mais abrangente de faixas etárias e extractos sociais do público, a d'Orfeu tem lançado diversos instrumentos de fidelização ao longo dos anos. Hoje, as estratégias de programação já não passam sem se dedicar também grandemente aos públicos familiar, infantil e escolar, plateias do futuro; sem fazer chegar incentivos de participação às colectividades locais, irmãos de cultura e cidadania; sem acolher na d'Orfeu as escolas (Visitas Pedagógicas) e sem a d'Orfeu ir às escolas (extensões de programação); sem promover e integrar o voluntariado como desígnio associativo ao serviço da produção cultural; sem lançar contínuas campanhas de descontos em bilhetes para espectáculos (já de si simbólicos) a toda a população; sem estabelecer protocolos com instituições que potenciem o acesso de novos públicos; sem, no fundo, lançar a sedução e retribuir a confiança do público para com as propostas d'Orfeu. Mesmo o universo d'Orfeu, só aquele que inclui Alunos, Amigos e Sócios, já toca praticamente toda a comunidade, na relação directa que estas centenas de pessoas têm com a Associação, materializada na mera ostentação desse dístico de cumplicidade que é o Cartão d'Orfeu.

Sendo similares, tanto para Sócios ou Amigos, os direitos e regalias ao nível das oportunidades e do envolvimento, a diferença resume-se na forma de admissão: ser Sócio é um vínculo institucional, cuja quota não é monetária, mas sim ao nível da participação e voluntariado nas actividades, sendo possível a admissão apenas por proposta, com base num percurso anterior de colaboração ou potencial para tal; ser Amigo, funciona por adesão livre, com uma jóia de apoio associativo contra as respectivas regalias. Em resumo, a opção divide-se entre quota monetária ou braçal. Os Alunos da EMtrad' - Escola de Música Tradicional, esses têm via aberta, com entrada livre, para todas as realizações d'Orfeu, numa lógica de contínuas oportunidades de reforço formativo.

Em números redondos, os beneficiários directos das propostas d'Orfeu nas faixas infanto-juvenil atingem anualmente um total global de 3000 indivíduos, entre alunos regulares e participantes nas múltiplas actividades dedicadas a estas faixas etárias. O público d'Orfeu em geral, esse, é inquantificável. É todo um mundo de gente, a viver a d'Orfeu em todo o lado.



O Espírito Inter-Associativo

Sendo o trabalho em rede um dos mais valiosos activos da associação, foi estratégia prioritária, desde os primórdios, fomentar o movimento inter-associativo do concelho de Águeda. O momento-chave desse processo dá-se em 2002, com o incentivo sistemático ao movimento artístico do concelho, através das regalias oferecidas aos membros dos grupos folclóricos, bandas de música, grupos corais e grupos de teatro. Os dividendos não mais se deixaram de sentir. Daqui brotaram outras parcerias com todo o movimento associativo do concelho, tanto na área formativa, como em co-produções locais ao nível da criação, com o caso mais visível de “Rio Povo” (2007 e 2008), uma grande produção inter-associativa em pleno Rio Águeda que reuniu mais de 300 artistas de colectividades do concelho, numa criação que representa com brilhantismo a síntese

entre a tradição local e o discurso artístico contemporâneo. A fórmula foi repetida em 2009 e 2010 com novo espectáculo: “Povo que Lavas no Rio Águeda”, um musical contemporâneo e visual, tendo como mito inspirador o próprio Rio Águeda. No plano nacional, a d’Orfeu mantém parcerias ao nível da programação conjunta ou co-produções com associações, teatros e festivais. É o caso do “Tocar de Ouvido”, em Évora, em parceria com a Associação Pé de Xumbo e a Associação Portuguesa de Gaita de Foles ou a partilha e circulação de espectáculos internacionais com extensões dos principais festivais d’Orfeu, numa lista de parceiros estratégicos que inclui nomes como a ACERT (Tondela), o Teatro Art’Imagem (Porto), o Teatro Municipal da Guarda, o Teatro Virgínia (Torres Novas) e uma série de outros equipamentos municipais e autarquias.



Visibilidade e Comunicação

Com uma estratégia de comunicação à altura da sua actividade, a d'Orfeu apura um claro profissionalismo no discurso ao nível de materiais e conteúdos, seja na vertente gráfica convencional (suportes impressos), seja nas soluções multimédia (web e suportes informáticos). A estratégia promocional reparte-se entre a promoção directa dos eventos/actividades, concebida no sentido imediato de mobilização dos públicos, e a divulgação genérica da associação, com conteúdos intemporais.

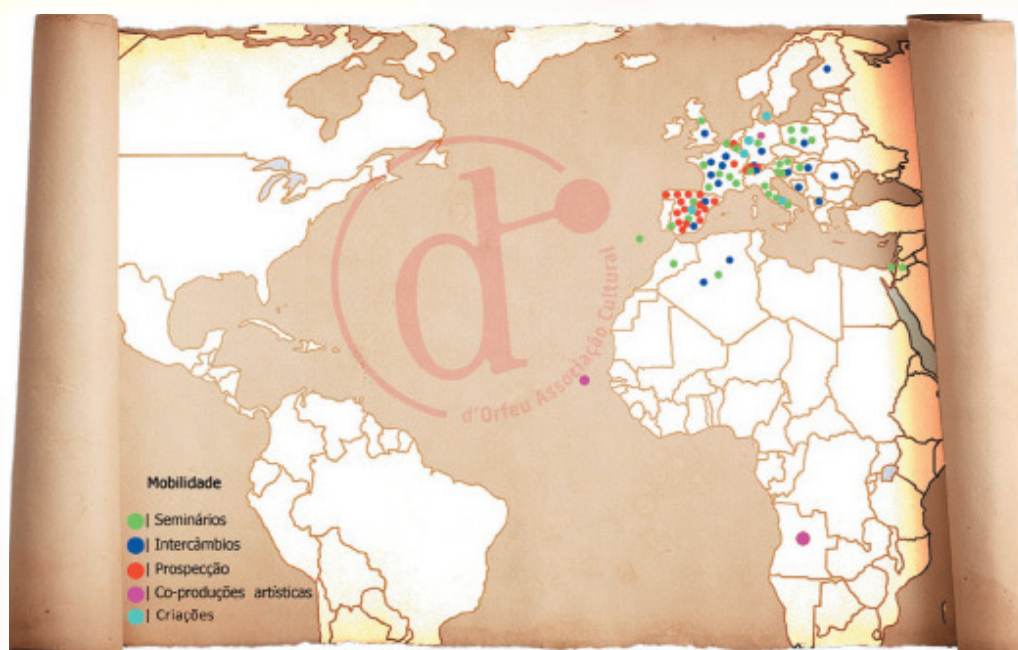
No plano das plataformas Web, o sítio www.dorfeu.pt, o blogue <http://dorfeu.blogspot.com> e o perfil www.facebook.com/dOrfeuAC são os meios de comunicação que promovem maior visibilidade e fornecem a mais actualizada informação sobre a associação e suas actividades. Ambas aliam repositório de conteúdos à mais actualizada informação sobre a associação e suas actividades. Reportando especificamente à d'Formação, o blogue <http://dformacao.blogspot.pt/> é o espaço virtual por excelência de comunicação e divulgação de notícias para toda a comunidade de d'Formadores e alunos d'Orfeu.

O Festim conta com sítio próprio - www.festim.pt - devido ao seu carácter regional e pelo desejo de implantação e sustentabilidade futura do projecto no centro do país.

A e-mailing list d'Orfeu é o mais forte canal da Associação, por onde se divulgam actividades assídua e criteriosamente para destinatários, num espectro local, regional, nacional e internacional. Por fim, todos os eventos têm sempre associados cartaz e desdobrável, distribuídos em larga escala. Os eventos de maior projecção, como "O Gesto Orelhudo" ou o Festim, contemplam ainda a colocação de tarjas nos centros urbanos da região, as mailings via CTT para domicílios, spots rádio/TV e anúncios/suplementos especiais na imprensa regional e nacional, também acompanhados por destaques editoriais a nível de notícias, reportagens e entrevistas.



Um Passo no Mundo



Incontáveis são os artistas estrangeiros que anualmente aportam ao nosso país pela mão da d'Orfeu, integrados nas suas programações e circulações de espectáculos. Por outro lado, ao nível artístico, a d'Orfeu faz também já circular as suas próprias criações pelo estrangeiro, sendo “Toques do Caramulo” o exemplo mais corrente dessa dinâmica de mobilidade artística. Integrando a d'Orfeu co-produções artísticas com outras estruturas, há diversas notas no seu currículo internacional, com presenças artísticas em África, Europa e América Latina.

É relevante ainda o único envolvimento à data em apoios do Programa “Cultura 2000”, tendo a d'Orfeu sido parceira da rede europeia de festivais de música tradicional cigana, projecto decorrido na República Checa e que integrou a d'Orfeu enquanto parceira e promotora do português “Festival das Músicas do Mundo Cigano”. Mais engrossa a lista de ligações internacionais o trabalho de prospecção cultural que tem feito representar a d'Orfeu em certames culturais na Europa, passando ainda pelo continente americano.

Por outro lado, na cooperação juvenil artística a nível internacional, a d'Orfeu foi, nos últimos anos, activo promotor e beneficiário activo do Programa Juventude da Comissão Europeia, ao enviar continuamente comitivas de jovens artistas locais a mais de 15 países na Europa, Norte de África e América Latina, e ao acolher jovens artistas europeus em Serviço Voluntário (SVE). De realçar o projecto “d'Orfusão”, com quatro intercâmbios internacionais acolhidos em Águeda de 2001 a 2004, numa experiência colectiva e multicultural que trouxe a nós, anualmente, dezenas de jovens de vários países europeus e sul-americanos.

Percurso

d'Orfeu: um serviço resistente de cultura



1995 - A d'Orfeu inicia a actividade, desde logo cumprindo o seu desígnio primeiro, a formação, com escola de música tradicional em funcionamento imediato.



1996 - A associação torna-se espontaneamente promotora cultural ao marcar com um evento público a sua aparição na cena cultural local e com o acolhimento de uma extensão dos Encontros Musicais da Tradição Europeia, o que se repetiria durante os anos seguintes.



1999 - Surge a primeira edição de festival próprio – O Gesto Orelhudo, a marca d'Orfeu por excelência – após angariada a experiência de produzir localmente extensões de outros

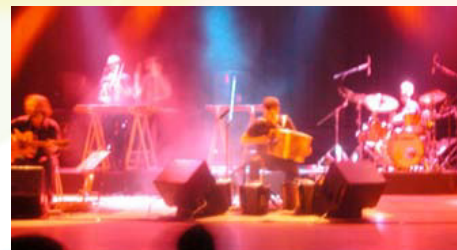
eventos (nomeadamente os Encontros Musicais da Tradição Europeia, desde 1996);



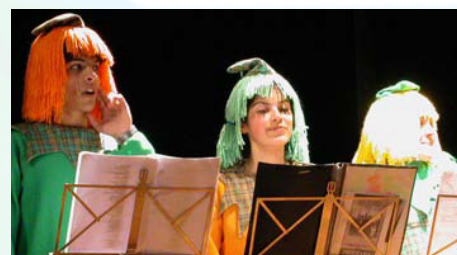
2000 - A associação quis marcar os cinco anos de actividade e enlouqueceu: lançou-se a uma programação ininterrupta de 31 dias, durante todo o mês de Julho, com o evento “Cinco Anos é Todos os Dias”. O Espaço d'Orfeu, em Águeda, albergou todos os dias o seu mar de complicidades.



2001 - Deu-se a emancipação da criação própria, com a circulação do espectáculo “Os CantAutores” – o maior empreendimento artístico da d'Orfeu até então – e a respectiva edição do CD “Os CantAutores”. No mesmo ano dá-se a primeira edição do projecto “d'Orfusão” – e toda a mobilidade internacional associada –, que viria a marcar uma dimensão internacional e multicultural das actividades da d'Orfeu, a partir desse momento.



2002 - Nasceu o Festival Temático, formato que veio enquadrar a programação de músicas do mundo, uma área de paixão em todo o percurso da d'Orfeu. A primeira edição, a “Cimeira do Fole”, dedicada à concertina, fez brotar concertos memoráveis em Águeda e atraiu público de todo o país.



2003/2004 - Mantém-se a linha de programação de eventos, mas a aposta, absolutamente emergente, deu-se na estrutura, o que é feito a toda a linha: dá-se grande reforço dos quadros permanentes da estrutura profissional, com a composição gradual de toda a equipa actual; investe-se como nunca na recuperação das instalações, criam-se novas condições de trabalho e de serviço cultural; dá-se primazia à optimização de todo o Espaço d'Orfeu e disponibilização ao público das valências em permanência (Teca, Espaço Internet, bard'O, lojinha...).



2005 - Aos dez anos da associação, para além de garantir a intensa programação habitual, lança no terreno dois pesados projectos de parceria com a autarquia: as Itinerâncias (circuito de espectáculos nas 20 freguesias do concelho de Águeda, durante todo o ano) e o projecto PovoArti (formação artística ao universo dos 4 agrupamentos de escolas do concelho durante todo o primeiro semestre).



2006 - O presente ano fica marcado pela maior capacidade de itinerância das criações d'Orfeu até à data, com uma agenda imensa de apresentações por todo o país. Paralelamente, a formação dá mostras de, com a implantação da EMtrad' – Escola de Música Tradicional, conseguir atingir

novos patamares, meio-caminho para argumentar a oficialização do ensino de instrumentos tradicionais. Em termos de programação, uma inédita parceria estratégica com a Câmara Municipal de Águeda põe de pé a 5ª edição do Festival "O Gesto Orelhudo", que marca uma nova era de relação da d'Orfeu com a comunidade: um pré-aviso de futura missão conjunta com a autarquia para a garantia e reforço das programações culturais d'Orfeu de referência.



2007 - O ano inaugural de uma missão concertada com o município de Águeda, numa óptica de reforço dos impactos local mas simultaneamente projecção exterior da sua oferta cultural, propiciando um trabalho em continuidade do objecto cultural que a d'Orfeu assume em Águeda e a partir de Águeda. Esta missão, para além de ter garantido, finalmente e pela primeira vez, a concretização do calendário

pleno de eventos anuais, trouxe ainda a primeira aventura ao nível das produções de grande escala: Rio Povo, uma giganteca manifestação artística montada em pleno leito do rio Águeda, com a participação de centenas de artistas ligados ao associativismo concelhio.



2008 - A implantação definitiva das propostas d'Orfeu, com o ênfase enfim colocado na consolidação dos formatos e sua vivência regular e ininterrupta junto do público, numa abrangência que deixou há muito de ser exclusivamente local. O suporte estrutural resultante do Acordo Tripartido com Autarquia e Estado iniciado no ano anterior, permitiu garantir uma agenda cultural de alta intensidade, entre a produção identitária e as co-produções para a autarquia, celebrando se ainda o êxito, pelo segundo ano consecutivo, da grande e esgotada produção inter associativa Rio Povo.



2009 - Anoda assumpção de uma intervenção de envolvimento regional. Através de novo Acordo Tripartido aprovado pelo Ministério da Cultura, agora envolvendo os municípios de Águeda, Estarreja, Ovar e Sever do Vouga, é objectivo declarado emprestar o know-how cultural da d'Orfeu a um tecido regional de municípios vizinhos e aplicar no terreno as suas teses de trabalho em rede, nomeadamente com o redesenho de um dos seus mais gratos formatos: na herança dos festivais temáticos (desde 2002), surge em 2009 a 1ª edição do Festim – Festival Intermunicipal de Músicas do Mundo. Com Águeda, origem incontornável e principal município beneficiário do projecto intermunicipal, a d'Orfeu prossegue a sua intensa missão formativa, criativa e de programação, na qual se inclui nova grande produção inter associativa, “Povo que Lavas

no Rio Águeda” e 1ª edição do Festival i, evento para público infantil e familiar, entre os demais eventos do cada vez mais consolidado calendário cultural.



2010 - Enquanto multi-estrutura de formação, criação e programação a partir de Águeda, cumpriu-se a última etapa de um ciclo importante (Protocolo 2007-2010 com CM Águeda), materializado em 2010 na co-produção das Sextas Culturais e na produção inter-associativa “Povo Que Lavas no Rio Águeda”, momentos de uma clara afirmação cultural de Águeda através da ação da d'Orfeu, na antecâmara de novas estratégias locais. O culminar de 15 anos de actividade cultural e associativa dá-se com o surgimento da d'Eurídice, o braço editorial da d'Orfeu, que se estreia com a obra conjunta “Contexto e Significado”, o livro/DVD que é um retrato da

evolução da associação e uma reflexão sobre o estado da música tradicional portuguesa.



2011 - Na programação, o Festim reforçou a sua implantação na região. O Festival i, dedicado ao público infantil e familiar, cresceu. “O Gesto Orelhudo” chegou à 10ª edição e preparou um programa especial, além da novidade de ter estreado mais um espaço cultural não convencional em Águeda: a antiga Junta dos Vinhos. O Outonalidades teve nova extensão na Galiza, alargando as parcerias ao longo de todo o território lusogalaico. Paralelamente, mais foco na criação artística: o ano 2011 rendeu a nova criação “Mal Empregados”, as oportunidades criativas ganharam espaço nas prioridades e o portfolio de itinerância cresceu e preparou terreno para crescer mais ainda.

RECONHECIMENTOS, DISTINÇÕES E PROTOCOLOS

A par do apreço e carinho com que o público tem brindado a d'Orfeu ao longo dos anos, o reconhecimento oficial deste percurso expressa-se no conjunto de apoios e distinções, as quais a instituição se orgulha de ostentar:

1996

- “Oscar” da Rádio Soberania para associação do ano

1998

- Declaração de Manifesto Interesse Cultural, pelo Ministério da Cultura

1999/2000

- 1º apoio financeiro do MC/IPAE para projecto de formação (Curso “Tocata”)

2001

- Declaração de Instituição de Utilidade Pública, pela Presidência do Conselho de Ministros
- 1º apoio IPAE para projecto de criação (“Os CantAutores”)
- 1º apoio IPAE para festival transdisciplinar (Festival “O Gesto Orelhudo”)

2002

- 1º apoio IPAE para Programa Anual / Cimeira do Fole
- Apoio IPAE para Festival O Gesto Orelhudo
- Aprovação de apoio Programa Operacional Cultura (aquisição de equipamento técnico)

2003

- Declaração de Superior Interesse Cultural, pelo Ministério da Cultura
- Apoio programa anual Instituto das Artes
- Atribuição do galardão “Judeu d'Ouro” para a sociação do ano (pela ANATA, Águeda)

2004

- Renovação apoio programa anual Instituto das Artes
- Instituição pública do ano para a Associação Comercial de Águeda

2005

- Estabelecimento do Apoio Sustentado 2005-2008 Ministério da Cultura / Instituto das Artes
- Renovação do estatuto de Superior Interesse Cultural, pelo Ministério da Cultura
- Troféu José Estêvão para associação do ano no distrito, pelo Jornal O Aveiro

2007

- Assinatura do Acordo Tripartido (entre apenas cinco em todo o país) entre Ministério da Cultura, Município de Águeda e Associação, no âmbito do Novo Regime de Apoio às Artes

2008

- Convénio com a AGADIC – Axencia Galega das Industrias Culturais, para expansão do circuito por- tuguês de música ao vivo “OuTonalidades” à Galiza
- 1o Prémio do Concurso Nacional de Música INATEL, com Toques do Caramulo

2009

- Assinatura do Acordo Tripartido 2009/2010 entre Ministério da Cultural, Município de Águeda, Município de Estarreja, Município de Ovar, Município de Sever do Vouga e Associação, no âmbito do Novo Regime de Apoio às Artes
- Prémios “Melhor CCD Inatel 2009” nas categorias de Formação, Teatro e Música

2010

- A d'Orfeu constitui-se membro fundador, juntamente com várias associações musicais europeias, da rede “LIVE DMA”, uma plataforma internacional de redes nacionais dedicadas à circulação de música ao vivo, participando na qualidade de promotora do circuito “OuTonalidades”.

2011

- Alargamento territorial do Acordo Tripartido com a Direcção-Geral das Artes (2011/2012) envolvendo os Municípios de Águeda, Estarreja, Ovar, Sever do Vouga e agora também Albergaria-a-Velha.

2012

- O Festim é torna-se membro do “European Forum of Worldwide Music Festivals”, sendo o único festival português a figurar neste organismo à escala europeia.

Em 2010, a d'Orfeu embarca na aventura editorial, como resposta à necessidade de materializar em suporte físico a actividade criativa desenvolvida até então. É neste contexto que surge a d'Eurídice, assumindo-se como uma alternativa no mercado editorial de então, e com o futuro em mente.

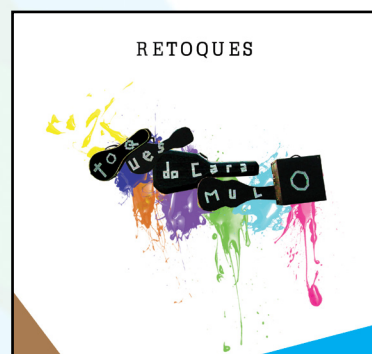
Contexto & Significado **Livro/DVD :: Dezembro 2010**

Com os 15 anos d'Orfeu como mote, foi criativamente que a Associação celebrou a efeméride, com uma obra dupla: "Contexto", o livro escrito por António Pires e que nos transporta até às origens de uma associação artística que abriu novos caminhos culturais a Águeda, e "Significado - A música portuguesa se gostasse dela própria", realizado por Tiago Pereira, um testemunho visual de contextualização contemporânea das tradições musicais que, mais que enaltecimento gratuito, antes faz o ponto de equilíbrio entre a história da própria associação e o retrato da sua posição, hoje, no meio cultural.



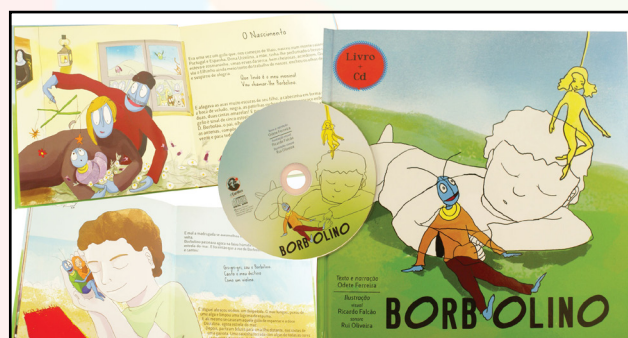
Toques do Caramulo **CD "Retoques" :: Abril 2011**

Segundo trabalho discográfico, e o primeiro de estúdio, de Toques do Caramulo, a criação d'Orfeu com mais reconhecimento a nível nacional e internacional, que se dedica à reinvenção da música tradicional da Serra do Caramulo.



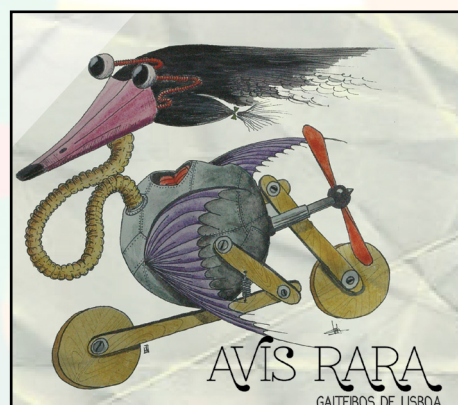
Borbolino **Livro/CD :: Maio 2012**

Primeira edição literária infantil, da autoria de Odete Ferreira e ilustrações de Ricardo Falcão, conta a história de um grilo cantor e de uma estrela bailarina. Uma história para ser descoberta em família, acompanhada em CD pela sonoplastia de Rui Oliveira.



Gaiteiros de Lisboa **CD "Avis Rara" :: Junho 2012**

O sexto disco dos Gaiteiros de Lisboa é uma edição d'Eurídice, numa estreita relação parceira com o grupo, enriquecendo o catálogo da editora, com uma das referências mais importantes da música portuguesa. Esta edição também conferiu à d'Eurídice o estatuto de alternativa viável às grandes companhias discográficas do mercado, sendo a primeira edição fora do âmbito criativo da d'Orfeu.



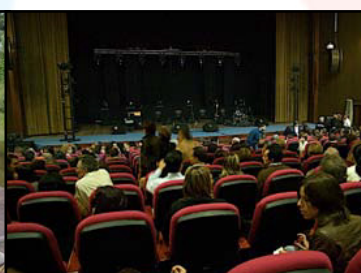
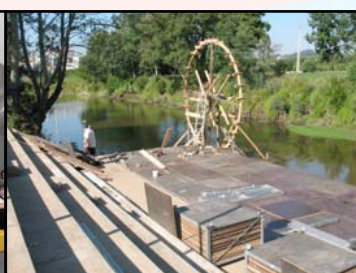
Espaços e Valências



Espaço d'Orfeu - Edifício-sede com principais valências (arrendado)



Casa d'Artec - Estúdio e espaço de criação (imóvel cedido por Eleutério Costa)



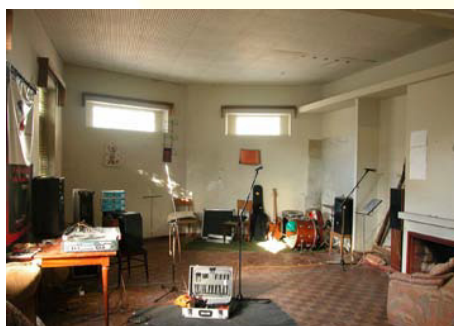
A d'Orfeu não dispõe de qualquer espaço que lhe esteja afecto enquanto estrutura de programação. Os três auditórios da cidade são privados e com limitações ao nível das condições técnicas para espectáculos. A solução também passa pela utilização de espaços não-convencionais adaptados na cidade, sendo o caso mais recorrente o quintal do próprio Espaço d'Orfeu, ou ousadas engenharias, como a reconversão da antiga piscina fluvial em palco dos espectáculos Rio Povo e Povo que Lavas no Rio Águeda, bem como da Antiga Junta dos Vinhos, que acolheu o 10º Festival O Gesto Orelhudo, em 2011.



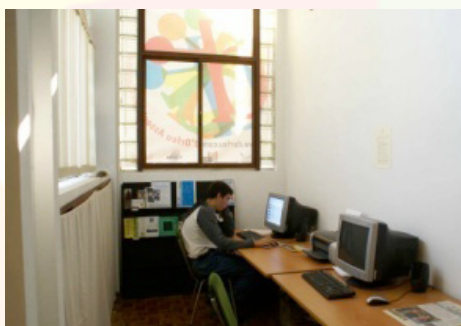
d'Ormitorium - Residências alojamentos (imóvel cedido por José Maria de Oliveira & Filhos)



Teca - mediateca de interesse artístico (CD's, vídeos, publicações) para apoio às actividades e disponibilização de títulos à comunidade d'Orfeu



Sala ensaios d'Artec - espaço equipado disponível para a comunidade artística local, servindo para ensaios, aulas e experimentação



Sala Internet - espaço público de acesso à internet com terminais instalados e sistema wi-fi no âmbito de programas de iniciativa oficial



Lojinha - mostra permanente de títulos alternativos não comerciais garantindo um acesso do público aos produtos culturais relacionados com muitos eventos d'Orfeu, muito para lá da sua realização



bard'O - espaço de encontro para toda a comunidade d'Orfeu, cumprindo a missão de bar associativo de veículo para a dinamização cultural



Salas EMtrad' - espaços para aulas, ensaios e formação musical no âmbito da Escola de Música Tradicional

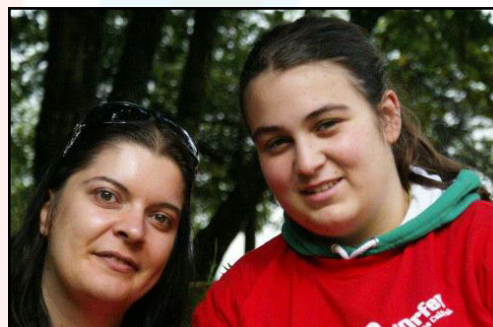


Estúdio - d'Artec estúdio de gravação para suporte da actividade criativa, garantindo também autonomia técnica para edições d'Eurídice

Equipa

Equipa permanente em 2012

- Coordenação e Programação - **Luís Fernandes**
- Direcção técnica - **Rui Oliveira**
- Logística e Animação sociocultural - **Luís Silva**
- Direcção editorial, d'Formação e Comunicação visual - **Léa López**
- Recursos e Booking - **Aníbal Almeida**
- Administrativa - **Ivelina Gonçalves**
- Difusão e Relações internacionais - **Sara Vidal**
- Secretariado e Arquivo - **Vítor Pinto**



Colaboradores contínuos

7 formadores EMtrad'
3 assistentes técnicos

Colaboradores regulares

- Estagiários envolvidos em projectos
- Músicos/actores envolvidos em criações
- Voluntários nacionais e estrangeiros ao abrigo de programas de voluntariado
- Directores (Direcção) com missão institucional
- Cerca de 150 sócios de participação voluntária



Anexo 13 – Contactos

Nome	Nº. Telefone	E-mail	Data	Observações
Artur Fernandes	962731164	concertinartur@gmail.com	06/Mar	d'Orfeu
Vítor Fernandes (Bitoca)	966264348	vitoscar@gmail.com	06/Mar	d'Orfeu
Rogério Fernandes	917203738	rogerio.fernandes@oniduo.pt	06/Mar	d'Orfeu
Luis Fernandes	936006370	luis@dorfeu.pt	06/Mar	d'Orfeu
Américo Fernandes)		
Ondina David	963952600	ondina.david@turismodocentro.pt		
David Fernandes)		
Paulo Seara	968924238	manholas@sapo.pt		
Acácio Silva	963408494	acacio@dorfeu.pt	16/Abr	d'Orfeu
Fernando Alves				
João Balreira	918304980	balreira_22@hotmail.com		
Rosa Cardoso	963888199	riascardoso@hotmail.com		
Zé Rui (ACERT)		Zé Rui <zerui@acert.pt>		
Odete Ferreira	964325029	oferreira9@gmail.com	23/Abr	d'Orfeu
Ana Lúcia Xavier	967378639	eumesma85_6@hotmail.com	16/Abr	d'Orfeu
Ricardo Falcão	966169045	ricardo.falcao@gmail.com	24/Jun	d'Orfeu
Lara Figueiredo	962467236	laraabrantefig@hotmail.com	25/Jun	d'Orfeu
Gabi				envia por email
Francisco Silva	919053561	fdsilva@netvisao.pt	20/Mar	Ameal - R. S. João 8
Gil Nadaís		gil.nadaís@cm-agueda.pt	22/Abr	CMÁGUEDA
Elsa Corga		elsa.corga@cm-agueda.pt	013/03/26 15h3	CMÁGUEDA
Ivelina Gonçalves	936006372	ivelina@dorfeu.pt	04/Jul	d'Orfeu
Aníbal Almeida (Joca)	936006371	joca@dorfeu.pt	19/Jun	d'Orfeu
Rui Oliveira	936006384	ruioliveira@dorfeu.pt	05/Jul	d'Orfeu
Léa López	933826836	lea@dorfeu.pt	05/Jul	d'Orfeu
Vítor Pinto	934623775	vitordorfeu.pt		
CONTRACORRENTE				
Sara Vidal	936006313	saravidal@dorfeu.pt	30/Mar	d'Artec - ensaio
Gil Abrantes	967713094	gabrantess@gmail.com		
André Cardoso	965591782	andrefrcardoso@gmail.com		
Manuel Maio	962602572	manuel <nomoriginal@gmail.com>		
Miguel Calhaz	964801284	uel Calhaz <miguelcalhaz@gmail.c		
Rui Silva		ruisilvaperc@gmail.com		
TOQUES DO CARAMULO				
Francisco Almeida	939513641	fma_29@hotmail.com		
Miguel Cardoso	966954327	miguelbaixo@gmail.com		
Ricardo Coutinho	914722399	rikardobatera@gmail.com		
Rui Vaz	967610271	ruiovaz@gmail.com		
Carlos Guerreiro	965782933	camaragu@gmail.com		
Celina Piedade	919618051	celinapiedade@gmail.com	09/Fev	Teatro Aveirense
				FEITO
				EXCLUIR



Anexo 14 – Guião de entrevistas

4 irmãos Fernandes:

- Artur (o +velho, foi presidente, secretário e fundador do danças ocultas)
- Bitocas
- Rogério (atual presidente da assembleia geral)
- Luís (único a continuar a full-time)

Incentivados pela ~~Mãe Ondina David~~ para frequentarem a Orquestra Típica, fundada pelo **tio Américo Fernandes**.

~~David Fernandes~~, **pai** - responsável pelo nome d'Orfeu, ele perguntou-lhes se sabiam quem era Orfeu, o deus da música para os gregos antigos.

Mais tarde eles próprios criam o Conjunto Musical Divulgação, inícios dos 80, que viriam a chamar de Culto de Orfeu. Surge o primeiro sinal da marca d'Orfeu. Falavam em criar uma estrutura para q os músicos de Águeda pudessem juntar-se e criar coisas novas em conjunto.

Ao Artur: a d'Orfeu como escola de música; ~~danças ocultas~~, os primeiros tempos na d'Orfeu, entraves á fundação

Ao Bitocas: o manifesto acerca da saúde cultural de Águeda? (que ele escreveu no início da d'Orfeu e não veio a público) porque se afastou da associação? A criação do Outonalidades – o facto dos bares em Águeda não apoiarem? O Rio Povo;

Ao Rogério: conquistar o público. Evento na casa do adro em parceria com uma associação de caminha - Etnia - foi o reanimar de um público adormecido, dos espetáculos em Águeda?; rio povo

Ao Luís: o último a nascer e o único a continuar no comando da d'Orfeu; o verão anterior à formação da d'Orfeu, quando alugaram uma casa para dar aulas; a questão de mudarem para o parque de alta vila

Principais tópicos - geral :

- Como surgiu a ideia de criarem a d'Orfeu?
- Quais eram os objectivos iniciais?
- Os primeiros passos: burocráticos, logísticos (a casa alugada no verão anterior), equipa, nome da associação
- Obstáculos
- O crescimento da associação; conquistar o público; os colaboradores, pq nem todos os irmão se mantiveram ligados à d'Orfeu...
- Criações d'Orfeu
- O Rio povo
- Como veem a d'Orfeu de agora e o trabalho que o Luís tem feito com o resto da equipa (o único a continuar a full-time)?
- Como veem o futuro da associação?

Luís Fernandes:

- Primeiro gostava que me apresentasses a d'Orfeu de forma breve, referindo a data em que foi fundada, a sua missão e estatutos.
- Como está estruturada esta associação?
- Em que espaços é que a d'Orfeu desenvolve a sua atividade?
- Quem faz parte da equipa permanente da d'Orfeu, quem são as pessoas que todos os dias fazem esta associação funcionar? (indicar nomes e funções - breve)
- Há ainda o contributo de muitas outras pessoas que de forma esporádica vão colaborando com a d'Orfeu. Fala-me um pouco desta relação entre a d'Orfeu e os vários voluntários, estagiários, sócios e formadores que também constroem a d'Orfeu.
- Neste momento quais são as criações que estão no ativo?
- O Rio Povo foi uma das criações d'Orfeu mais trabalhosas e também mais faladas. Porque é que não teve continuação?
- Tu tens desempenhado um papel de protagonista em várias criações d'Orfeu. Qual é a receita para esta fábrica criativa ter cada vez mais ideias e mais força de vontade?
- Como se gere uma associação cultural em Águeda (3 pesos) numa época de crise?
- Quais são os apoios que a d'Orfeu tem? Que protocolos existem? Como funciona o mecenato?
- Este apoio que existe é suficiente? O que falta à d'Orfeu e à cultura em Águeda?
- Que futuro terá a d'Orfeu, tendo em conta que já atingiu reconhecimento quer a nível nacional como internacional?

Gil Nadaís:

Presidente da Câmara Municipal de Águeda

- Quando era vereador, foi com a d'Orfeu que organizou os primeiros eventos culturais em Águeda. Como foram esses primeiros tempos, esse primeiro impulso à cultura em Águeda?
- Quando se tornou presidente da CMA, aceitou a proposta de acordo tripartido por parte da d'Orfeu. O que é que este acordo traz para a cidade? Os resultados têm sido positivos para ambas as partes?
- Como vê o trabalho que o Luís Fernandes tem desenvolvido como piloto desta associação?
- Que eventos/criações é que mais recorda?
- Tendo em conta que, para além de Águeda, a d'Orfeu já envolveu outras autarquias e novos públicos (quer a nível nacional como internacional). Como vê o futuro desta associação e do que ela pode dar à cidade, tendo em conta que novas criações e eventos vão continuar a surgir?
- Mensagem à d'Orfeu.

Elsa Corga:

Vereadora da Cultura

- O que representa para si, enquanto vereadora da cultura e também como aguedense, a d'Orfeu?
- A d'Orfeu surgiu numa altura em que o público de Águeda estava adormecido para a cultura. Hoje em dia, ainda há esse adormecimento para as atividades culturais na cidade? Há espaço para mais d'Orfeus em Águeda?
- Enquanto vereadora da cultura assistiu ao nascer do espetáculo "Rio Povo", mas também assistiu ao seu fim. O que falhou?
- Desde 2007 que foi estabelecido um Protocolo entre o Município e a associação. Em que consiste o apoio que é dado à d'Orfeu por parte da CMA?
- Atualmente, como vê o futuro da d'Orfeu na estratégia cultural da CMA, tendo em conta que, mais uma vez, esta associação teve o reconhecimento da dgartes (desta vez com um peso ainda maior - 4 anos) - sendo um dos 23 projetos, a nível nacional, beneficiário do apoio às artes na modalidade de acordos tripartidos com 150.000 anuais .
- Tendo em conta que, para além de Águeda, a d'Orfeu já envolveu outras autarquias e novos públicos (quer a nível nacional como internacional). Como vê o futuro desta associação e da cultura aguedense tendo em conta que novas criações e eventos vão continuar a surgir?

Sara Vidal:

Contracorrente

- Quem são os contracorrente?
- Como nasceram?
- Sara, como surgiu o convite para integrares este grupo?
- Sendo um grupo recente, como tem sido o feedback do público?
- Tendo em conta o atual panorama da música portuguesa. Este projeto foi um pouco como nadar CONTRACORRENTE ou o carimbo da d'Orfeu deu-vos a força que precisavam para cumprirem os vossos objetivos?
- Anteriormente pertencias a outro projeto, o grupo galego Luar na Lubre, as músicas de intervenção falaram mais alto?
- A tua relação com a d'Orfeu vai além da parte criativa e artística, em que consiste o teu trabalho nesta associação?
- A d'Orfeu tem uma forte componente de formação, da qual tu também fazes parte. Como tens acompanhado este papel da d'Orfeu em ensinar os mais novos? Como vês esta passagem de testemunho?
- Como vês o futuro dos contracorrente e da música em Portugal?

Odete Ferreira:

Ex-presidente da direção:

- Como se envolveu com a d'Orfeu?
- Esteve durante 4 anos na presidência da d'Orfeu. Como foi dirigir uma associação com um papel tão vincado em Águeda e em representação de Águeda?
- Quais as principais dificuldades? Apoios?
- Tem acompanhado o trabalho do seu sucessor e está sempre presente nos eventos da d'Orfeu. Sente que está a ser dada continuidade aos 4 anos em que esteve como presidente?
- Como imagina o futuro desta associação?
- O seu nome está na ficha técnica de várias criações d'Orfeu. Fale-me um pouco desses projetos.
- **“Muito Riso Muito Siso”**, como era no início e como é agora? **“Eram 7 os Medos do Pedro”**, como surgiu? Objetivos? --→

Ana Lúcia Xavier (núcleo de teatro, como é o público d'Orfeu?)

Mensagem à d'Orfeu

Ricardo Falcão :

Ator, Criativo

- Falar do seu papel enquanto criador e como ator em várias criações
- Mensagem à d'Orfeu

Lara Figueiredo:

d'Formadora / Toques do Caramulo

- Toques do Caramulo
- d'Formação
- Mensagem à d'Orfeu

Gabi:

Ex-colaboradora d'Orfeu – encontra-se no Perú (América do Sul)

- Como conheceste a d'Orfeu? (refere também em que país estavas antes de vires para Portugal)
- Qual foi o teu papel nesta associação?
- Como correu a experiência? Como foste recebida pela d'Orfeu e pela sua equipa? De que modo foste ajudada na d'Orfeu? (refere os dias em que estiveste no dormitório/albergue)
- Como descreves a d'Orfeu e o seu trabalho?
- Deixa uma mensagem com cerca de 10 segundos para a d'Orfeu.

Ivelina Gonçalves:

Secretariado / Gestão Administrativa e Financeira

- Quando e como é que chegaste à d'Orfeu?
- Que diferenças existem na d'Orfeu que conhecestes em 2002 e na d'Orfeu que conheces agora?
- Qual é o teu papel nesta associação?
- Quais as maiores dificuldades por que passa esta associação?
- Mensagem à d'Orfeu.

Aníbal Almeida (Joca):

Coordenação Recursos / Produção Executiva

- Relação com a d'Orfeu... Como começou, quando e porquê?
- Que d'Orfeu era essa que conhecestes em 2003?
- Atualmente desempenhas várias funções aqui dentro...
- Quem são os Toques do Caramulo? Como começou este projeto e como sobrevive passado tantos anos de estrada?
- Como é que o público tem reagido à vossa música?
- Que tipo de artistas é que a d'Orfeu procura para os seus eventos? É difícil o processo de os conquistar? Que condições é que são oferecidas?
- Os apoios que a d'Orfeu recebe são suficientes para concretizar essas contratações ou já tiveste que recorrer a planos B por falta de verba?
- Apesar de tudo a d'Orfeu tem evoluído. Principalmente graças à força de vontade de toda a equipa e dos voluntários. Como descreves as pessoas que trabalham na d'Orfeu ou para a d'Orfeu?
- Mensagem.

Rui Oliveira:

Direção Técnico / Sonoplastia

- Como chegaste até à d'Orfeu?
- Tu antes de chegares à d'Orfeu tiveste um percurso profissional lá fora, o que é que trouxeste dessa experiência para esta associação?
- Como é ter na mão o peso de dar luz e som aos eventos d'Orfeu?
- Tens feito o registo sonoro de várias criações d'Orfeu. Como descreves os sons que são criados na d'Orfeu? (toques, contracorrente...) Como é trabalhar com o Luís e a Sara?
- Fala-me do projeto d'Eurídice. Em que consiste, com quem têm trabalhado....
- O futuro : haverá mais e melhor qualidade ao nível de espetáculo? Há condições para isso?
- O futuro da d'Orfeu?
- Mensagem à associação.

Léa López:

Design e Comunicação / Coordenação d'Formação / Coordenação d'Eurídice / Multimédia

- De toda a equipa, tu és a que tem uma ligação mais afetiva com esta associação. Como é que vieste parar aqui?

- Atualmente és crucial para a d'Orfeu. Quais são as tuas mil funções aqui dentro? (d'FORMAÇÃO)
- A tua vertente artística tem contribuído para uma grande melhoria do lado visual da d'Orfeu. Quais foram as principais alterações que fizeste ao longo destes anos?
- Tens também contribuído para a imagem de vários projetos apoiados pela d'Eurídice, como o disco da Celina da Piedade... (FALAR DA D'EURIDICE)
- A tua filha tem acompanhado bem de perto o teu trabalho e muitas vezes encontro-a por aí a ajudar-te. Sentes que ela é uma filha da d'Orfeu e que vai herdar toda a sua cultura e sabedoria criativa?
- Mensagem à d'Orfeu

Francisco Silva:

Etnógrafo

- Pesquisa das músicas dos Toques do Caramulo
- Águeda e a cultura adormecida

Celina da Piedade:

Acordeonista / Cantora / Compositora

- Como surgiu a tua relação à d'Orfeu?
- A d'Eurídice e o álbum "Celina em Casa"
- Léa e o Design do álbum
- Como é o público d'Orfeu?

Acácio Silva:

Atual presidente da direção

- Como é presidir uma associação cultural, em Águeda, neste tempos de crise?
- Como é trabalhar com esta equipa?
- Como está estruturada a d'Orfeu?
- Semana. Sócios. Assembleias Gerais.

